



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS E ARTES

MAISON SILVA DO NASCIMENTO

PRÁTICAS LEITORAS NA ERA DIGITAL: SUPORTES DE LEITURA E O HIPERTEXTO

Manaus

2016

MAISON SILVA DO NASCIMENTO

PRÁTICAS LEITORAS NA ERA DIGITAL: SUPORTES DE LEITURA E O HIPERTEXTO

Trabalho dissertativo apresentado para obtenção de título de Mestre em Letras e Artes no Programa de Pós-graduação em Letras e Artes da Universidade do Estado do Amazonas.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Juciane dos Santos Cavalheiro

Manaus

2016

Catálogo na fonte
Elaboração: Ana Castelo CRB11ª -314

N244p Nascimento, Maison Silva do
**Práticas leitoras na era digital: suportes de leitura e o hipertexto. /
Maison Silva do Nascimento. – Manaus: UEA, 2016.
120fls.il : 30cm.**

**Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras
e Artes da Universidade do Estado do Amazonas, para obtenção do
título de Mestre em Letras e Artes.**

Orientadora: Profª. Drª. Juciane dos Santos Cavalheiro

**1. Leitura 2. Suporte textual 3. Dispositivos de leitura I. Orientador:
Profª. Drª. Juciane dos Santos Cavalheiro. II. Título.**

CDU 028.2

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS – UEA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS E ARTES – PPGLA

TERMO DE APROVAÇÃO

MAISON SILVA DO NASCIMENTO

PRÁTICAS LEITORAS NA ERA DIGITAL: SUPORTES DE LEITURA E O HIPERTEXTO.

Dissertação aprovada pelo Programa de Pós-Graduação em Letras e Artes da Universidade do Estado do Amazonas – PPGLA –UEA, por meio da comissão julgadora abaixo identificada.

Manaus, 18 de março de 2016.

Presidente: Prof.^a Dra. Juciane Cavalheiro
Universidade do Estado do Amazonas – UEA

Membro: Prof. Dr. Maurício Matos
Universidade do Estado do Amazonas – UEA

Membro: Prof. Dr. Sérgio Freire
Universidade Federal do Amazonas – UFAM

DEDICATÓRIA

A Deus,

autor da minha vida e da minha fé.

Aos meus pais, amigos eternos.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por inspirar-me a ser melhor, apesar de minhas limitações; por amar-me incondicionalmente a despeito de minhas fraquezas.

A minha mãe, Mariana, ao meu pai, Mário Jorge, ao meu irmão, Madson, e as minhas irmãs, Elisângela e Larissa, por me darem o privilégio de dizer que tenho uma família que não mede esforços para expressar amor em gestos verdadeiros. Agradeço, especialmente, aos meus pais por literalmente me sustentar nas últimas mais difíceis e cansativas etapas dessa caminhada.

A minha orientadora, Professora Doutora Juciane Cavalheiro, pela incomensurável paciência e, com pequenos gestos e palavras, ter-me dado força para não desistir, apesar das adversidades e contratemplos que enfrentei no percurso. Professora Juciane, obrigado por acreditar em nosso trabalho e por conduzir toda a orientação de uma forma descomplicada. Ainda pretendo aprender muito com a ternura e experiência de uma educadora como você.

Aos meus professores do Programa de Pós-Graduação em Letras e Artes da Universidade do Estado do Amazonas. Cada um de vocês me ensinou a ser melhor do que a mim mesmo, como acadêmico e profissional.

Aos meus colegas da turma de 2014. Vocês entraram na minha vida e meu desejo é que não saiam mais.

A Eduarda Bezerra dos Santos, a quem chamo de “chaly”. Obrigado por ter lido junto comigo esta dissertação e ter-me dado um *feedback* de uma leitora interessada em aprender, mesmo sendo acadêmica e profissional de uma área do conhecimento distinta da minha. Obrigado por ter me dado o apoio emocional necessário.

Aos que não me apoiaram, também sou grato. Tudo contribuiu para que minha caminhada fosse melhor do que eu esperava.

A todos, muito obrigado!

Aqueles que podem ler veem duas vezes melhor.

(Poeta Menandro)

RESUMO

Apresenta-se neste trabalho, que se insere no campo da História da Leitura e do Livro, a evolução dos suportes de leitura. Partindo-se da relação leitor-texto-suporte, faz-se uma revisão às diversas manifestações de leitura desde a antiguidade até a revolução de Gutenberg, seguindo-se a apresentação das contribuições do surgimento da imprensa até a década de 1990, a partir da qual há um levantamento de dispositivos eletrônicos de leitura, os quais causaram profundas mudanças no mercado editorial e, por conseguinte, nas práticas leitoras contemporâneas. Para fomentar a fundamentação teórica e a discussão da temática, é construído um diálogo entre os autores Roger Chartier, Roger Fischer, Martyn Lyons, Alberto Manguel, entre outros.

Palavras-chave: leitura; suporte textual; dispositivos de leitura.

ABSTRACT

It is presented in this research, which is inserted in the field of History of Reading and the Book, the evolution of the reading supports. Starting from the relation reader-text-support, a revisit is made to the diverse manifestations of reading from the antiquity until the revolution of Gutenberg, being followed the presentation of the contributions of the appearance of the press until the decade of 1990, from which there is a survey of electronic reading devices, which have caused profound changes in the publishing market and, consequently, in contemporary reading practices. To foster the theoretical grounding and the discussion of the theme, a dialogue between the authors Roger Fischer, Martyn Lyons, Alberto Manguel, and others is built.

Keywords: reading, textual support, reading devices.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – MEMEX – Memory Extension.....	p. 76
Figura 2 – Dynabook.....	p. 77
Figura 3 – Super computador Xérox Sigma V.....	p. 78
Figura 4 – Modelo do Franklin Spelling Ace.....	p. 79
Figura 5 – DBS-1 – Digital Book System-1.....	p. 80
Figura 6 – DBS-2 – Digital Book System 2.....	p. 81
Figura 7 – Um dos produtos da linha Franklin Bookman.....	p. 81
Figura 8 – Um tipo de cartão de memória para dispositivos Franklin Bookman.....	p. 82
Figura 9 – Modelo do EBM-900.....	p. 82
Figura 10 – Modelo do EBM-901.....	p. 83
Figura 11 – Modelo do EBM-911.....	p. 83
Figura 12 – Modelo de Rocket eBook.....	p. 84
Figura 13 – SoftBook.....	p. 85
Figura 14 – EveryBook.....	p. 86
Figura 15 – REB 1100.....	p. 87
Figura 16 – REB 1200.....	p. 88
Figura 17 – Psion Organizer I.....	p. 89
Figura 18 – Um dos modelos do Psion Organizer II.....	p. 89
Figura 19 – Sharp Wizard.....	p. 90
Figura 20 – Apple Newton Message Pad 100.....	p. 91
Figura 21 – Um modelo Pilot da US Robotics.....	p. 93
Figura 22 – DATA Discman DD-1EX.....	p. 94
Figura 23 – Sony Librie (EBR-100EP).....	p. 94

Figura 24 – Sony Librie (EBR-100EP).....	p. 95
Figura 25 – PRS-500.....	p. 96
Figura 26 – PRS-500.....	p. 96
Figura 27 – PRS-505.....	p. 97
Figura 28 – PRS-505.....	p. 97
Figura 29 – PRS-700.....	p. 97
Figura 30 – PRS-600.....	p. 98
Figura 31 – PRS-300.....	p. 98
Figura 32 – PRS-900.....	p. 98
Figura 33 – PRS-350.....	p. 99
Figura 34 – PRS-650.....	p. 99
Figura 35 – PRS-950.....	p. 99
Figura 36 – PRS-T1.....	p.100
Figura 37 – PRS-T2.....	p.100
Figura 38 – PRS-T3.....	p.100
Figura 39 – Kindle 1st Generation.....	p.101
Figura 40 – Nook 3G + Wifi.....	p.102

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	p. 12
CAPÍTULO I – Das primeiras manifestações de leitura à era do pergaminho	p. 20
1.1 Introdução.....	p. 20
1.2 Dos primeiros suportes de leitura à era do papiro.....	p. 22
1.3 A era do pergaminho.....	p. 34
1.4 Considerações parciais: um <i>link</i> para o presente.....	p. 43
CAPÍTULO 2 – A revolução da imprensa	p. 48
2.1 Introdução.....	p. 48
2.2 A era do papel: Gutenberg e a cultura da imprensa.....	p. 52
2.3 Considerações parciais: um segundo <i>link</i> para o presente.....	p. 70
CAPÍTULO 3 – A era digital e os dispositivos de leitura	p. 75
3.1 Introdução.....	p. 75
3.2 Surgimento e evolução dos dispositivos eletrônicos de leitura.....	p. 76
3.2.1 Primeira geração de dispositivos de leitura.....	p. 79
3.2.2 Segunda geração de dispositivos de leitura.....	p. 94
3.2.2.1 <i>E-readers</i> da Sony.....	p. 94
3.2.2.2 <i>E-readers</i> da Amazon.....	p.102
3.2.2.3 <i>E-readers</i> da Barnes & Noble.....	p.103
3.2.3 Terceira geração dos dispositivos de leitura.....	p.104
3.3 Considerações parciais: um <i>link</i> para o futuro: o presente.....	p.107
CONSIDERAÇÕES FINAIS	p.113
REFERÊNCIAS	p.117

INTRODUÇÃO

Leitura pressupõe antes de tudo uma atividade de linguagem, que, em sua essência, permite apresentar o homem como diferente e bastante específico entre os seres vivos. Ele é um ser que fala: fala de si, do outro, das coisas; fala, inserindo-se na realidade, posicionando-se, posicionando o outro, criando por meio da linguagem, múltiplos e complexos elos fundamentais da humanidade, a qual não se instaura ou se reconhece como tal sem a alteridade. Com a linguagem, o homem transcende a realidade objetiva e se estabelece socialmente por meio da cultura e outros elementos institucionais supostamente balizados em conceitos como: política, religião, legislação, organizações sociais diversas, que vão dando à linguagem infinitas possibilidades de se materializar, contribuindo dinamicamente para a constituição do ser social, que é, por sua constituição, inacabada e contínua.

Segundo Aranha (1991, p.6), “a palavra se encontra no limiar do universo humano, pois é ela que caracteriza fundamentalmente o homem e o distingue do animal”, e ainda diz: “é pela palavra que somos capazes de nos situar no *tempo*, lembrando-nos o passado e antecipando-nos o futuro por meio do pensamento. Enquanto o animal vive no presente, as dimensões humanas se ampliam para além de cada momento.” (ARANHA, 1991, p. 7). Essa afirmação de que o homem se situa no tempo – como também no espaço – por meio da palavra, apenas contribui para afirmar que o uso da palavra, como atividade de linguagem, na conversação oral ou no ato de escrita e leitura, é um elemento definidor do homem como um ser que pensa, que se relaciona, que vive.

Pensar em leitura retoma, cria e recria uma série de possibilidades/abordagens, pois esta é uma temática de estudo bastante revisitada. Um exercício de retrospecto às próprias leituras pode ser útil para se iniciar uma problematização acessível a respeito do ato de ler, considerando-se desde as primeiras leituras às atuais. Nesse caminho, é possível alguém lembrar os livros que leu e os gêneros de que mais gosta, sem necessariamente saber categorizar tais leituras como gêneros. Talvez, não seja possível lembrar exatamente o momento da descoberta: “eu sei ler”, visto que saber ler, a competência para a leitura, está sempre em desenvolvimento. Contudo, nas palavras de Alberto Manguel, há uma visualização desse processo de descoberta:

Aos quatro anos de idade descobri pela primeira vez que podia ler. Eu tinha visto uma infinidade de vezes as letras que sabia (porque tinham me dito) serem os nomes das figuras colocadas sob elas. O menino desenhado em grossas linhas pretas, vestido com calção vermelho e camisa verde (o mesmo tecido vermelho e verde de todas as outras imagens do livro, cachorros, gatos, árvores, mães altas e magras), era também, de algum modo, eu percebia, as formas pretas e rígidas embaixo dele, como se o corpo do menino tivesse sido desmembrado em três figuras distintas: um braço e o torso, *b*; a cabeça isolada, perfeitamente redonda, *o*; e as pernas bambas e caídas, *y*. [...] Então, um dia, da janela de um carro (o destino daquela viagem está agora esquecido), vi um cartaz na beira da estrada. A visão não pode ter durado muito; talvez o carro tenha parado por um instante, talvez tenha apenas diminuído a marcha, o suficiente para que eu lesse, grandes, gigantescas, certas formas semelhantes às do meu livro, mas formas que eu nunca vira antes. E, contudo, de repente eu sabia o que eram elas; escutei-as em minha cabeça, elas se metamorfosearam, passando de linhas pretas e espaços brancos a uma realidade sólida, sonora, significante. Eu tinha feito tudo aquilo sozinho. Ninguém realizara a mágica para mim. Eu e as formas estávamos sozinhos juntos, revelando-nos em um diálogo silenciosamente respeitoso. Como conseguia transformar meras linhas em realidade viva, eu era todo-poderoso. Eu podia ler. (MANGUEL, 1997, p.17-18)

Neste pequeno relato, não apenas se apresenta uma experiência pessoal, como se expõe os elementos presentes nessa descoberta: imagens e palavras combinando para a formação de um todo significante, por meio dos quais, o menino, o leitor, Alberto Manguel, descobre outro “menino”, a palavra escrita (*boy*, do inglês, que se traduz menino), fazendo relação da imagem impressa de um menino com as três letras unidas, “boy”, logo abaixo da imagem. Embora de forma lúdica constituísse um sentido para as letras *b*, *o* e *y*, como um “desmembramento do corpo do menino”, Manguel, em outra situação, percebe que sabe ler quando consegue entender, sem a ajuda de imagens, o texto escrito no suporte textual: cartaz.

Inicialmente, tomando-se apenas esta curta narrativa como referência, pode-se não encontrar nenhuma relação importante entre suporte e texto para a compreensão do aprendizado e desenvolvimento da prática da leitura, mas se pode evidenciar que, nas duas situações vivenciadas por Manguel, havia um suporte sobre o qual o texto foi escrito e lido. Portanto, nestes atos de leitura, na relação leitor-texto, o suporte se insere como um elemento mediador entre o processo de escrita e leitura. O suporte pode afetar a prática de escrita e leitura muito mais do que ser um meio de registro e visualização de palavras e imagens, sendo, além disso, um elemento desencadeador de diferenças entre práticas de leituras realizadas em diferentes suportes, em diferentes épocas. Tais diferenças podem ser categorizadas nos diversos estudos que abordam a temática da leitura e apresentam evidências propositais ou não sobre a presença e influência dos suportes no tipo de relação experimentada entre leitor e texto.

Minhas mãos, escolhendo um livro que quero levar para a cama ou para a mesa de leitura, para o trem ou para dar de presente, examina a forma tanto quanto o

conteúdo. Dependendo da ocasião e do lugar que escolhi para ler, prefiro algo pequeno e cômodo, ou amplo e substancial. Os livros declaram-se por meio de seus títulos, seus autores, seus lugares num catálogo ou numa estante, pelas ilustrações em suas capas; declaram-se também pelo tamanho. Em diferentes momentos e em diferentes lugares, acontece de eu esperar que certos livros tenham determinada aparência, e, como ocorre com todas as formas, esses traços cambiantes fixam uma qualidade precisa para a definição do livro. Julgo um livro por sua capa; julgo um livro por sua forma.

Desde os primórdios, os leitores exigiram livros em formatos adaptados ao uso que pretendiam lhes dar. (MANGUEL, 1997, p.149)

Manguel explicita que tanto a forma quanto o conteúdo são alvos das exigências ou necessidades advindas do leitor. De certo modo, o livro é primeiramente visto por sua forma, sentido no contato físico, manuseado, admirado ou rejeitado nessa experiência que não apenas envolve uma busca de conteúdo, mas um relacionamento do leitor com a forma do livro. A história mostra que, em diferentes épocas, diferentes suportes de leitura foram utilizados para a prática de escrita e leitura, conforme as necessidades das sociedades e as possibilidades que suas tecnologias criavam.

Voltando-se à retomada ao percurso de um leitor em seu contato com o texto, é possível que ele recorde, além de personagens, ambientes, acontecimentos e descrições descobertas no texto, de cores, tamanhos, texturas, cheiro etc., no contato direto com o suporte do texto, como no caso do livro composto por páginas de papel. Importante questionar: “quem é este leitor cujas primeiras leituras foram tomadas a partir de um contato físico com a página impressa?” É possível identificar esse indivíduo no tempo, nos espaços e comunidades de leitura, na cultura, na sociedade etc.? Para isso, é necessário recorrer aos estudos que relacionam a prática de leitura com as tecnologias que propiciam os suportes materiais (ou virtuais) para o registro e leitura dos textos, sejam eles compostos por elementos verbais ou não-verbais.

É pertinente lembrar que o contato visual com a palavra escrita não se faz de forma imediata, mas mediada pelas relações entre o leitor e o mundo, com outros leitores, outros textos e contextos, e são essas relações que vão constituindo sentido ao aprendizado de textos escritos, aos textos, ao ato de ler e ao próprio leitor. Neste contexto, as tecnologias também agem como elementos mediadores das relações entre indivíduos e entre grupos, por meio do texto, nos processos de escrita e leitura ou no compartilhar de experiências de leitura.

Neste trabalho, procura-se evidenciar que os surgimentos dos suportes textuais, acompanhando as (r)evoluções tecnológicas de cada época, apresentam, além de funções diversas determinadas pelos usos e significados dados aos suportes, aspectos de continuidade e ruptura entre as práticas leitoras de diferentes épocas.

Texto e suporte, embora não se apresentem com uma conceituação explicitada e desenvolvida, inicialmente, podem-se tomá-los como texto: conteúdo produzido, lido, compreendido e interpretado, e suporte: o espaço ou lugar (físico ou virtual) onde o conteúdo se apresenta, onde este está registrado. O livro, por sua vez, seria a conjunção entre conteúdo e forma, texto e suporte, cuja combinação permite múltiplas possibilidades de organização, estrutura, paginação, entre outros aspectos. Além disso, outros suportes, tais como revistas e jornais também são compreendidos nessa mesma conjunção. Ao longo da história e na análise dos diversos suportes de textos, pode-se ver como os conteúdos verbais e não-verbais se apresentam dos modos mais diversos e possíveis que os suportes permitam. Segundo Marcuschi (2014, p.1), “desde a antiguidade os suportes textuais variaram, indo das paredes interiores de cavernas à pedrinha, à tabuleta, ao pergaminho, ao papel, ao outdoor, para finalmente entrar no ambiente virtual da Internet.”.

No primeiro capítulo desta dissertação, faz-se um panorama sobre a história da leitura, apresentando-se manifestações de leitura em diversos suportes textuais, ressignificados nesta dissertação como suportes tecnológicos de leitura de cada época. O intuito é, no primeiro momento, fazer um recorte histórico até antes da revolução de Gutenberg, buscando-se uma revisitação às transformações das práticas leitoras, tomando-se como ponto de partida a relação leitor-texto-suporte. Portanto, evidenciam-se as primeiras manifestações de dispositivos de leitura até a era do pergaminho. No segundo capítulo, apresentam-se as evoluções e transformações das práticas leitoras a partir do surgimento do papel e da revolução técnica da imprensa. No terceiro capítulo deste trabalho, apresenta-se uma síntese das transformações ocorridas no campo da leitura com o advento das revoluções eletrônicas, trazendo uma revisão da literatura que relacione as inovações tecnológicas que propiciaram novas práticas leitoras mediadas pelos elementos físicos e virtuais da cultura digital. É um capítulo especificamente dedicado a apresentar, como em uma linha do tempo, o surgimento dos dispositivos eletrônicos dedicados e não dedicados à leitura. Estes evoluíram concomitantemente com o aparecimento e evolução da tecnologia do hipertexto, aprimoraram-se para se adequar ao uso deste, bem como para a contribuição da concepção atual de e-book – livro eletrônico – na forma como é produzido, distribuído e comercializado no mercado editorial eletrônico e no espaço livre do mundo digital.

A relevância da temática abordada neste trabalho se dá por um olhar importante sobre a emergente crise de transição entre o velho e o novo, suscitada pelas revoluções tecnológicas, as quais modificaram o comportamento humano e suas instituições sociais afetadas pela

cultura digital e as novas práticas de uso de linguagem mediada pelas novas tecnologias de comunicação e informação.

A cultura digital é um fenômeno que vem produzindo resultados positivos no que diz respeito à difusão do hábito da leitura. Para Darnton (1990, p.159) “a leitura não é simplesmente uma habilidade, e sim uma maneira de fazer sentido, que deve variar de cultura para cultura”. Portanto, não há como dissociar leitura e cultura, pois cada sociedade produz, reproduz e transforma hábitos de leitura, conforme a sua cultura, em determinado período histórico.

com o grande avanço tecnológico, várias mudanças ocorreram e afetaram fatalmente os diversos aspectos da vida em sociedade: o uso do computador e da internet, por exemplo, proporcionaram a universalização das informações. Por meio dessa ferramenta, o navegador tem acesso a um mundo virtual em alta velocidade e sem distâncias territoriais. A linguagem não permaneceria imutável perante tal fato; a leitura, por exemplo, sofreu mudanças acentuadas com seus novos costumes e práticas diante dos textos disponíveis em meio digital. (MORAES, 2013, p.230)

Percebe-se que há forte relação entre as novas práticas de leitura e a influência de textos disponíveis, criados e/ou lidos em suportes digitais, o que tem levantado questionamentos no campo da história do livro e da história da leitura: os livros digitais substituirão os livros impressos? Aqueles que não abrem mão do livro impresso terão que ceder ao uso do livro digital? Os livros impressos – na comparação com os livros digitais, levando-se em conta fatores como custo, inovação, manipulação de texto, entre outros – irão desaparecer?

Responder a essas perguntas pode se fundar no pressuposto de que as sociedades mudam no percurso da história, adequando-se às novas exigências e necessidades sociais, políticas, jurídicas, entre outros aspectos da vida humana. No entanto, não é tarefa fácil, visto que as dinâmicas sociais que influenciam ou são influenciadas pelos hábitos de leitura são complexas e exigem um olhar construído não por uma, mas por um conjunto de disciplinas. No entanto, foi necessário fazer um recorte epistemológico significativo no campo de saber e atuação do pesquisador para então compreender pelo menos parte do fenômeno, sem deixar de vê-lo como um todo. Optou-se, portanto, nesta pesquisa, estudar a relação leitor-texto-suporte, com base nas teorias e estudos do campo da história da leitura e, havendo relevância, do campo da história do livro.

Estudos feitos sobre a difusão do hábito da leitura e da escrita numa dada população e sobre as características de suas escolhas em matéria de títulos e gêneros é tradicionalmente objeto de investigação sobre a História do Livro. Esses estudos

contribuem, segundo Robert Darnton (1990), para mapear o “quem”, “o quê”, “onde” e “quando” da leitura. Os estudos realizados no campo da História da Leitura deslocaram essas preocupações para responder perguntas mais difíceis sobre “como” e “porquê” se exercem essas práticas, o que passou a ser sua questão central. (KLINKE, 2010, p. 7)

Pensar que, segundo Darnton (1990), a “leitura tem uma história”, ressalta o fato de que as práticas leitoras são criativas, variáveis e influenciadas por condições histórico-sociais específicas, das quais são produzidos “os modos de ler e escrever, usos da leitura e da escrita e significações que não podem ser inferidos de uma essência das práticas mesmas” (KLINKE, 2010, p.9)

Considerando-se que os elementos centrais de toda escrita e leitura são os textos e os leitores, pode-se partir dessa relação todo um conjunto de observações possíveis que ajudem a entender as formas de apropriação de textos. Deste modo, há práticas de leitura das quais se apreendam traços constitutivos de diferentes comunidades de leitores. Esses traços tem relação com os tipos de textos e suportes textuais empregados. Se “a leitura não é simplesmente uma habilidade, e sim uma maneira de fazer sentido, que deve variar de cultura para cultura” (DARNTON, 1990, p.159), então as práticas de leitura na era digital são produtoras de novos sentidos, de novas formas de apropriação, as quais concorrem ou coexistem com as práticas leitoras no texto impresso.

A escola, por exemplo, enfrenta a crise entre o velho e novo, se considerar que há práticas pedagógicas ainda presas ao giz, quando há um corpo discente jovem exigindo aulas mais criativas, dinâmicas, que não excluam dos recursos metodológicos as inovações tecnológicas.

Pensar em inovações tecnológicas educacionais significa também repensar os ambientes de aprendizagem e a capacitação dos profissionais da educação. Segundo Lévy (1993) a “escola é uma instituição que há cinco mil anos baseia no falar/ditar do mestre, na escrita manuscrita do aluno e, há quatro séculos, em uso moderado da impressão”, conforme propõe o autor, os suportes tecnológicos, o computador e, sobretudo a internet, proporcionam mudanças no cotidiano escolar e, conseqüentemente, nas práticas pedagógicas utilizadas pelos professores. (THEISEN, 2012, p.1)

Theisen (2012) considera que a leitura e a escrita, inseridas no universo digital e multimodal, assimilam várias linguagens. Desse modo, se a leitura em textos impressos pode ser dinâmica, dentro das limitações do suporte, as leituras em textos digitais oferecem muito mais riqueza de elementos e funcionalidades, tornando possível uma leitura mais dinâmica.

Há, nos textos digitais, elementos gráficos de navegação que são diferentes daqueles usados e possibilitados no impresso. Dessa forma, o sentido construído na leitura desses textos vai emergir não só do processamento dos elementos verbais, mas também do processamento de todas as linguagens envolvidas nesse ato comunicativo. (THEISEN, 2012, p. 2)

A leitura em textos digitais é apenas um dos elementos constitutivos do universo digital, sendo importante considerar que o mundo do ciberespaço apresenta uma diversidade de possibilidades de produção e tratamento do conhecimento, além de diferentes formas de apropriação de saberes. A leitura como processo de construção de conhecimento passou a ser cada vez mais acessível e compartilhada por meio da internet, de modo que leitores, em diferentes lugares do mundo, podem ler o mesmo texto, ao mesmo tempo, com ou sem interferência e interatividade de usuários conectados, dependendo das características do ambiente virtual em que textos e leitores (com seus diversos perfis de acesso) se localizam. Essa interação entre leitores e leitores, leitores e textos, textos e textos na internet, que é possível com o uso dos computadores ou outros recursos tecnológicos como celulares e tablets, deram origem a um novo suporte de leitura.

Neste suporte, constituído na tela do computador (e outros formatos tecnológicos como tablets e mesmo celulares) encontra-se a escrita basicamente de duas formas. No formato texto, o qual sugere uma leitura linear, e no formato de hipertexto, onde o conteúdo é apresentado de forma não sequencial, não linear, e que permite ao leitor uma diversidade de caminhos na realização da leitura de um único texto, ou tema inicial. (THEISEN, 2012, p. 2)

O novo suporte de leitura, o suporte digital, é com certeza um dos fenômenos recentes que mais impactou a cultura do conhecimento, da leitura e de diversas práticas sociais, seja modificando-as completamente, seja funcionando como um elemento de transição entre antigas e novas atividades humanas que envolvem o uso da linguagem. Para Ramal (2002, p.14), “os suportes digitais, as redes, os hipertextos são, a partir de agora, as tecnologias intelectuais que a humanidade passará a utilizar para aprender, gerar informação, ler, interpretar a realidade e transformá-la”

Sobre o hipertexto é importante diferenciá-lo do conceito de texto. De acordo com Theisen:

Os novos suportes de leitura, a convergência de diferente mídia e a possibilidade de uma ampla interação fez que o texto tradicional, adaptado aos novos suportes tecnológicos, fosse chamado “hipertexto”. O hipertexto pode ser uma série de textos conectados entre si e que possibilitam diversos caminhos de leitura; e uma convergência de várias linguagens num único suporte, com a possibilidade de

intervenção instantânea do navegador através de dispositivos que favorecem a interatividade. (THEISEN, 2012, p. 6)

A apropriação do hipertexto por parte do leitor pode se dar por um caminho totalmente diferente do proposto ou traçado pelo autor. Isso é um dos grandes diferenciais do hipertexto, visto que o conjunto de textos, imagens e vídeos acessíveis em um único suporte oferecem uma sugestão de acesso a uma infinidade de links que se direcionam para outros textos, do mesmo ou de autores diferentes. De um modo geral, o que o hipertexto trouxe para as novas práticas leitoras é a conjugação da palavra com imagem, som e movimento em um único suporte. Portanto, além de o hipertexto ser disponibilizado no ciberespaço – onde pode ser localizado por qualquer usuário utilizando o recurso da navegação e onde há interatividade – ele permite a integração de várias mídias, definindo-se também como de natureza multimodal: diversas linguagens em um único suporte.

A dimensão de possibilidades de transformações que o hipertexto trouxe para as práticas leitoras não é mensurável. No entanto, pode-se estudá-las a partir da observação do que esta tecnologia propicia na utilização dos dispositivos de leitura físicos e virtuais apresentados neste trabalho.

CAPÍTULO I

Das primeiras manifestações de leitura à era do pergaminho

1.1 Introdução

Entalhes em ossos, nós de *quipo*¹ codificados por cores, extensas mensagens imagéticas em cascas de árvores ou em couro, varetas, bandeiras, fumaça, fogo e reflexos em metais polidos, registros em cordas e entalhes, pedras de cristal; cruces, listas e outras imagens em pedras e pequenas fichas ou moedas de argila de diversos formatos geométricos são exemplos dados por Steven Roger Fischer como as primeiras manifestações de “leitura”. São produtos de uma escrita incompleta, pois ao envolver, no ato da leitura, códigos predeterminados, cabia ao leitor apenas reconhecer significados conhecidos: uma ação ou um nome falado, por exemplo. (FISCHER, 2006, p.13-14).

Destes exemplos, ainda que não representem manifestações da leitura como conhecida hoje, com toda complexidade proveniente de uma escrita completa², podem-se depreender três categorias sobre as quais se debruça este trabalho – leitor, suporte, texto – sem retirar de sua observação, outros elementos que estão imbricados nessa relação: sociedade, cultura, tecnologia e as práticas leitoras envolvidas nesse vínculo. Desde antes do nascimento da leitura completa, ou da leitura “em sua forma verdadeira”³, até aquela que se faz em tela – de computadores, smartphones, tablets, óculos, relógios, ou de qualquer outro dispositivo eletrônico – esses três elementos fazem parte, em maior ou menor grau de importância que a dada neste trabalho, de investigações que se voltem ao estudo de práticas leitoras.

Aqui, o enfoque é dado ao surgimento e uso dos suportes físicos ou virtuais de leitura e como estes influenciam a transformação dos conteúdos que eles veiculam e, conseqüentemente, da cultura de leitura em que se inserem os usuários destes suportes, que não atuam passivamente, simplesmente aceitando as formas, estruturas e organização das inscrições nos suportes, mas exercendo função ativa na expressão de suas necessidades quanto

¹ “Conjunto de cordões de cores variadas, com nós, usados pelos índios peruanos para fazer cálculos e transmitir mensagens” (Dicionário online de Português, acessado em 10 de fevereiro de 2016).

² Segundo Fischer, a “escrita completa” deve cumprir a três critérios específicos: “– ter por objetivo a comunicação; – consistir em sinais gráficos artificiais realizados sobre uma superfície durável ou eletrônica; e – empregar sinais que se relacionem convencionalmente ao discurso articulado (a organização sistemática de sons vocais significativos) ou a programação eletrônica de modo que ative a comunicação” (FISCHER, 2006, p. 14). É importante destacar que “escrita incompleta” não pressupõe “leitura incompleta”, pois “ao contrário da escrita, a leitura não pressupõe linguagem: a leitura é antes de mais nada visual (não-oral) e conceitual (não-linguística)” (FISCHER, 2006, p. 16).

³ Conforme Steven Fischer (2006, p. 15).

ao que esperam e aceitam como suportes de leitura, e nas intervenções que executam sobre texto e suporte. Portanto, o *uso* é um elemento desencadeador da temática que propõe esta dissertação, pois este vai além do simples manusear um suporte textual, mas envolve todas as possibilidades que essa relação – leitor-suporte-texto – disponibiliza para o ato de ler. Tais possibilidades vão desde a liberdade para escrever sobre o suporte, nos espaços disponíveis para o leitor, no caso de um texto em livro, a tocar em uma área específica (no texto sobre o suporte) e abrir um *menu* de opções, tais como pesquisar o significado de uma palavra em um dicionário online ou *copiar* uma palavra ou trecho e *colar* o conteúdo copiado em outro lugar digital.

A escrita não é ignorada neste trabalho, pois sem esta a leitura e seu desenvolvimento ao longo de gerações, desde a antiguidade à revolução eletrônica, não seria possível. As histórias da escrita e da leitura caminham paralelas, são distintas e alvos de abordagens diferentes e complementares. Ambas possuem algo em comum: o conteúdo disposto no suporte (físico ou virtual), o “texto”, que “se constitui ponto de encontro entre dois sujeitos: o que escreve e o que o lê; escritor e leitor, reunidos pelo ato radicalmente solitário da leitura, contrapartida do igualmente solitário ato de escritura” (LAJOLO, 1988, p. 52).

Esse encontro entre sujeitos autor e leitor se desenrola no contexto em que, pelo uso intencional, funcional, cultural e histórico, a linguagem humana atravessa os percursos da oralidade, transforma-se e representa-se na e pela escrita e encontra o leitor, pois “é apenas por ocasião do ato de ler, isto é, quando a linguagem confiada a letras, espaços e sinais de pontuação volta à vida através do olhar humano, que escrita e fala evidenciam o pacto que as entrelaça” (LAJOLO & ZILBERMAN, 2009). É, portanto, o ato de ler um encontro com a oralidade, intermediado pela escrita, pelo texto, veiculado em um determinado suporte.

O desdobramento da história humana, pela dinâmica de suas transformações sociais, culturais, políticas, econômicas, jurídicas, educacionais, artísticas, estéticas e religiosas, encarregou-se de diversificar as múltiplas possibilidades desse encontro que, entre continuidades e rupturas, apresentou diferentes identidades e representações dos elementos essenciais dos seus elos inseparáveis: leitor, suporte e texto. Esse encontro, que apresenta diversidade, são, na verdade, encontros, de caráter plural. Nesses encontros, a diversidade de suportes, leitores e textos tornam a experiência de leitura específica, individual, mas também coletiva, pois pode ser vivenciada por uns conjuntos sem número de indivíduos, categorizados

por interesses comuns, que se reconhecem ou não, que se isolam com práticas similares ou as realizam em comunidades, as comunidades de leitura.

1.2 Dos primeiros suportes de leitura à era do papiro

A Antiguidade ou Idade antiga é um período identificado pelo surgimento da escrita, em seu início, no quarto milênio a.C., e se estende até a queda do Império Romano Ocidental, dando início a Idade Média. Na História Antiga, os desenvolvimentos da escrita e da leitura trouxeram consigo uma história dos seus suportes, que desde a argila às peles de animais foram se ajustando aos formatos demandados pelas sociedades que os empregaram em seus usos de linguagem, entre eles, os mesopotâmicos, persas, egípcios, hebreus, hititas, gregos, romanos, cretenses, povos bárbaros, celtas, etruscos, entre outros povos. A história do mundo antigo coincide com a história do nascimento da escrita ao fim da Era do Papiro, mas não ao total ao desaparecimento deste.

Mesopotâmia, “a terra entre rios” Tigre e Eufrates, hoje situada no sudeste do Iraque, foi uma região do Oriente Médio por onde passaram diversos povos nômades. Ocupada principalmente pelos sumérios, babilônicos, assírios e caldeus, além dos elamitas, hebreus, fenícios, medos, persas e hititas. Dessa região, que possui duas distintas regiões geográficas: Alta Mesopotâmia e Baixa Mesopotâmia, tem-se parte dos primeiros registros da escrita e leitura antiga.

A argila foi o suporte de escrita e leitura que predominou na Mesopotâmia. Sobre ela, a escrita cuneiforme se realizava. Havia também a pedra, cera, marfim, metal e vidro sobre os quais se entalhavam os sinais, em forma de cunha. Sobre o papiro, essas formas escritas com tinta eram raras. Era soberana na mesopotâmia a “literatura de argila”. A leitura, os poucos capazes deviam fazê-la em voz alta. Ler e escrever, entre 2000 a 1550 a.C., em Ur e Sippar, era privilégio de no máximo 2% da população – os escribas. Estes, que fracassaram na elaboração de uma literatura de lazer, devido ao peso e tamanho grande das tabuletas de argila, produziam textos que – servindo para recuperar informações anteriormente decoradas – estavam mais relacionados ao trabalho. Ao lerem os textos em voz alta, configuravam uma literatura oral e pública. (FISCHER, 2006, p.16-17).

Ainda sobre a argila, Maria Faria diz que:

é o mais antigo suporte de escrita, usado na Suméria a partir do IV milênio antes de Cristo. Não deixa de ser interessante a analogia que se fazia entre o material que tinha servido, segundo a Bíblia, para moldar o homem e aquele que servia de base à escrita. Com ela formavam-se pequenas tabuinhas que, após terem sido gravadas com um cunho de metal, marfim ou madeira, eram secas ao sol ou cozidas no forno. As menores apresentavam um dos lados abaulados, de modo a se adaptarem à mão que as segurava, enquanto se escrevia do outro lado. As maiores, lisas de ambos os lados e destinadas a mensagens mais longas, eram opistográficas, ou seja, escritas dos dois lados. (FARIA, 2008, p. 64)

Em concordância com Faria, Martyn Lyons também afirma que o sistema de escrita cuneiforme se originou na Suméria.

“Ali, contadores registravam o patrimônio com uma espécie de estilete pontiagudo (chamado de *stylus*), usando sinais e números sobre placas de argila mais ou menos do tamanho de um cartão de crédito. A ação de pressionar uma cunha na argila mole deu origem a esse sistema de escrita o seu nome moderno (em latim, *cuneus* significa “cunha”). Feita a inscrição, as placas eram simplesmente secadas ao sol.” (LYONS, 2011, p. 16, grifos do autor)

Conforme Fischer (2009, p. 118), “em 1400 a.C., a escrita cuneiforme era a escrita internacional da diplomacia e do comércio”. Faria (2008, p. 302-303) informa que esse sistema de escrita também foi empregado pelos assírios, persas e medas. O estilete poderia ser de metal, marfim ou madeira. Um livro, considerando as tabuletas de argila como suporte, era composto por diversas dessas placas, “possivelmente armazenadas em caixas de madeira ou malas de couro, em determinada ordem, a fim de permitir a leitura sequencial” (FISCHER 2006, p. 19). Como exemplo desses livros de argila, pode-se mencionar o rei Assurbanipal, da Assíria, dono de uma biblioteca em Nínive, que possuía 25 mil placas, descobertas entre meados do século XIX e início do século XX⁴. A grande biblioteca de Nínive, dispendo de diversidade de assuntos, é uma rica fonte de conhecimento geral sobre as culturas antigas Suméria, Babilônia e Assíria.

Assim Assurbanipal montou uma biblioteca excepcionalmente grande para a época. Continha uma porcentagem elevada, fora do comum, de escritos cerimoniais, além de astrologia, presságios e palavras de feitiçaria – ou seja, recursos para compreender, apaziguar e coagir os deuses. [...]. Mas as obras de temas como matemática, medicina, astronomia, poesia épica, canções, cânticos, dicionários bilíngues sumério-babilônio e muitos outros assuntos também foram contemplados. Nesse caso, a leitura é inconfundivelmente valorizada como uma fonte de conhecimento geral e meio de contatar e se dirigir ao divino. (FISCHER, 2006, p.24-25)

⁴ Ver LYONS, 2011, p. 17; FISCHER, 2006, p. 24; FISCHER, 2009, p. 118.

Alberto Manguel (1997) diz ser possível que os mesopotâmicos tivessem tabuletas de argila encadernadas.

É possível que os mesopotâmicos também tivessem livros encadernados de modo parecido ao dos nossos volumes: monumentos funerários de pedra neo-hititas representam alguns objetos semelhantes a códices – talvez uma série de tabuletas presas umas às outras dentro de uma capa, mas nenhum livro desses chegou até nós. (MANGUEL, 1997, p. 149-150)

A argila não era apropriada para a forma do livro em códice devido ao peso e a possibilidade de quebrar nessas condições.

A leitura das tabuletas de argila ou de pedra estava intimamente ligada ao próprio ato de escrever, pois, afinal, nesta época em que a escrita era “impressão cuneiforme” (FARIA, 2008) quem escrevia nestas placas – os escribas – eram, em maior frequência, os próprios leitores destas, e, sendo responsáveis também pela interpretação do conteúdo, eram verdadeiros

tabeliães, estenógrafos, contadores, arquivistas, secretários e burocratas. Eram também leitores ativos cujos superiores ou senhores iletrados – arquitetos, astrônomos, comerciantes ou padres – pediam, com frequência, que fizessem em voz alta, como parte das tarefas usuais ou por uma pequena taxa. (FISCHER, 2006, p. 20)

Os escribas eram profissionais privilegiados nas sociedades mesopotâmicas. Deles dependiam muitas atividades que necessitavam de registros escritos nas esferas econômicas, comerciais, jurídicas, religiosas, políticas, artísticas, literárias, entre outras atividades que exigissem um testemunho escrito daquilo que até então só permanecia na oralidade. De acordo Manguel (2007), o escriba sumério – “para quem a leitura era uma prerrogativa muito valorizada – tinha um sentimento mais intenso de responsabilidade do que o leitor de hoje em Nova York ou Santiago, pois um artigo da lei ou um acerto de contas dependia de sua exclusiva interpretação” (p. 37); impregnava “o ato de ler com poder político” (p. 38).

Faria (2008) apresenta uma acepção abrangente sobre o escriba:

pessoa que nas antigas civilizações da Mesopotâmia, do Egito, da China, entre outras, tinha um cargo muito importante e considerado, possuindo um nível de vida superior ao do resto da população: registrava os mitos divinos, a história do país, os hinos, as orações, juntamente com os sacerdotes, tendo começado pelo simples registro de contas, impostos e listas dos produtos. O poder dos escribas derivava do fato de deterem a capacidade de escrever, reservando os segredos da escrita e

colocando-se ao serviço do poder instituído que os recompensava com privilégios. (FARIA, 2008, p. 302)

Segurar uma tabuleta poderia ser fácil, pois esta, geralmente, cabia em uma mão. No entanto, nem toda leitura era destinada a ser feita com o uso de um suporte pequeno como uma placa de argila. Textos escritos em grandes monumentos de pedra ou argila eram utilizados para leituras públicas, utilizados como obras de referência, indicando hierarquia e autoridade.

Nem todos os livros da Mesopotâmia destinavam-se a ser segurados na mão. Existem textos escritos em superfícies muito maiores, tais como o Código de Leis da Média Assíria, encontrado em Assur e datado do século XII a. C., que mede 6,2 metros quadrados e traz o texto em colunas de ambos os lados. Obviamente, esse "livro" não se destinava a ser carregado, mas erguido e consultado como obra de referência. Nesse caso, o tamanho devia ter também um significado hierárquico: uma tabuleta pequena poderia sugerir um negócio privado; um livro de leis nesse formato tão grande com certeza aumentava, aos olhos do leitor mesopotâmico, a autoridade das leis. (MANGUEL, 2007, p. 150)

O Egito, dada a sua importância na tradição afro-asiática⁵, junto com a suméria (onde nasceu o sistema de escrita cuneiforme), na história da linguagem da escrita, descobriu uma vantagem entre outros povos na feitura de um material muito mais leve, de baixo custo e mais durável para a escrita, em comparação com as tabuletas de argila – o papiro. A vantagem estava em que os juncos que cresciam no delta do Nilo, onde se localizava na antiguidade, o alto Egito, eram mais apropriados para a fabricação do papiro.

Cerca 3000 a.C., os egípcios descobriram que poderiam fazer papel das tiras da medula suave e mole que ficava dentro dos caules do papiro. Esses caniços cresciam em toda a região do Mediterrâneo, mas os caniços de papiro do Egito eram mais adequados para a confecção de papel. E isso por duas razões. Primeiro, os suprimentos pareciam ilimitados, especialmente no delta do Nilo. Segundo, os caules das plantas egípcias eram mais altos. Podiam chegar a cinco metros de altura com até cinco centímetros de espessura. Isso fez com que o Egito tivesse um certo monopólio dessa indústria. (MILLER & HUBER, 2006, p. 20-21)

As duas razões apresentadas por Miller & Hubber – suprimentos ilimitados e altura dos caules – que, de certa forma, contribuíram para o monopólio da fabricação de papiro,

⁵ Segundo Fischer (2009), o curso da linguagem escrita foi guiado por três tradições: afro-asiática (Egito e Suméria); asiática (China) e mesoamericana.

parecem concordar ou complementar a afirmação de Lyons (2011, p.21): “O Egito monopolizava a produção e guardava ciosamente os segredos da fabricação de papiro a partir de juncos que cresciam nos pântanos do delta do Nilo”. Desse modo, todo o mundo mediterrâneo importou papiro do Egito.

O papiro é o nome dado não somente à matéria-prima, à planta, mas também ao suporte de escrita fabricado com ele.

planta da família das Ciperáceas, originária das margens do delta do Nilo, cujo caule é mole e contém uma goma que permite a sua aglutinação e o fabrico de folhas apertadas pela prensa. Através da sobreposição perpendicular de várias tiras finíssimas deste caule e da sua prensagem e secagem, obtinha-se um suporte de escrita a que se deu também o nome de papiro. Sendo as folhas coladas justapostas para formar rolos aptas a receber a escrita, o comprimento destes rolos podia chegar a atingir os 40 metros, como é o caso do Grande Papiro Harris do British Museum. [...] Os mais antigos papiros são originários do Egito e remontam a cerca de 2400 a.C. (FARIA, 2008, p. 558)

O Egito também desenvolveu seu próprio sistema de escrita, que se realizava em três formas na sua escrita antiga: hieroglífica, hierática e demótica.

Há três formas de escrita egípcia antiga. A mais importante são os hieróglifos (uma posterior denominação grega errada para o termo 'entalhe sagrado') de uso principalmente monumental ou ritualístico. As duas escritas cursivas (a escrita cursiva flui livremente com caracteres unidos), a hierática e a bem mais tardia escrita demótica, que normalmente eram escritas com tinta em papiros. Porém, as três escritas só se diferenciam na aparência externa. Todas as três são, essencialmente, uma única escrita. (FISCHER, 2009, p. 113).

No século III d.C., essas três formas de escrita egípcia foram substituídas pela escrita alfabética grega, passando a ser usada na escrita da língua egípcia junto com alfabeto cóptico. (FISCHER, 2009).

Com a era do papiro e o sistema de escrita egípcio, desenvolvido após emprestar dos sumérios os conceitos de logografia, fonografia e linearidade com sequência de sinais, os egípcios demonstraram ser mais ágeis no desenvolvimento e exploração da leitura e escrita. (FISCHER, 2006). Embora esse desenvolvimento tenha uma relação direta ou indireta com a adequação egípcia do sistema de escrita sumério aos novos contextos de uso da linguagem, os egípcios parecem ter sido uma das primeiras civilizações, antes mesmo dos mesopotâmicos, a habitarem onde possivelmente ocorreu o nascimento da escrita.

Não houve uma pessoa que 'inventou' a escrita. Ela surgiu pela primeira vez numa ampla faixa que vai do Egito até o Vale do Indo, aparentemente como resultado da melhora de um antigo sistema de contagem e classificação.[...] É possível que a ideia da escrita tenha surgido uma única vez na história humana, e depois imitada por muitas sociedades. Até bem recentemente, a maioria dos pesquisadores acreditava que esse surgimento havia ocorrido somente no sul da Mesopotâmia (hoje, sudeste do Iraque). Porém, novos indícios arqueológicos tornam urgente a consideração de que a escrita primitiva se desenvolveu num território mais amplo, que se estende do Egito até o vale do Indo. (FISCHER 2009, p.107-109.)

Outros suportes de escrita hieroglífica foram utilizados no quarto milênio a.C. no Egito – “pedras, paletas de ardósia, estelas funerárias (placas verticais de pedra com inscrições), selos cilíndricos, objetos decorativos, cerâmicas, tabuletas de marfim, armas de pedra, entre outros”. No entanto, o que prevaleceu para a leitura foram textos na escrita cursiva abreviada com tinta em papiro, o hierático, derivado do hieróglifo, uma simplificação deste. A escrita hierática também se apresentava com pouca frequência em outros suportes: “pedra, gesso, couro, tecidos de linho, óstraco (lascas de calcário ou fragmentos de cerâmica inscritos) e outras superfícies”. (FISCHER, 2006, p. 27-28).

Os que eram capazes de ler no Egito não chegavam a mais 1% em todo império. A maioria destes letrados, compostos pela elite da sociedade ou pela subelite de escravos escribas, ocupavam cargos administrativos. Os escribas profissionais dos povoados davam aos 99% de iletrados acesso à escrita e à leitura. Possuindo maior elevação social que os escribas mesopotâmicos, os escribas egípcios, em sua minoria, por um lado, chegavam a se tornar oficiais e ministros palacianos ricos e poderosos. Por outro lado, a maioria dos escribas egípcios, subordinados ao reino, mantinha seus *status* pela capacidade de ler e escrever, sendo o que ato físico de escrever era a condição real para os que realmente adquiriam o *status* social elevado. (FISCHER, 2006, p. 28-29)

A diversidade de textos escritos no Egito envolvia: “literatura funerária inscrita nas câmaras de sepultamento das pirâmides da Quarta e Quinta Dinastias”; “literatura de ‘sabedoria’, narrativas, hinos, textos abordando temas como medicina, magia, matemática, astronomia e referentes a calendário no Médio Império” e, no Novo Império, “poemas de amor e histórias simples de caráter folclórico”, textos religiosos que “descreviam rituais de devoção diária e eventos sobrenaturais”, “hinos, mitos e fórmulas mágicas. Estudos de medicina (incluindo ginecologia e ciência veterinária), matemática, história e lexicografia (extensas listas de animais, plantas, partes do corpo e nomes geográficos como auxiliares de memória)”. (FISCHER, 2006, p. 31-32).

Os egípcios possuíam suas bibliotecas em templos, palácios, centros administrativos e em residências particulares de letrados ricos (FISCHER, 2006, p. 34). O templo, no antigo Egito, centro da sociedade, não era apenas o centro de adoração e casa dos sacerdotes, mas também fonte do direito, verdadeiras bibliotecas e escolas. A biblioteca era a “House of Life” (a casa da vida), também conhecida como “Temple Library” (biblioteca do templo). (PORCARO, 2002).

The temple library was an important structure to the culture of Egypt. Richardson claims that by the time of the Exodus there were probably libraries in all the Egyptian temples and palaces. The temple libraries and archives in Egypt were more than just a place to store records, but quite truly a vital part of the life of ancient Egypt. The libraries were places of sacredness which often supported a priestly class and its rituals. Egyptian temples were also occasionally linked with state record keeping. These temple libraries of pre-Hellenistic Egypt most surely laid the foundation for other great Egyptian libraries and schools, e.g., Alexandria. (PORCARO, 2002, p. 68-69)⁶

Localizado na cidade de Edfu, que está situada no lado ocidental do Nilo, entre Esna e Assuã, o Templo de Edfu, também conhecido como templo de Hórus, pois foi dedicado a esse deus, demorou cerca de 180 anos para ter sua obra completada a partir do início de sua construção por volta do ano 237 a.C. No fundo do pátio deste templo, há uma colunata, em cujo lado direito se encontra uma biblioteca do templo, onde, acredita-se, guardavam-se rolos de papiro. (TEMPLO, 2016). Sobre a cidade de Edfu, Fischer (2006, p. 34) afirma:

De Edfu, surgiu o catálogo de catálogos, datado de 2000 a.C., aproximadamente, revelando como as antigas bibliotecas egípcias também tentavam definir seu mundo de experiências em categorias como “A Lista de Todos os Escritos Entalhados em Madeira”, “O Livro de Lugares e das Coisas que Neles Existem”, “O Livro do que Deverá ser Encontrado no Templo” e muitas outras.

O Papiro também foi usado na Grécia e em Roma. Com a popularização do papiro e a importação desse material do Egito, gregos, e mais tarde, os romanos, desenvolveram-se na produção de livros. *Iliada*, de Homero, por exemplo, antes de ser confeccionado como um

⁶ A biblioteca do templo era uma estrutura importante para a cultura do Egito. Richardson afirma que no momento do Êxodo havia provavelmente bibliotecas em todos os templos e palácios egípcios. As bibliotecas do templo e arquivos no Egito eram mais do que apenas um lugar para armazenar registros, mas muito verdadeiramente uma parte vital da vida do antigo Egito. As bibliotecas eram lugares de sacralidade que muitas vezes auxiliava uma classe sacerdotal e seus rituais. Templos egípcios também foram ocasionalmente relacionados com a manutenção de registros do Estado. Essas bibliotecas do templo do Egito pré-helênico muito certamente lançaram os alicerces para outras grandes bibliotecas e escolas egípcias, por exemplo, Alexandria. (Tradução nossa)

livro, com 24 capítulos em formato de códice, era composto por 24 rolos de papiros separados, ou 24 livros em formato de rolo. Conforme Lyons (2011, p. 21): “Túcídes (c.460-400 a.C.), Platão (c.428-c.347 a.C.) e Cícero (106-43 a.C.), todos escreveram em papiro”.

Assim como na Mesopotâmia, com a escrita cuneiforme; no Egito, com a hieroglífica, o alfabeto grego foi o sistema que marcou a escrita na Grécia, desenvolvido nos séculos VI e VII a.C. No terceiro milênio a.C., os gregos emprestaram a ideia de escrita silábica que, mil anos mais tarde, foi substituída pelo protoalfabeto. Este, em 1200 a.C., foi substituído pelo alfabeto consonantal. Esses três sistemas foram emprestados de um mesmo lugar: dos cananitas do Levante, o último, em especial, de Canaã da Idade do Bronze. Foi com a introdução de vogais no alfabeto consonantal levantino que se chegou finalmente a uma escrita alfabética grega que durou quase 3000 anos.

No final desse processo os engenhosos escribas gregos estavam de posse de um pequeno e prático alfabeto de letras com consoantes e vogais individuais. Tudo o que eles tinham de fazer para escrever sua língua era combinar consoantes e vogais em sequências que formassem palavras inteiras, o mesmo método que usamos hoje. Em nenhum outro lugar do planeta a invenção independente de um alfabeto vocálico e consonantal se repetiu. Talvez mais significativamente, nenhum sistema de escrita conseguiu nada mais eminentemente útil para a maioria – embora não todas – das línguas do mundo. Todas as escritas da Europa ocidental e oriental derivam do alfabeto grego, incluindo a deste livro. Ao encontrar o alfabeto grego, europeus pré-alfabetizados ou tomaram emprestada a ideia da escrita grega ou adotaram o alfabeto grego, com ou sem mudanças. (FISCHER, 2009, p. 123)

Nesta fala de Fischer, vê-se a extensibilidade do alcance do alfabeto grego – “a forma de comunicação escrita mais eficiente já projetada (para a maioria, embora não todas, as línguas)” – no mundo, pensando-se nas línguas que o adotou ou o imitou, especialmente no século XIX e XX d.C. Segundo o autor, “hoje, qualquer língua que ainda precise de uma escrita é automaticamente transposta para a escrita alfabética” (FISCHER, 2009, p. 136).

Com o alfabeto grego, houve a simplificação e abreviação do ensino de escrita, pois enquanto um chinês dedicava toda a vida para aprender milhares de caracteres, o estudante do alfabeto grego precisava de apenas alguns dias. Embora isso rompesse com o monopólio dos escribas, ampliando a capacidade e facilidade de leitura, o índice de alfabetismo era restrito na Grécia antiga (LYONS, 2011, p. 23).

Antes do uso dos rolos em papiro, os gregos não possuíam registros de textos muito extensos, devido à própria qualidade e limitação dos suportes de que dispunham.

Até meados do século IV a.C., os gregos, na própria Hélade, até onde sabemos, ‘eram desprovidos de um material para escrita que fosse comum, barato e acessível a todos’. Os gregos antigos escreviam em qualquer material que estivesse disponível: fragmentos de cerâmica, tabuletas de cera, peles de todo tipo, até placas de ouro e prata, além de chapas de chumbo. (O chumbo era, na verdade, prescrito para feitiços.) Como esses materiais não contribuía para uma leitura fácil e concisa, poucos trabalhos mais extensos foram escritos. Contava-se sobretudo com a memória humana, como sempre. (FISCHER, 2006. p.43)

Com o advento do papiro, após o século IV a.C., e com o aumento da importação desse material, a literatura na Grécia cresceu. Mais do que isso, o comércio de livros se expandiu alcançando a Europa, culminando no “nascimento da cultura escrita no Ocidente”. Antes do papiro, a gregos começaram a ler por volta de 2000 a.C., sob a influência da escrita silábica de Canaã. No entanto, assim como na Mesopotâmia e no Egito, em suas eras de escassos letrados, poucos gregos sabiam ler até 600 a.C. Em torno de 480 a.C., cerca de 5% da população adulta de Atenas (homens, mulheres e escravos) eram considerados letrados. Até esse período, a sociedade oral grega ainda não havia experimentado o verdadeiro poder da escrita como “ferramenta social”. Foi do século V ao IV a.C. que a tradição escrita foi se sobrepondo a oral, fazendo com que a leitura deixasse de ser apenas um recurso da memória individual, pois, nesta condição, a leitura se realiza de forma oral, pública, em voz alta. A tradição escrita contribuiu para a expansão do conhecimento, união de estados e a promoção e valorização do ensino: em algumas cidades-estados, meninos e meninas não escravos eram financiados para estudar em escolas públicas, onde ler e escrever em grego era o foco principal. Após o alfabeto grego, ensinavam-se sílabas complexas, palavras inteiras, raras, memorização e leitura de textos contínuos e a declamação, pois “ler sempre significou a leitura em voz alta”. (FISCHER, 2006).

Com a difusão da escrita, a obrigatoriedade do ensino, a força e rigidez da pedagogia grega antiga, Alexandre, O Grande, sob a tutela de Aristóteles, tornou-se amante dos livros (rolos), possivelmente sendo essa uma das maiores inspirações para tornar Alexandria, fundada em 331 a.C., uma cidade livresca.

Se os gostos de seu fundador serviam de parâmetro, Alexandria estava destinada a se tornar uma cidade livresca. O pai de Alexandre, Filipe da Macedônia, contratara Aristóteles para ser tutor particular do filho e, graças aos ensinamentos do filósofo, Alexandre tornou-se "um grande amante de todos os tipos de conhecimentos e leituras", – leitor tão ávido, de fato, que raramente deixava de ter um livro consigo.

Certa ocasião, viajando pela Ásia e "estando desprovido de outros livros", mandou que um de seus comandantes lhe enviasse vários; foi devidamente atendido, recebendo a *História* de Filisto, várias peças de Eurípedes, Sófocles e Ésquilo e poemas de Telestes e Filoxeno. (MANGUEL, 1997, p. 216)

Com a construção do museu municipal, uma biblioteca começou a ser construída como anexo, durante os reinados de Ptolomeu I Sóter e de Ptolomeu II Filadelfo (322 – 246 a.C.), sucessores de Alexandre, O Grande. Assim, na primeira metade do século III, a mais importante biblioteca do mundo antigo foi fundada, a célebre Biblioteca de Alexandria que visou reunir a totalidade do conhecimento do mundo. Ptolomeu II Filadelfo chegou a construir uma biblioteca subsidiária que funcionava como biblioteca pública, o Serapeum, enquanto que a principal servia aos estudiosos. (LYONS, 2011, p. 26).

Chegando a cerca de 500 mil rolos na biblioteca principal, e mais outros 40 mil no depósito anexo ao Templo de Serápis, a biblioteca pública, a forma como esses os livros foram adquiridos, incluindo a coleção de livros de Aristóteles, é explicitada por Manguel::

De acordo com Estrabão, a coleção de livros de Aristóteles foi para Teofrasto, dele para seu parente e pupilo Neleu de Scepsis, e de Neleu (embora sua generosidade tenha sido questionada) alcançou finalmente Ptolomeu II, que a adquiriu para Alexandria. No reinado de Ptolomeu III, já ninguém teria condição de ler a biblioteca inteira. Por decreto real, todos os navios que parassem em Alexandria tinham de entregar todos os livros que estivessem levando; esses livros eram copiados e os originais (às vezes, as cópias) eram devolvidos aos seus donos, enquanto as duplicatas (às vezes, os originais) eram mantidas na biblioteca. Os textos estabelecidos dos grandes dramaturgos gregos, guardados em Atenas para que os atores os transcrevessem e estudassem, foram tomados de empréstimo pelos Ptolomeus graças aos bons ofícios de seus embaixadores e copiados com grande cuidado. Nem todos os livros que entravam na biblioteca eram genuínos; os falsificadores, percebendo o interesse apaixonado com que os Ptolomeus colecionavam os clássicos, vendiam-lhes tratados aristotélicos apócrifos que, mais tarde, séculos de pesquisa erudita provaram ser falsos. Às vezes, os próprios estudiosos produziam falsificações. Com o nome de um contemporâneo de Tucídides, Crátipo escreveu um livro chamado *Tudo o que Tucídides deixou de dizer*, no qual fazia um uso bastante hábil de uma linguagem bombástica e de anacronismos — citando, por exemplo, um autor que vivera quatrocentos anos depois da morte de Tucídides. (MANGUEL, 1997, p. 217).

A Biblioteca de Alexandria e seus catálogos tornando-se, para todas as bibliotecas de seu tempo e dos posteriores, modelos – “primeiro das bibliotecas da Roma imperial, depois das do Oriente bizantino e, mais tarde, da Europa cristã” – (MANGUEL, 2011, p. 220), veio ser considerada “o principal centro de aprendizado do Mediterrâneo na palavra escrita” (FISCHER, 2006, p. 55). Era um símbolo de status cultural e ganhando concorrentes diretos,

como a biblioteca de Pérgamo, construída na segunda metade do século III. a.C. (LYONS, 2011, p.27).

Após a morte de Alexandre, O Grande, em 323 a.C., houve um considerável enfraquecimento do seu império, sob o comando dos seus generais e o surgimento dos Reinos Helenísticos, os quais vieram a se submeter ao poder dos romanos em 146 a.C. A tomada total do mundo helênico ocorreu no primeiro século d.C.

Quando Roma foi fundada, em 753 a.C., havia, na região da Itália, três povos: gregos, etruscos e italiotas. Dos alfabetos etrusco e grego, derivou o latim, o qual Fischer (2009, p. 125) considera “a mais importante adaptação do alfabeto grego”. Sua escrita veio ser a usada em todo mundo ocidental, inclusive em línguas germânicas e célticas. “No terceiro milênio d.C., o alfabeto latino se tornou o sistema de escrita mais importante do planeta.” (FISCHER, 2009, p. 125).

Vasos, objetos de metal, tabuletas de cera, peles, madeira, cerâmica, marfim e cascas de árvores figuravam como suportes primitivos da escrita latina, permitindo a inserção de textos curtos. Foi o papiro, o rolo romano, que permitiu a escrita de textos mais extensos. Embora a partir do século IV a.C. a sociedade romana comece a apresentar textos mais significativos, em 100 a.C., cerca de 10% ou menos da população da própria cidade de Roma e de 3% a 5% de mulheres em todo império eram letrados. Era uma sociedade oral, onde ler apresentava os sentidos de ler em voz alta, recitar, declamar. Ao se dizer *evolveo* (leio) – significando “desenrolo”, “estudo” – faz-se referência ao desenrolar de um papiro. (FISCHER, 2006. p. 61-62).

Apesar desse número baixo de verdadeiros letrados, Roma foi a primeira civilização até o momento em que um maior número de pessoas liam e escreviam diariamente, a saber: homens, mulheres, libertos e escravos, mas, para isso, dependiam de outros suportes mais baratos e acessíveis.

Ao contrário de qualquer outro lugar no restante do mundo conhecido até então, incluindo-se a Grécia, a escrita aparecia em quase toda parte do Império: moedas, monumentos, lápides funerárias, altares em encruzilhadas, pedras de divisas, marcadores de aquedutos, marcos miliários, sem contar as onipresentes tabuletas de lojas, pôsteres, cartazes (presos em postes durante cortejos) e grafitos. Em Pompeia, por exemplo, cartazes eleitorais eram divulgados nas paredes públicas. (Na subsequente Idade Média, ao contrário, esse tipo de escrita pública foi quase inexistente). A maioria das famílias era responsável pela própria contabilidade. E tropas romanas ‘tinham quase tanta burocracia quantos os exércitos modernos’. (FISCHER, 2006, p. 64)

Essa multiplicidade de suportes de escrita seguiu-se a uma sociedade que apresentou, no período do Império, que se iniciou em 27 a.C., um maior número de letrados em relação às anteriores já mencionadas. Um exemplo disso é a literatura vindolanda que, de 85 a 130 d.C., entre 2 mil cartas e documentos em tabuletas de madeira, manifesta a correspondência entre homens e mulheres comuns, cujas cartas foram escritas com tinta ou entalhadas com buril em cera. (FISCHER, 2006, p. 64).

Embora o comércio de livros em Roma fosse uma atividade cara – pois o custo elevado do papiro comprado do Egito, derivado do grande número de intermediários que exigiam seus lucros, fazia com que o preço final dos livros (rolos de papiro) só pudesse ser pago por compradores ricos – esse comércio se desenvolveu e a literatura escrita encontrou seu apogeu no século IV d.C. No período do Império, as leituras públicas eram intensas; as livrarias tornaram-se lugares “populares”, de modo que os vendedores de livros obtinham lucros altos, chegando até produzir rolos de papiro destinado a viagens; surgiram diversos autores tanto da classe dos patrícios como fora desta esperando que, ao declamarem seus versos, histórias e lendas, fossem ouvidos pelo público, dos quais esperavam as críticas construtivas. A palavra falada era vinculada ao texto, predominando a ideia de que literatura escrita, quando ouvida, impunha ao público o significado determinado pelo autor. Desse modo, o leitor atuava como um transmissor. No entanto, não havia uma “literatura popular”. Virgílio e Homero eram ditados e declamados, mas não lidos individualmente no processo educativo. (FISCHER, 2006).

Sobre as primeiras bibliotecas romanas, Lyons explicita:

“As primeiras grandes bibliotecas de Roma eram compostas de tesouros pilhados na guerra. Emílio Paulo (c.229-160 a.C.), por exemplo, apossou-se dos livros do rei macedônio Perseu e os levou para Roma. Nenhum biblioteca pública foi estabelecida na cidade até época de Júlio César (100-44 a.C.) e de seu sucessor Augusto (63 a.C.-14 d.C.), que fundou a biblioteca de Apolo na colina do Palatino, mas figuras romanas proeminentes mantinham coleções privadas de livros. Cícero (106-43 a.C.) tinha coleções de livros gregos e latinos em Roma, assim como em suas *villas* no campo. A erudição grega era profundamente respeitada por essa elite romana bilíngue: no século I a.C. Lúculo (118-57 a.C.) era elogiado pelo historiador e filósofo Plutarco por abrir sua biblioteca a estudiosos gregos e por oferecer galerias e saletas em que eles podiam fazer pausas em seus trabalhos. Os livros eram parte de um mundo aristocrático livre – não eram objetos familiares para as massas romanas. (LYONS, 2011, p. 29)

As bibliotecas da época demonstravam que essas ainda eram locais de acesso a poucos privilegiados: os ricos.

Segundo Fischer (2006, p. 88-89), a leitura na Antiguidade era privilégio de poucos. Embora a dependência pela escrita fosse maior após os períodos arcaicos de Grécia e Roma, a leitura era em geral um recurso de memória, e os livros, por serem caros, eram exclusividade dos mais abastados. Boa parte dos letrados gregos e romanos, até mesmo os mais eruditos, “não possuíam rolos de papiro ou códices de pergaminho e, assim, o conhecimento mais amplo do mundo ou o pensamento inovador, exceto em casos raros, eram adquiridos por meio da leitura individual”. A leitura pouco ou raramente se relacionava à literatura. O autor ainda diz que “não se pode falar em leitura e escrita em massa na Antiguidade. A sociedade letrada ainda demoraria quase dois mil anos para se formar”. No entanto, como resultado do progressivo refinamento da palavra escrita, a poesia oral se transformou em literária. Enquanto *A Ilíada* e a *Odisseia*, de Homero, em grego, eram épicos orais, *Eneida*, de Virgílio, em latim, era épico literário.

A Era do Papiro vai terminando à medida que se aumenta a concorrência direta com o pergaminho que, durante aproximadamente 600 anos, do século II a.C. ao IV d.C, foi ganhando espaço como suporte de escrita, ao mostrar ser um substituto mais adequado que os rolos de papiro no mercado da leitura. Com o fim da Idade Antiga, inicia-se a Era do Pergaminho.

1.3 A era do pergaminho

A Idade Média, período de aproximadamente mil anos, entre os séculos V e XV d.C., tem como marco inicial a queda do Império Romano do Ocidente, tomado por uma onda de invasões de povos germânicos que se iniciou em 406 d.C. Em 476 d.C., o último imperador romano, Rômulo Augustulo, foi deposto, marcando o fim da Era Antiga⁷. O século XV geralmente marca a transição da Era Medieval para a Idade Moderna. Não há um consenso

⁷ Conforme Umberto Eco (2010), “a data geralmente indicada com o início da Idade Média é, como se sabe, o ano de 476, da deposição do imperador Rômulo Augústulo (459-476, imperador desde 475), considerada como o fim do Império Romano do Ocidente; mas não falta quem indique a entrada dos lombardos em Itália, em 567 ou 568, ou a chegada dos francos, em 774, e há também quem proponha que o período decorrido até o século VI seja atribuído à Antiguidade tardia e que só a partir do século seguinte se deve falar de alta Idade Média. É certo que a presença islâmica no Mediterrâneo a partir dos séculos VII e VIII constitui uma cesura importante, embora a tese de Henri Pirenne (1862-1935), segundo a qual este facto determinou o fim do mundo antigo, tenha sofrido algum redimensionamento.”

sobre uma data de transição ou o conjunto de eventos que podem ser apontados como causas principais, mas é comumente difundido que a tomada de Constantinopla pelos Turcos Otomanos, em 1453, é um marco histórico importante dessa passagem.

No século I a.C., o Rei de Pérgamo (197-158 a.C.), Eumenes II, resolveu fundar uma biblioteca, que seria a concorrente direta da de Alexandria, possuindo cerca de meio milhão de papiros na biblioteca principal (A Grande Biblioteca), e cerca de quarenta mil, no anexo, que funcionava como “biblioteca pública”, a pequena biblioteca de Serápis. A rivalidade entre Alexandria e Pérgamo levou o Rei do Egito, Ptolomeu II Filadelfo, a proibir a exportação do papiro com o objetivo de manter o destaque da Biblioteca de Alexandria como a maior biblioteca do mundo antigo, a única que deveria ser o repositório do conhecimento mundial. Sem papiro para a produção de livros, houve a necessidade da “criação” de outro suporte de escrita: o pergaminho, segundo Lyons (2011, p. 21), “*charta pergamana* (‘papel de pérgamo’) em latim”.

A crer em Plínio, o édito do rei Ptolomeu levou à invenção do pergaminho em Pérgamo no século II a. C., embora os documentos mais antigos em pergaminho que conhecemos hoje datem de um século antes. Esses materiais não eram usados exclusivamente para um tipo de livro: havia rolos feitos de pergaminho e, como dissemos, códices feitos de papiros, mas eram raros e pouco práticos. No século IV e até o aparecimento do papel na Itália, oito séculos depois, o pergaminho foi o material preferido em toda a Europa para fazer livros. Não só era mais resistente e macio que o papiro, como também mais barato, uma vez que o leitor que quisesse livros escritos em papiro (apesar do decreto de Ptolomeu) teria de importá-los do Egito a um custo considerável. (MANGUEL, 1997, p. 150-151)

Manguel nos traz duas informações importantes. Não por ordem de importância, a primeira: o pergaminho também foi produzido em rolos, embora ele seja preeminentemente encontrado em formato de códice; segunda: o papiro também foi confeccionado em códice, que figurou como uma inovação tecnológica que veio a substituir a forma de rolo para produção de livros. De fato, há duas histórias na transição de predominância de uso de suporte de escrita que se inter cruzam: a transição da forma, do rolo ao códice, e do material utilizado, planta do papiro às peles de animais. No entanto, é comumente entendido que papiro, embora também seja o nome de uma planta, também se refira ao “rolo de papiro”, e pergaminho, ao “códice de pergaminho”. Assim ficou determinado e mais conveniente quase toda a produção desses suportes. Da mesma forma, não era apropriada a produção das tabuletas de argila em forma de códices. Estas últimas constituíam-se de um material (argila) e um formato apropriado para sua época (tabuletas que cabiam na palma da mão).

A argila era conveniente para fazer tabuletas e o papiro (as hastes secas e divididas de uma espécie de junco) podia ser transformado em rolos manuseáveis; ambos eram relativamente portáteis. Mas nenhum dos dois era próprio para a forma de livro que substituiu tabuletas e rolos: o códice, ou feixe de páginas encadernadas. Um códice de tabuletas de argila seria pesado e impraticável, e, embora tenha havido códices feitos de papiro, esse material era quebradiço demais para ser dobrado em brochuras. Por outro lado, o pergaminho ou o velino (ambos feitos de peles de animais, mediante procedimentos diferentes) podiam ser cortados ou dobrados em diversos tamanhos. (MANGUEL, 1997, p. 150)

Essas duas transições de uso, da forma e do material, levaram o códice de pergaminho⁸ a sobrepor o rolo de papiro como suporte de escrita preferido na Idade Média, embora a concorrência direta entre as formas e os materiais tenham se iniciado no fim da Idade Antiga. O papiro(material) em formato de códice(forma) foi recebido apenas como novidade ou curiosidade, não ameaçando ainda o formato de rolo. No entanto, com a popularização do pergaminho, o códice, primeiramente citado pelo poeta Marcial⁹, em I d.C., também se populariza. Desse modo, o pergaminho foi substituindo gradativamente pelo papiro entre os séculos I d.C. e IV d.C., assumindo a proeminência. Quando o Egito, que dominava a produção e exportação do papiro, tivera suas rotas comerciais interrompidas pelo Império Islâmico, o pergaminho despontou como praticamente a única alternativa para substituir o papiro, o que contribuiu como uma das inúmeras causas iniciais para que a Era Medieval seja reconhecida como a Era do Pergaminho.

Segundo Faria (2008, p.570-571), a invenção do pergaminho, embora seja dita como um empreendimento do Rei Eumenes II, de Pérgamo, em resposta ao edito do Rei Ptolomeu, no século I a.C., esta ocorreu por volta do ano 2000 a.C., no Egito. Portanto, ao reinado de Eumenes não se deve atribuir a “criação”, mas sim a “difusão” do pergaminho como suporte de escrita, que também já havia sido usado por gregos em seus manuscritos. Ainda segundo Faria, o pergaminho, também chamado “papiro de pele”, especialmente o pergaminho velino¹⁰ (ou simplesmente velino), foi o principal suporte de escrita de toda a Idade Média.

⁸ Pode-se dizer que o códice de pergaminho é o terceiro formato de códice. O primeiro foi o códice de tabuleta de madeira, em que uma das superfícies era escavada para receber a cera. Em seguida, as tabuletas enceradas eram amarradas umas às outras, formando “cadernos”. Conforme (Miller & Huber, 2006, p. 88), esse foi o cáudex, da palavra latina *caudeus*, que significa “de madeira”. O segundo e terceiro formato de códice são os de papiro e de pergaminho, respectivamente, sendo este último o mais aceito.

⁹ Segundo Miller & Huber (2006, p.87-88), “a mais antiga referência ao códice aparece nos Epigramas do poeta romano Marcial, que foram concluídos no ano 98. d.C. Marcial escreveu que livrarias vendiam ‘Homero em livros de pergaminho’ e ‘a Ilíada e a fábula de Ulisses... em peles com várias dobras’. Ele, certamente, se referia às obras em forma de códice.”

¹⁰ Sobre o velino, Faria (2008, p.723) apresenta as seguintes acepções: “couro de vitela, mais liso e mais fino do que o pergaminho vulgar, reservado aos manuscritos de luxo; pergaminho virgínio; *vitalinium*; *vitulus*.

A confecção do pergaminho passava por quatro etapas. Primeira – retirava-se a pele do animal (cabra, carneiro, ovelha, burro, boi, coelho etc.) que passava pelo início do processo de retirada do pelo: a pele ficava de molho em água por alguns dias, e depois, em uma mistura de água com cal, mexida com vara ou pá de madeira varias vezes, diariamente, até que os pelos comessem a cair. Segunda – uma faca curva e cega era usada para raspar pelos e músculos que ainda restavam na pele, a qual, em seguida, ficava imersa novamente em água para retirada da cal pelo tempo que fosse necessário. Terceira – a pele era esticada e refinada em uma moldura de madeira, e novamente raspada por uma faca específica, enquanto era umedecida. Depois, era deixada ao sol para secar ainda na moldura. Quarta – raspava-se mais uma vez a pele até adquirir a espessura almejada. Em seguida, era retirada da moldura em guardada em forma de rolo, pronta para ser utilizada. A pele era recortada no formato desejado somente antes de ser utilizada para a escrita. (Miller & Huber, 2006, p. 86-87).

O couro, que “era alisado com pedra-pomes e polido” (LYONS, 2011, p. 22), variava em qualidade dependendo do animal e da idade dele (FARIA, 2008, p. 570). De certo modo, não havia garantia de que todo couro serviria para a confecção do material de escrita, por isso milhares de animais tinham suas peles descartadas na dispendiosa fabricação do pergaminho, especialmente quando o que se mais queria era um material de qualidade.

Hoje derrubamos florestas para produzir jornal; nos primeiros séculos da era cristã, a escrita em pergaminho exigia o abate de animais. Bois, carneiros, cabras, coelhos e, às vezes, até esquilos tornavam-se pergaminho. A pele de vitelo (vellum) era considerada a melhor de todas. A Bíblia de Winchester, por exemplo, consumiu 250 peles de vitelo, mas 2 mil foram reunidas, e dessas apenas as melhores foram usadas. Esse nível de consumo só era possível em uma sociedade em que a prática da escrita não era amplamente difundida. A produção do pergaminho era dispendiosa e, portanto, era prudente fazer rascunhos em placas de cera antes de confiar a versão final a um escriba. No período romano tardio e no início do período medieval, os documentos oficiais e manuscritos de luxo eram escritos em tinta de ouro e prata sobre o pergaminho tingido ou pintado com caros pigmentos purpúreos, como expressão de poder e riqueza imperial. (LYONS, 2011, p. 22)

Encontram-se excepcionalmente incunábulo impressos em velino. É possivelmente o mais belo e duradouro dos materiais desde sempre usado para livros. Era produzido a partir de couro de animais — vitela, cordeiro ou cabrito com quatro a seis semanas de vida. O mais fino velino, porém, era produzido a partir do velino uterino ou *abortium pergamina vitulina* ou *pergamina virgínea*, que, como os nomes indicam, derivam do estado de gestação do feto ainda antes do nascimento. Dada a sua delicadeza e menor resistência em relação ao pergaminho, o velino era destinado, sobretudo, a obras de menor corpo e longo texto, uma vez que permitia a escrita mais miúda e compacta. Dada a sua fragilidade, os cadernos eram constituídos por mais folhas, de modo a suportarem a costura mais sólida; nome dado ao papel liso e uniforme, sem vergaturas nem pontusais, inventado na Inglaterra por volta de 1750 e utilizado em edições de luxo.”

De fato, embora o pergaminho tenha sido o material de escrita predominante na Idade Média, ainda era um suporte caro, assim como o era o papiro. Por isso, recorria-se comumente às tabuletas de cera (que podiam ser reutilizadas) para se realizar escrita e leitura de “quase toda correspondência e minutas diárias” (FISHCER, 2006. p. 77).

O cristianismo, em sua fase inicial, foi, talvez, a maior força motora que elevou o códice de pergaminho ao status de suporte de escrita predominante na Era Medieval. Para Chassot (1997, p. 68):

já foi dito que falar da Idade Média no Ocidente é falar da Europa, mais precisamente falar da Europa Cristã. [...] Essa religião monoteísta, tão diferente da dos deuses greco-romanos, passou a ser, a partir do século IV, a religião oficial do Império Romano, quando da conversão de Constantino Magno, em 312, após vencer quase uma impossível batalha. Na véspera segundo a lenda, Constantino vira nos céus uma cruz luminosa com a mensagem: ‘Neste sinal vencerás!’. A partir daí, a cruz dos cristãos, antes tão perseguida, tornou-se o estandarte romano. Após a vitória, o imperador, seus exércitos e parte do império converteram-se ao cristianismo, passando o clero cristão a ter poder civil. A influência da Igreja deixou de ser apenas marcadamente espiritual para tornar-se política e economicamente decisória, com os bispos assumindo o ônus de juízes civis.

Segundo Fischer (2006, p. 78), “o uso crescente do pergaminho acompanhou o desenvolvimento do cristianismo: as primeiras cópias da Bíblia eram códices em velino – prática que se tornou tradicional. O cristianismo assegurou o trinfo do códice de pergaminho, e, na verdade, criou o livro moderno”. Não obstante ao pergaminho obter sucesso com o cristianismo, Chassot (1997, p. 68-85) diz que a Igreja romana foi a responsável pelo fracasso da Europa em “não fazer aumentar (e até perder) o acervo recebido dos gregos”. Segundo ele, o cristianismo patrístico “converteu a filosofia em uma ‘serva da teologia’, desestimulando as ciências naturais.” Ainda afirma que “a doutrina cristã passou a tomar posições antagônicas diante da cultura secular, identificando-a com o paganismo. A Biblioteca de Alexandria, com sua integração ao Império Romano, foi, mais de uma vez, destruída por ser depositária do saber pagão”. Sobre o ensino durante toda a Idade Média, Chassot afirma que este “era privilégio da Igreja e acontecia geralmente nas escolas dos mosteiros ou nas sedes episcopais, destinando-se, exclusivamente, à formação dos quadros dirigentes e administradores da Igreja”¹¹. Até mesmo a Universidade medieval, que é parte do legado deixado para a Idade

¹¹ Segundo Chassot (1997, p. 83), “o currículo dessas escolas era o *trivium*: gramática, linguagem e retórica, que eram as ‘ciências da linguagem’, consideradas suficientes para a formação do clero. Vimos que, na Alta Idade Média, Boécio recomendava também o ensino do *quadrivium*: aritmética, geometria, música e astronomia. O *trivium* e *quadrivium* formavam juntos as *sete artes liberais*, e o seu ensino durante a Idade Média garantiu a preservação do saber dos clássicos”

Moderna, não era apenas “uma organização profissional, mas uma confraria religiosa”¹². Além da Universidade de Bolonha (1088), na Itália, e a Universidade de Paris, surgiram várias outras até o final do período medieval.

Até o final da Idade Média, surgiram na Europa grandes universidades, que existem até nossos dias: Pádua (1222), Nápoles(1224), Siena(1242), Oxford(1249), Cambridge(1284), Coimbra(1308), Pisa(1343), Praga(1348), Cracóvia(1364), Viena(1365), Heidelberg(1385), Colônia(1388), Turim(1405), Aix(1409), Leipzig(1409), Louvain(1425), Bordeaux(1441), Trier(1454), Freiburg(1455), Mains(1456), Basileia(1459), Saragoça(1474), Tübingen(1477), Barcelona(1477), Upsala(1477), Copenhague(1479), Aberdeen(1494), Alcalá(1499), Valência(1501), Sevilha(1505) e outras, originadas da subdivisão dessas. Imbuídas da melhor cultura eclesiástica do feudalismo, com a Renascença, as universidades produziram o humanismo e colaboraram decisivamente para o surgimento da Revolução Científica, que serviu de semente para a Revolução Industrial do século XVIII. As universidades, por serem na sua maioria ligadas à Igreja e aos nobres que, por interesse, se submetiam às normas da Igreja, eram locais onde o ensino teológico era privilegiado e representado pelo tomismo, ao qual permaneciam fiéis os dominicanos e mestres leigos. (CHASSOT, 1997, p.85)

Santo Agostinho de Hipona destaca-se entre os nomes mais influentes para a história do conhecimento desse período, ao lado do filósofo Plotino (205-270) e de São Jerônimo (341-410), que traduziu a Bíblia para a *vulgata*, sendo possivelmente o maior conhecedor de latim de sua época. A cultura cristã, inspirada pelas culturas judaica, grega e romana, foi o pano de fundo em que Agostinho se tornou o maior influenciador para o estabelecimento da “Idade Média Latina”, “com a mudança da leitura do grego para o latim no Ocidente”. O grande bispo de Hipona, autor de *Confiteor* e *Civitas Dei*, é o primeiro a apresentar uma distinção entre leitura em voz alta e leitura silenciosa, estimando o potencial individual da leitura. Ao refletir sobre a leitura silenciosa de Ambrósio (c.340-97), seu professor e bispo de Milão, trouxe o conceito de *escutar* quem não está presente: o ato de leitura é uma conversa com alguém ausente, cuja voz lê o texto. (FISCHER, 2006, p. 82-84)

Em termos de uso, o códice de pergaminho não só evoluiu temporalmente¹³ do rolo de papiro, como foi o principal suporte textual que acompanhou a transição da leitura em voz

¹² Conforme Franco Júnior (2001, p. 160), “no século XIII as escolas se fixam, se organizam, se corporativizam, dando origem às universidades. Na verdade, *universitas* designava qualquer comunidade ou associação, com o termo passando a ser usado exclusivamente para uma corporação de professores e alunos apenas a partir de fins do século XIV. Até então, falava-se em *studium generale*. De toda maneira, a associação visava fazer frente às interferências dos poderes locais, eclesiásticos (bispado) ou laicos (monarquia, comuna). Para tanto, conseguiu o importante apoio do papado e sua política universalista, que precisava da produção intelectual dela para enfrentar as heresias. Aparecia assim a grande contradição da universidade: mesmo tendo em seus quadros leigos e clérigos que não tinham ainda recebido as ordens sacerdotais, ela permanecia uma “corporação eclesiástica” que, sem poder cortar seus laços nacionais ou comunais, passava a ser vista com reserva por todos os poderes e segmentos sociais.”

alta para a silenciosa. Não se tratou de uma substituição total ou desvalorização de uma prática (e suporte) em detrimento de outra, mas de uma mudança paulatina que acompanhou a passagem de uma sociedade oral para letrada, em que a leitura, indo além do acesso à informação como ferramenta oral, propagou-se como ato solitário, introspectivo, silencioso, caracterizando-se como aptidão humana.

Na Idade Média, igrejas, conventos, cortes, universidades e residências eram os principais locais em que a maioria das pessoas tinha acesso à literatura escrita, o que significava escutá-la. Textos eram lidos em voz alta, portanto escutados, tornando a leitura uma experiência coletiva. Uma série de acontecimentos acompanhou o choque da oralidade com a escrita, que se interpenetram até que, por uma série de fatores, a escrita alcançou a primazia na prática e na aceitação psicológica do ouvinte público que se tornou leitor público, na medida em que este foi sendo alcançado pela expansão da alfabetização. Entre esses fatores, podem-se mencionar: 1 – o surgimento da sala de aula cristã nos séculos IV e V, introduzindo o “método escolástico”, enquanto a educação tradicional romana já se encontrava em declínio; 2 – o “renascimento carolíngio”, iniciado no final do século VIII, liderado por Carlos Magno, Rei dos francos e coroado Imperador Romano em 800. Essa renascença, de certo modo, eclesiástica, promoveu, além do desenvolvimento político e cultural, uma “reforma” na educação e “revolução” na leitura e escrita. Eleva-se, nesse período, a figura dos copistas carolíngios; 3 – como consequência da renascença carolíngia e dos trabalhos dos copistas, ocorrem mudanças importantes na linguagem – as palavras do latim assumem um nova ordem, mais fixa, – e na escrita – o surgimento da “minúscula carolina”; 4 – os copistas ainda inventaram as caixa-baixa e a caixa-alta, marcas de pontuação (ponto final, vírgula e outros separadores), linhas escritas em vermelho, representado os títulos de capítulos, entre outros, e, a partir do século X, a separação das palavras, que possivelmente se originou da tradução dos escritos árabes. A separação de palavras influenciou a ascensão e predomínio do escolasticismo; 5 – Revolução vernácula: popularização da literatura vernácula. (FISCHER, 2006).

A despeito da expansão da alfabetização, não se deve ignorar o fato de que durante quase todo período, possivelmente 1% da população de várias regiões fosse alfabetizada. Aos

¹³ Não se pode considerar que um suporte seja melhor que outro, mas que cada um atenda às condições sócio-históricas, especialmente tecnológicas e comerciais, em que é fabricado e utilizado, o que inclui as demandas de escrita e leitura e os ajustes às avaliações dos usuários. Portanto, a evolução aqui não envolve considerar uma escala linear de valor entre o “pior” e o “melhor”, mas entre o antes e depois, respeitando-se o percurso da história dos suportes.

pobres destinavam-se as ilustrações, com ou sem legendas em latim, com cenas bíblicas. As imagens “lidas” nas paredes de igrejas e catedrais ou como ilustrações de livros serviam como recurso de ensino e controle, mas também como forma de contemplação e acesso ao sagrado. Pelas imagens, os analfabetos¹⁴ eram “incluídos” no mundo da “leitura”, a leitura de imagens. Entre livros confeccionados com essa intenção, a *Bíblia dos Pobres*¹⁵ se destacou. Sobre a *Biblia pauperum*, Manguel comenta:

Presas a um atril, abertas na página apropriada, a *Biblia pauperum* expunha suas imagens duplas aos fiéis dia após dia, mês após mês, em sequência. Muitos não seriam capazes de ler as palavras em letras góticas em torno das personagens representadas; poucos apreenderiam os vários sentidos de cada imagem em seu significado histórico, moral e alegórico. Mas a maioria das pessoas reconheceria grande parte das personagens e cenas e seria capaz de “ler” naquelas imagens uma relação entre as histórias do Velho e do Novo Testamento, graças à simples justaposição delas na página. Pregadores e padres certamente glosariam essas imagens e recontariam os eventos retratados, ligando-os de uma forma edificante, enfeitando a narrativa sagrada. E os próprios textos sacros seriam lidos, dia após dia, o ano inteiro, de tal forma que, no curso de suas vidas, as pessoas teriam provavelmente ouvido boa parte a Bíblia várias vezes. Já se sugeriu que o principal objetivo da *Biblia pauperum* não era oferecer leitura para o rebanho iletrado, mas dar aos padres uma espécie de ponto ou guia temático, uma referência básica para os sermões ou preces, ajudando-os a demonstrar a unidade da Bíblia. Se isso é verdade (não há documentos que confirmem tal propósito), então, a exemplo da maioria dos livros, ela servia a uma variedade de usos e usuários. (MANGUEL 1997, p. 123-124)

O livro de horas foi o gênero mais popular entre os leitores leigos a partir do século XII ao XVI, alcançando o Renascimento. Com este livro pequeno, o leitor, em geral as mulheres, vincula-se ao divino em um ato individual e sagrado de leitura. Segundo Lyons, o livro de horas

indicava as preces e devoções adequadas a momentos específicos do dia e às estações do ano. Um livro de horas podia ser encomendado por um patrono rico para se adequar ao seu gosto e práticas religiosas. Com frequência, eram personalizados com ricas iluminuras. Eram objetos de luxo, portáteis e geralmente escritos com caracteres latinos ou góticos, exemplificando a crescente produção de livros para leitores leigos instruídos, inclusive mulheres. Os livros de horas sugeriam um envolvimento privado e individual com o texto. (LYONS, 2008, p. 45)

¹⁴ O conceito de analfabetismo também estava relacionado a uma legitimação dos valores correntes, pois ser “analfabeto” não significava apenas não ler, mas não ler em latim. (FISCHER, 2006, p.137)

¹⁵ *Biblia pauperum*: [loc.lat.] literalmente ‘Bíblia dos pobres’, consiste numa série de miniaturas ilustrando o paralelo entre o Antigo e o Novo Testamento. As cenas da vida de Cristo eram acompanhadas por cenas do Antigo Testamento e figuras dos profetas. Embora poucas tenham sobrevivido, sabe-se que estas obras foram muito populares na Idade Média, especialmente como instrumento de instrução religiosa no meio do clero pobre e da sociedade leiga onde, apesar da vida abastada, a cultura era escassa. Estas cenas eram representadas em gravuras de madeira de desenho ingênuo gravadas apenas de um dos lados do papel. (FARIA, 2008, p.94)

Sobre o “método escolástico”, este predominou na Alta Idade Média, mas, até meados do século XV, pareceu não ser tão eficiente como se esperava para o ensino de escrita e leitura, conforme os objetivos propostos pela educação vigente, talvez porque o escolasticismo estava mais voltado a uma preservação de ideias, a uma repetição de textos. Quando o movimento “humanista” ganhou força, contribuiu para que a essência da liberdade de pensamento e criação envolvem-se a prática interrelacionada de escrita e leitura. Além disso, poucos eram os alunos que possuíam livros. Manguel explicita que a pedagogia escolástica não exigia a explicação e a compreensão para a construção do conhecimento. E ainda diz:

Poucos estudantes eram suficientemente ricos para comprar livros, e com frequência apenas o professor possuía esses volumes caros. Ele copiava no quadro-negro as complicadas regras de gramática – geralmente sem explicá-las, pois, de acordo com a pedagogia escolástica, a compreensão não era uma exigência do conhecimento. Os alunos eram então forçados a aprender as regras de cor. Como seria de se esperar, os resultados eram amiúde decepcionantes. Um dos estudantes que freqüentaram a escola de latim de Sélestat no início da década de 1450, Jakob Wimpfeling (que viria a ser, como Rhenanus, um dos mais conhecidos humanistas de sua época), comentou anos depois que quem estudara pelo velho sistema “não conseguia nem falar latim nem escrever uma carta ou poema, e nem mesmo explicar uma das orações usadas na missa”. (MANGUEL, 1997, p. 95-98)

Apesar de ser um quadro comum na Idade Média, não saber ler e escrever em latim com o método escolástico foi sendo superado na medida em que apropriação do texto por meio da leitura tornou-se cada vez mais uma prática individual, particular e ativa. Essa nova condição do leitor, o leitor que lê em silêncio – viabilizada pelas inovações advinhas do renascimento carolíngio; pela quase obrigatoriedade do ensino de escrita e leitura a partir do século XIV; pela rápida ascensão da classe mercantil que fez dos livros e da leitura elementos desenvolvedores da sociedade, tornando a leitura não apenas difusora, mas criadora do conhecimento – conferiu à sociedade uma nova forma de comunicação sem censura: “aquele emaranhando de dogmas institucionalizados e de rígido controle, típicos da Idade Média, enfim possibilitaram ao leitor o acesso às ideias heréticas sem medo de ser flagrado” (FISCHER, 2006, p. 149) e punido. A leitura silenciosa contribuiu significativamente para o Grande Cisma do século XVI, que se iniciou com uma forte decadência da escolástica:

Decerto, a leitura silenciosa não foi a causa disso tudo. No entanto, ela permitiu, de fato, que muitas pessoas se aproximassem de questões, conceitos e crenças até então inacessíveis. Isso, por sua vez, induziu a mais questionamentos, preparando o caminho para mudanças significativas (FISCHER, 2006, p. 149-150).

No final da Idade Média, a leitura passiva do leitor-ouvinte sucumbiu à leitura ativa do erudito “humanista”, silenciosa e sem a mediação da igreja. Com o surgimento da página impressa, a sociedade oral rende-se ao poder e primazia da palavra escrita.

1.4 Considerações parciais: um *link* para o presente

Antes de continuar discorrendo sobre a história dos suportes textuais, avançando na linha do tempo definido para este trabalho, onde, em seguida, se abordará sobre a revolução da imprensa e a era do papel, propõe-se, neste momento, um salto para 2016, dando consideração às principais contribuições que a humanidade acumulou, para o tempo presente, das experiências procedentes dos usos da tabuleta, do rolo (papiro) e do códex (pergaminho), com o objetivo de demonstrar os pontos de encontro e afastamento dessas primeiras duas eras de suportes de texto com a realidade vigente, que não se apresenta unilateral, mas plural em suas manifestações de escrita e leitura, balizadas pelas possibilidades de manuseio oferecidas pelos suportes (impressos e digitais) atuais.

Trata-se de dar sentido à revisitação anteriormente feita à Antiguidade e boa parte da Era Medieval para entender sobre como as manifestações de escrita e leitura impactam o momento presente, sejam por aspectos de continuidade e ruptura entre os usos dos suportes, seja pela importância de compreender como as sociedades transformam suas práticas leitoras adequando os dispositivos de leituras às suas necessidades correntes. Neste caso, estabeleceu-se uma relação entre os suportes da era antiga e medieval (da tabuleta ao códex) e os suportes da era digital (que se compõe de tela).

Talvez, o primeiro aspecto de comparação dessas eras antigas ao momento atual é o de que sempre houve uma diversidade de dispositivos exercendo várias funções e concorrendo pela preferência de leitores, afinal, são estes que legitimam o surgimento, a permanência e desaparecimento dos dispositivos de leituras que envolvem as práticas mais recorrentes. Tanto na era do papiro como no momento presente, há muitos dispositivos funcionando para o registro e leitura de informações, mas há os que assumem o domínio entre a maioria de público leitores de uma sociedade. Enquanto na antiguidade, entre os diversos tipos de materiais, predominou a cera e o papiro para confecção das formas, respectivamente, tabuleta e rolo, na era medieval, predominou o pergaminho como melhor material para o códice: feixes de páginas encadernadas. Na era eletrônica, o material, a tela, serve para diversos dispositivos. No entanto, os que ainda concorrem para o gosto dos leitores são os

computadores (desktop ou portáteis), tablets, e-readers e smartphones, sendo estes últimos os mais utilizados pelos usuários de tecnologias digitais. Talvez, uma diferença importante dentre as muitas, comparando-se os textos da antiguidade com os textos digitais, seja que, na antiguidade, havia mais materiais criativamente utilizados para o registro escrito, acabando sendo eles mesmos moldados nas formas dos suportes, que na era digital, onde a tela talvez ainda seja o único material possível, até o momento, para veiculação de textos digitais (multimodais). É pertinente ressaltar que há diferentes tipos de telas em suportes textuais eletrônicos.

Tomando-se a figura do escriba da antiguidade como uma metáfora do possuidor do status elevado adquirido pela habilidade de quem escreve e lê, não há um “escriba” contemporâneo que goze de uma exclusividade de uso do suporte. As habilidades de escrever e ler, bem como o poder de compreensão e interpretação textual, não são mais monopólios de uma classe social (de “escribas”) específica, nem subsídios para um status elevado em comunidades que tem acesso à escolarização básica e, pela essência da cultura letrada, à aprendizagem da escrita e da leitura. Hoje, um simples editor de textos ou um bloco de notas eletrônicos permitem a escrita e publicação de textos para um sem-número de leitores conectados com um autor, uma pessoa comum: uma dona de casa, um adolescente cursando o ensino médio, ou mesmo uma criança nas primeiras séries do ensino fundamental. Se há um “escriba” contemporâneo que usufrua de algum tipo de status relacionado à habilidade de ler e escrever, ele pode ser desvelado por outras qualidades que não seja ser alfabetizado. O escriba da antiguidade exercia um papel fundamental e central na cultura oral de escrita e leitura. O “escriba” da era digital não é mais central, não é detentor da informação, seu papel não mais se reconhece como um leitor letrado para leitores analfabetos, embora o ato de ler não fosse mais importante que o de registrar, escrever. O “escriba” da era digital, que se iguale ao escriba da era da tabuleta e papiro, não existe. O “escriba” da era digital, ressignificado, atualizado, é outro ou outros: são os leitores contemporâneos. Eles são o resultado do enfraquecimento do poder monopolizante do escriba da antiguidade. Esse enfraquecimento se tornou mais evidente na transição da era do papiro para a era do pergaminho, e, com mais ênfase, na transição da era do pergaminho para a era do papel, com a invenção da imprensa. O enfraquecimento do escriba (quase sempre homem) e de qualquer monopólio de leitura na evolução dos suportes manifestou uma realidade quase encoberta nos primeiros períodos da história da escrita e da leitura: a de que todo homem e mulher são capazes de ler e escrever e tem o direito ao acesso à informação e à educação. No panorama histórico mundial, a

democratização da educação e da leitura são fenômenos mais recentes, amplamente materializados e difundidos na era digital.

Quanto às tabuletas, estas, em sua maioria, cabiam na palma da mão. Não é difícil supor que os sistemas de confecção das tabuletas poderiam ampliar o tamanho destas, mas a preferência pelo que era confortável e adequado ao manuseio sobressaía. Na cultura oral, o tamanho pequeno da tabuleta que suportava textos curtos era adequado às exigências e conveniências de leitura das sociedades orais que adotaram esse dispositivo de leitura. Havia necessidades e funções específicas para essa tabuleta, já mencionadas anteriormente, no entanto, todas demandando textos curtos, pois a cultura oral era preeminente. Textos extensos são demandas prevalentes da cultura letrada. As tabuletas não eram pequenas apenas por ser adequar às conveniências de leitura de uma sociedade oral, mas pela facilidade de manuseio do suporte, pelo conforto no ato de ler. Hoje, os tablets e smartphones, diferente das tabuletas de cera, são dispositivos de escrita e leitura presentes em culturas letradas. As necessidades de uso são diversas, mas a facilidade de manuseio e conforto permanece. Usar uma mão para realizar leitura, digitar com um dedo, lentamente, transportar o dispositivo, ou duas, para digitar com rapidez e manusear com mais facilidade, são possibilidades que um suporte que cabe na palma da mão permite. Por um lado, esse ponto de encontro é importante: as tabuletas, tablets e smartphones dialogam positivamente com o leitor no quesito manuseio e conforto, essência essa que não sofreu ruptura. Por outro lado, a tabuleta da idade antiga não estava nas mãos da sociedade, mas na de leitores restritos, escribas em sua maioria. Na era eletrônica, há tablets e smartphones bastante acessíveis economicamente. Pode-se dizer que os smartphones estão nas mãos da sociedade. São dispositivos cuja leitura não é função principal, no entanto, são alternativas disponíveis para acesso a diversos formatos de textos digitais. As “tabuletas contemporâneas” estão em posse dos “escribas” da era digital, não são objetos exclusivos de classes elitizadas.

Quanto à evolução dos dispositivos, materiais e formas, da argila ao pergaminho, da tabuleta ao rolo, esta acompanhou concomitantemente outros avanços: o surgimento da escrita alfabética grega e latina; o aumento na extensão dos textos, diversificando os gêneros, frutificando a diversidade na literatura; a descentralização progressiva das grandes bibliotecas como centros organizadores do universo, da sociedade. Essa evolução ainda retoma a questão da adequação de material e forma e a facilidade de manuseio e, mais importante ainda, representa a uma proliferação de textos e a construção de bases sólidas para a facilitação do ensino de escrita e leitura e o aumento do número de leitores em sociedades que estavam na transição de uso dispositivos, em diversas camadas da sociedade, favorecendo a

transformação das práticas orais de uso linguagem para a tradição escrita. Desenrolar o papiro ou folhear o códice pergaminho configurou-se num importante avanço para as práticas leitoras, no que se refere à expansão do conhecimento. Se as tabuletas de cera (separadas), o rolo de papiro (enrolados) e os códices de pergaminhos (encadernados) eram lidos com gestos distintos, com extensões de textos diferentes e por classes sociais de leitores da camadas mais altas da sociedade, os dispositivos eletrônicos de leitura ressignificaram suas características. Tomando-se como exemplo o smartphone, cada dispositivo, em *separado*, não separa as informações como as tabuletas, mas dá acesso a um mundo de textos (em diversos formatos) disponíveis na web; o manuseio pode se dar como em um rolo ou códice, com *rolagem* horizontal e vertical, ou mesmo *folheando* os textos, com uso dos dedos (Tecnologia Touch Screen – tela sensível ao toque) ou por meio de um dispositivo auxiliar, como o mouse, por exemplo. As “tabuletas” digitais reúnem em um só suporte as facilidades descobertas em três eras de dispositivos, ainda permitindo que o texto não mais se restrinja às limitações físicas do dispositivo; elas não contêm o texto, apenas dá acesso a ele. A capacidade de acesso aos textos e aos livros digitais é indefinida e ilimitada. Manusear o rolo ou códice altera o aspecto físico e visual da forma, que para mostrar o texto precisa estar diante dos olhos do leitor. A página virada ou o desenrolar da mesma avança ou retrocede na leitura, onde texto e suporte compõe uma unidade: cada página possui uma singularidade, sempre alterada pelo toque do leitor. Se a página vira, nela vai o texto. Por usa vez, a tela permanece intacta, inerte. É o texto que surge e desaparece como se não pertencesse a superfície do suporte: o dispositivo eletrônico. O texto não está fisicamente no suporte. Está virtualmente nele pela decisão do leitor. Texto e suporte se desprendem: isso, talvez, seja um dos grandes pontos de ruptura com os dispositivos das eras anteriores.

A evolução dos dispositivos de leitura da antiguidade espelham a capacidade e o interesse do homem em melhorar as habilidades de escrita e leitura e as possibilidades que o suporte textual pode oferecer em atender suas expectativas e até mesmo em superá-las. As tentativas são infindas, ainda persistem, e só contribuem para continuar o ciclo que se repete: surgem novos suportes em detrimento dos já habituados e legitimados, com o objetivo de diminuir custos e servir às conveniências sociais de escrita e leitura; novos processos se mostram mais favoráveis à produção mais econômica e a especialização da tecnologia; novas práticas de leitura de estabelecem; suportes convencionais conflitam com novos suportes; suportes convencionais se tornam obsoletos; novos suportes se convencionam, e assim segue a evolução dos dispositivos de leitura, adequando-se às transformações das necessidades da sociedade leitora. Com esse ciclo virtuoso, a humanidade pode sempre se permitir ao

crescimento: na mudança e no aprendizado de escrita e leitura, na valorização do conhecimento e do ensino e na transformação das formas do livro.

O ciclo virtuoso também se realizou na revolução da imprensa e na formação de um novo momento significativo para os campos da história da escrita, da leitura e dos suportes: a era do papel.

CAPÍTULO II

A revolução da imprensa

2.1 Introdução

Após o surgimento da escrita chinesa por volta de 1400 a.C, rolos de tiras finas de bambu ou madeira foram os primeiros suportes de escrita e leitura reconhecidos como livros no século VI a.C. na China Antiga. Depois, o pincel e a tinta passaram a ser usados em um material muito mais caro, no entanto, mais leve e resistente: a seda¹⁶. Embora sua produção na china tenha se iniciado no terceiro milênio a.C, foi usado extensivamente como base de escrita no período dos Estados Combatentes (475-221 a.C) e na Dinastia Han (25-220) d.C. “Às vezes, textos importantes e livros ilustrados tinham um rascunho em bambu antes de serem passados para a seda” (LYONS, 2011, p. 18), a semelhança do que ocorria com o uso do pergaminho e da tabuleta de madeira encerada: esta, por ser mais barata e reutilizável, muitas vezes servia como rascunho da escrita que seria repassada para aquela, cujo custo de produção era altíssimo. A seda foi considerada artigo de luxo e, por muito tempo, a mercadoria mais valiosa da china, transportada principalmente pela famosa Rota da Seda que viabilizava o comércio entre o Oriente e a Europa. Com o aumento da demanda de mais textos e a necessidade de redução de custo referente ao material de escrita, outro suporte mais barato foi substituindo a seda gradativamente: o papel, cuja invenção possivelmente ocorreu na império de Han, em 105 d.C., sob o comando de Wu Di.

A tradição chinesa atribui a invenção do papel a um eunuco da corte imperial chamado Cai Lun, em 105. d.C. Ele usou novos ingredientes – trapos velhos, cânhamo, casca de árvore e redes de pesca – para desenvolver um método de fabricação de papel basicamente similar ao usado hoje. As fibras eram mergulhadas em água até que os filamentos individuais se separassem, depois eram içadas com uma peneira de malha fina, formando uma camada de fibras entrelaçadas, que podia

¹⁶ Reza a lenda que a descoberta da seda se deu por um acaso glorioso com a princesa Hish-Ling Shi, que vivia num palácio suntuoso de jardins extensos nos arredores de Pequim. Hish-Ling Shi era uma mulher que amava a natureza acima de todas as coisas e fazia de tudo para estar em contato com ela. Por isso, todas as tardes, a princesa tomava chá embaixo do pé de amora, a fim de apreciar o verde e as flores de seu palácio. Certo dia, ela cumpria seu ritual quando notou que em sua xícara de chá quente havia caído algo diferente. Era um casulo. Surpresa, a princesa percebeu que do casulo foi se desprendendo um fio especial, brilhante como ela jamais vira. Contenta com a novidade, a princesa foi rapidamente mostrar ao marido a descoberta. Hwang-Té também surpreendeu-se e ordenou aos empregados do castelo que recolhessem todos os dias os casulos para fabricar um belo vestido para a esposa. Um belo dia, o príncipe decidiu promover um baile para apresentar a beleza de sua amada à corte. Ao chegar ao baile, os convidados não acreditaram no brilho do vestido que Hish-Ling Shi usava e pensaram até que aquele tecido era mágico. Bondoso, Hwang-Té contou aos presentes a verdade sobre aquele tecido tão formoso. Os chineses, abismados e encantados prometeram nunca revelar o segredo daquele fio mágico que era matéria das mais belas vestimentas já vistas. A China guardou esta confidência por muitos e muitos anos. O segredo do mais nobre tecido do mundo: a seda. (Texto extraído do site bicho-da-seda.info)

ser secada e alvejada. O papel levou centenas de anos para substituir o bambu e seda, mas, no fim do século II d.C., a corte imperial já o utilizava em quantidades significativas. (LYONS, 2011, p.18)

O papel foi utilizado em formato de rolos (rolos de papel) e na impressão em pedras. Sobre a pedra com caracteres entalhados, colocava-se o papel, sobre o qual esfregava-se o grafite. O texto aparecia em branco, com o fundo da cor do grafite, devido a forma dos entalhes. Além de pedras, foram utilizados blocos de cera, argila, madeira e metal. Destas bases para impressão, a que melhor se adequou ao sistema de escrita com mais de seis mil caracteres mais recorrentes, somando-se ao custo baixo do material, foi a madeira. Para Martyn Lyons (2008, p. 20), a impressão xilográfica foi inventada pelos chineses no século XVIII d.C., enquanto Faria considera que a descoberta ocorreu em 594 a.C.

Xilografia: palavra que designa a gravura em madeira primitiva e, por extensão, as próprias gravuras dos séculos XIV e XV. Desde sistema deriva a invenção da imprensa, porque foi a partir desse processo que se fabricaram os tipos; gravura obtida por este processo; gravação da composição em tábuas. Descoberta na China no 594 a.C., sua técnica consiste em rebaixar num bloco de madeira as partes brancas do motivo que vai constituir o futuro impresso, quer se trate de letras, de imagens ou de uma mistura de ambas. Depois de feita a gravação da madeira, aplica-se a tinta sobre a gravação e sobre ela o papel, que irá ser submetido à pressão de uma prensa plana, o tórculo. (FARIA, 2008, p.733)

Em 1100 d.C, os impressores chineses criaram o tipo móvel. A partir do século XVI, o surgimento da impressão em grande escala não somente assegurou o alto grau de alfabetização popular na China, como possivelmente contribui para que os chineses “tenham sido responsáveis por uma publicação de livros maior que a de todos os outros idiomas do mundo juntos” (FISCHER, 2006, p. 99), o que se estendeu provavelmente até metade do século XVIII. Para Martyn Lyons (2008, p. 20), “no final do século XV, a China produzira mais livros do que todo o resto do mundo”. A partir do século XX, a leitura moderna na China começa a assemelhar-se aos modelos ocidentais, sendo ainda bastante controladora em relação à leitura na internet.

O segredo da fabricação do papel chinês foi supostamente mantido por muito tempo, cerca de 500 anos, garantindo o domínio da produção. No início do século VII, a técnica se difundiu fora do monopólio chinês e, a partir do século VIII, o papel passou a ser usado na Coreia e Japão, de modo que, até o século XIX d.C., a impressão ou gravação por blocos de madeira predominou na China, Coreia e Japão. No Ocidente, com a difusão da técnica de fabricação do papel, este começou a ser utilizado no Turquestão (ou Turquistão: dividido em

Turquestão Ocidental e Oriental), mas foi no século XII que a tecnologia chegou à Espanha, disseminando-se pela Europa.

A Coreia, depois de conquistada pela China, em 108 d.C., foi subdividida em quatro colônias, recebendo forte influência da língua e escrita chinesas, de modo que nas escolas coreanas o ensino era chinês. Portanto, escrevia-se e lia-se com caracteres chineses, até que no século XV, sob o reinado de Sejong, quarto rei da dinastia Choson, foi introduzida, em 1446, uma nova escrita baseada no alfabeto coreano recém elaborado: o *Hangul*. O projeto para elaboração desse alfabeto foi motivado pela necessidade de facilitar a comunicação escrita em coreano, que era diferente da língua e escrita impostas, buscando-se substituir os caracteres chineses. No século XIII, a impressão com tipos móveis chinesa foi adotada por impressores coreanos, os quais passaram a empregar os tipos móveis de metal em 1403¹⁷. Portanto, para se adequar a essa última forma de impressão, e cumprindo o propósito maior de inventar um novo sistema de escrita, o *Hangul* foi criado. Neste início, possuía 28 letras. Destas, 24 ainda são utilizadas, sendo que 10 são vogais e 14, consoantes. Por sua vez, os milhares de caracteres chineses se reservou à tradição da impressão xilográfica, que era mais adequada em relação aos tipos reutilizáveis.

Os caracteres chineses foram usados em boa parte da história de muitos países do Extremo Oriente, exercendo sobre a Ásia Oriental influência semelhante a do latim sobre o Ocidente. Sem dúvida, superando Coreia e China, o Japão experimentou com maior intensidade os resultados da impressão e vendas de livros e formação de leitores. A partir da invasão da Coreia, em 108 d.C., escrita e literatura chinesas começaram a envolver a classe aristocrática japonesa, e disseminaram-se pela sociedade em meados do século VI d.C. Em 645 d.C., com o desenvolvimento de uma administração central baseada no modelo chinês, a escrita chinesa também se institucionalizou para “transmitir” os sons do japonês antigo. Como consequência dessa relação, escrever em chinês o que se ouve em japonês, até o século VI, “ler em japonês era ler em chinês”.

A escrita chinesa não se encaixava muito bem na língua japonesa polissilábica (e não monossilábica, como a língua chinesa) e flexiva (com mudanças no final de palavras que mostram diferenças gramaticais), que era diferente demais do chinês cuja escrita havia sido feita para transmitir. Nos primeiros séculos, ler japonês na escrita chinesa foi um processo lento, trabalhoso e confuso. (FISCHER, 2009, p. 130)

¹⁷ Coincidentemente, Gutenberg nasceu entre 1400 e 1403. Não se sabe exatamente a data.

Devido à dificuldade óbvia de adaptação entre escrita e língua, os japoneses “simplificaram” a escrita para se adequar ao próprio idioma, estabelecendo cinco vogais (*a, i, u, e, o*) e 41 sílabas consoantes-vogais (por exemplo, *Ka* e *Ki*), formando, assim um silabário de 46 glifos, dos quais geraram-se as escritas *kana* silábicas: *hiragana*, e sua versão simplificada, *katakana*. Assim, com a introdução do glifo chinês (*kanji*) ao uso de “novos” glifos nos silabários criados, o Japão passou a possuir três escritas – que podem ser utilizadas em conjunto no mesmo texto: a logografia (*kanji*) e os silabários *hiragana* e *katakana* – figurando possivelmente como o “sistema de escrita”¹⁸ mais complicado do mundo. (FISCHER, 2009, p. 130-131).

Entre os séculos VI e XI, a arte e literatura chinesas “moldaram” gradualmente toda a cultura japonesa. É dessa época que se conhece o maior projeto de impressão da Antiguidade que, todavia, após seis anos de duração, não encontrou “leitor humano” e não gerou qualquer influência relevante na impressão, leitura e literatura no Japão. Afinal, em 764, quando a Imperatriz Koken, como gesto de ação de graças, encomendou um milhão de rolos impressos por blocos de madeira para serem entregues aos dez principais templos japoneses, sua intenção era que tais rolos fossem lidos pelo público-leitor divino, a fim de alcançar-lhes a benevolência, segundo o costume da época. No final do século XVI, sob influência da classe média mercantil e da secularização da impressão, prensas são instaladas em Kazusa (1590), Amakusa (1592) e Nagasaki (1597) por missionários cristãos. No século XVII, com a força do desenvolvimento do comércio de livros japoneses e a retomada da impressão com blocos de madeira, a literatura floresceu. Milhares de cópias de uma mesma obra eram produzidas nas oficinas de impressão. Em 1671, um vendedor de livros tinha 3.874 títulos catalogados. (Não houve nada comparável no Ocidente). Superando com folga a China e a Coreia, o Japão, por meio dos impressores e vendedores de livros, transformou-se na “sociedade da palavra escrita.”¹⁹. Na era Meiji (1868-1912), a cultura literária ocidental adentrou mais fortemente o Japão levando a literatura tradicional a segundo plano e a possível falência. O Japão, com maior índice de alfabetização do mundo e maior consumo *per capita* de textos publicados, foi

¹⁸ Em “A Breve História da Linguagem”, Fischer diz “sistema de escrita” no singular. No entanto, em “História da Leitura”, ele se refere a “dois sistemas distintos (um logográfico estrangeiro, outro silábico nativo) com três escritas (um chinês e dois japoneses)”.

¹⁹ Conforme Fischer (2006, p. 113).

considerado por Fischer a sociedade da palavra escrita, cuja cultura essencialmente nasceu da leitura e tornou seus leitores os principais leitores do mundo²⁰. (FISCHER, 2006, p. 107-114)

2.2 A era do papel: Gutenberg e a cultura da imprensa

A chamada Idade Média central, sem entrar em pormenores, coincide com a época em que o Feudalismo tem seu apogeu ou período clássico entre os séculos XI e XIII, após se consolidar no século X. A sociedade feudal conheceu uma acelerada expansão populacional, decorrente da ampliação territorial. Internamente, essa sociedade experimentou a passos lentos uma transição da etapa feudo-clerical para feudo-burguesa²¹, ou sobreposição desta em relação àquela. Resultando dessa transformação da sociedade, surgem as cidades e as primeiras universidades; a literatura vernácula ganha força em oposição à literatura em latim; emergem a filosofia racionalista, a ciência empírica e as monarquias nacionais. (FRANCO JÚNIOR, 2001).

Entre os séculos XIV e XV, o sistema feudal entra em crise generalizada em decorrência da expansão territorial, demográfica e econômica. A fome, que não era novidade há bastante tempo, passou a ser evidenciada e com mais força em várias regiões do Ocidente. Um mesmo bacilo (*pasteurella pestis*) atacou de três formas: peste bubônica, peste pneumônica e peste septicêmica. Esse conjunto de doenças ficou conhecido como peste negra, que também pode ter como principal fator facilitador a expansão descontrolada. A peste dizimou cerca de 30% ou mais da população da Europa. As guerras no período, principalmente a Guerra dos Cem Anos, enriqueceram a nobreza e, conseqüentemente, o feudalismo. A crise social que se instaurou entre os camponeses, as revoltas urbanas, a crise clerical, todos esses fatores somados à expansão comercial, ao enriquecimento da burguesia, à

²⁰ Considerando o ano da primeira publicação de “História da Leitura”. Hoje, essa informação pode ser questionada.

²¹ “**Feudo**: a palavra deriva do germânico *fehu*, “gado”, com o sentido de “um bem dado em troca de algo”. Inicialmente, fins do século IX, o feudo era cedido pelo poder público (rei, conde) em troca de serviços públicos (guerra, administração). A partir de fins do século XI, ligado estreitamente à vassalagem*, o feudo tornou-se um bem privado concedido em troca de serviços privados. Essa concessão (terra, dinheiro, direitos diversos) era feita por um nobre, intitulado “senhor”, a outro nobre, chamado “vassalo”, em troca essencialmente de serviço militar. **Feudo-burguesa**: adjetivação dada por José Luis Romero (82) à fase, entre 1150 e 1300, de grandes transformações globais que iriam aos poucos descaracterizar a sociedade feudal clássica ou feudo-clerical, com a lenta mas firme difusão dos valores sociais burgueses. **Feudo-clerical**: por contraponto ao conceito de sociedade feudo-burguesa, pensamos que a fase anterior, entre 1000 e 1150, deva ser chamada de feudo-clerical para indicar a complementaridade ideológica, política e social entre as duas primeiras ordens, a dos *oratores* e a dos *bellatores*.” (FRANCO JÚNIOR, 2001, p. 253-254)

centralização política, às inovações tecnológicas, à mudança de pensamento da sociedade européia, entre outros fatores, levou o sistema feudal ao esgotamento de suas forças. Essa conjuntura lançou as bases do Renascimento, nos âmbitos cultural e científico; do Protestantismo e da Reforma, como consequência da crise clerical; do Absolutismo e das práticas econômicas mercantilistas em resposta à crise social generalizada e a falência do Feudalismo. Começa-se a surgir o Estado Moderno, a partir de meados do século XV, época em que a Europa começa a se reconstituir dos abalos da crise geral.

Nesse contexto, a leitura medieval sentiu mais fortemente o choque entre cultura oral e escrita, o qual se intensifica com os adventos do papel, dos tipos móveis e da prensa de Gutenberg, gerando uma revolução sem precedentes na história da leitura europeia, que já acompanhava as revoluções já encaminhadas, como a transição da leitura em voz alta para a leitura silenciosa e a substituição do rolo pelo códice, mas agora, arrojando-as para legitimá-las na sociedade cada vez mais letrada e inclinada à construção e disseminação do conhecimento.

A invenção do papel, dos tipos móveis e da técnica de impressão por blocos de madeira, concomitante aos efeitos de transformações sócio-políticas e culturais próprios de qualquer sociedade, trouxeram avanços significativos para China, Coreia e Japão, especialmente para esse último, nos aspectos desenvolvidos de uma sociedade impulsionada pela valorização, evolução e disseminação da escrita e leitura. Uma revolução ainda maior, considerando os efeitos sobre boa parte do mundo, senão, de quase todo, foi causada pela invenção ou reinvenção da imprensa à maneira de Johannes Gensfleisch zur Laden zum Gutenberg, mais conhecido como Gutenberg.

Na Europa, houve uma “revolução da leitura” graças a dois fatores impulsionadores: a impressão com tipos móveis de metal e a formação da base capitalista para explorá-la. No Extremo Oriente, essa revolução não aconteceu: a tradição falou mais alto, sendo finalmente desconsiderada, embora com relutância, no século XIX e no início do século XX, como consequência da influência, comercialização e industrialização ocidentais. (FISCHER, 2006, p. 105)

Os impressores chineses criaram o tipo móvel por volta de 1100 d.C., mas esse desenvolvimento não revolucionou a imprensa na mesma medida que a reinvenção independentemente dessa tecnologia utilizada por Gutenberg, na Europa, 400 anos depois. Ao contrário das línguas européias, que usam um pequeno número de letras, o chinês escrito, exigia milhares de caracteres únicos, o que tornava os blocos de madeira cortados individualmente muito mais eficientes do que os enormes conjuntos de tipos reutilizáveis. (LYONS, 2011, p. 20)

O uso dos tipos móveis de metal era adequado ao sistema de escrita europeu, uma escrita alfabética completa, que possui poucos caracteres. Portanto, essa técnica de impressão poderia ser exportada para qualquer país que tivesse sistemas de escrita simples que facilitassem a impressão para responder com rapidez às demandas crescentes e contínuas de literatura. O uso do papel diminuiu os custos de fabricação do livro, tornando o pergaminho (material), que sempre foi um artigo caro, um elemento a ser descartado da produção em larga escala. Acarretou-se uma série de modificações na forma como a sociedade passaria a dar sentido ao livro, realizar a leitura e construir seus próprios conhecimentos. Na medida em que o Estado Moderno vai se solidificando e a imprensa de papel vai alterando profundamente o mercado de leitura e alimentando um novo pensamento sobre as práticas leitoras e o trato com o conhecimento, a leitura mediada pelo controle e interpretação eclesiástica, bem como pela intervenção de um letrado qualquer, passaria a ser menos frequente, dando ao leitor *ativo* a “liberdade” de escolha sobre os gêneros e temas de leitura, assim como pelo próprio entendimento sobre o que ele lê. O leitor e a palavra escrita começam a encontrar uma emancipação dos paradigmas da cultura oral, agora em quase total imersão na cultura escrita – a oralidade se enfraquece na escrita e leitura.

Desde a invenção da prensa, em 1450, até 1500, nesse período curto de 50 anos, o papel suplanta o pergaminho. Sabe-se que a prensa chegou à Europa, pela Espanha no século XII.

Os árabes descobriram o segredo da fabricação de chineses prisioneiros de guerra e passaram o conhecimento adiante conforme foram expandindo seu império. A primeira fábrica de confecção de papel na Eupora foi estabelecida na Espanha em 1150. A partir de então, a confecção de papel se espalhou por toda a Europa. Primeiramente, os europeus resistiram à ideia porque veio dos mouros, um povo de fé mulçumana. Além disso, a maior parte do papel era de má qualidade. Mas, quando chegou a época da xilografia e da prensa móvel de Gutenberg, os fazedores de papel haviam aprimorado a sua arte. Em muitos livros daquele século, as páginas permanecem ainda vigorosas e brancas. (MILLER & HUBER, 2006, p. 150)

Em 1450, a prensa de parafuso de Gutenberg começou a trabalhar com uma tinta que se fixava apropriadamente ao papel e com tipos móveis de metal adequados à escrita linear e sequencial do sistema alfabético completo – a escrita completa. Em termos de fabricação em larga escala nesta prensa, livros no sistema de escrita alfabético são favorecidos, em detrimento de sistemas de escrita não alfabética. Mas, de forma alguma, isso representa uma superioridade de países de línguas em escrita alfabética em comparação aos de escrita não alfabética, cujas línguas não sentiram (ou não sentem) necessidade de adequação a essa

última²². Também não significa dizer que não houve produção em larga escala em países que não utilizou amplamente os caracteres móveis. Importante lembrar que o papel, os caracteres móveis e a impressão não são invenções do Ocidente, mas foram utilizados e aprimorados para se ajustar a sua “indústria do livro”. Segundo Roger Chartier:

No Oriente, sem dúvida, os caracteres móveis são conhecidos; lá, aliás, é que foram inventados e utilizados bem antes de Gutenberg: caracteres de argila cozida já são utilizados na China no século XI e, no século XIII, na Coreia, textos são impressos com caracteres metálicos. Mas, à diferença do Ocidente depois de Gutenberg, a utilização dos caracteres móveis permanece, no Oriente, limitada, descontínua, confiscada pelo imperador ou pelos mosteiros, o que, assim mesmo não significa a ausência de uma cultura do impresso de larga envergadura. O que a tornou possível foi outra técnica, a xilografia, ou seja, a gravura em madeira de textos impressos em seguida por fricção. Atestada desde os meados do VIII, na Coreia, e, no fim do século IX, na China, a xilografia propicia, na China das dinastias Ming e Xing, assim como no Japão dos Tukogawa, uma circulação muito ampla do escrito impresso, com empresas de edições comerciais independentes dos poderes, uma rede densa de livrarias e gabinetes de leitura, gêneros populares amplamente divulgados. (CHARTIER, 1994, p. 186-187)

Duas técnicas de impressão: impressão por tipos móveis de metal e impressão xilográfica, cada uma conformando-se às sociedades que as empregaram, com suas línguas, sistemas de escrita e demandas por leitura específicas. Por isso, não se pode atribuir ao Ocidente um *status* elevado na cultura impressa, em detrimento de outras civilizações. A impressão com blocos de madeiras que, no Extremo Oriente, foi mais vantajoso que escritos copiados à mão, também possuía vantagens em comparação à impressão com tipos móveis.

Os livros em blocos se tornaram populares porque eram mais baratos do que manuscritos copiados à mão. Apesar de levar tempo para produzir gravuras em madeira suficiente para completar um livro, cada xilogravura cuidadosamente manuseada podia ser impressa dezenas de milhares de vezes. Vendas em qualidade tornaram o trabalho rentável. O impressor também tinha a flexibilidade de estocar as xilogravuras e utilizá-las novamente quando um cliente queria uma cópia ou mais. E, com papel em quantidade limitada, era importante ter a possibilidade de imprimir somente o necessário para atender o pedido. Essa era uma vantagem que a xilogravura tinha sobre as letras móveis e de metal da prensa móvel de Johann Gutenberg. Depois de terminar o trabalho com as letras de metal, o impressor precisava desmontar as formas de impressão para reutilizar as letras de metal para outros trabalhos. Por isso, não era econômico imprimir apenas poucas cópias de uma vez. (MILLER & HUBER, 2006, p. 150)

Armazenar as xilogravuras, permitindo uma reimpressão sem o desgastante trabalho que se faria na reimpressão utilizando tipos móveis, e o fabrico sob demanda, não eram as únicas vantagens da Xilografia sobre a impressão de Gutenberg. Roger Chartier (1998)

²²Conforme Steven Fischer (2009, p.135) “Em toda a história, cada língua encontrou e/ou se adaptou à escrita que melhor se encaixa em sua fonologia. As escritas não 'evoluem': elas são propositalmente modificadas por agentes humanos para melhorar a qualidade da reprodução da fala (som) e transmissão semântica (sentido)”

ressalta uma importante distinção entre as duas técnicas. No Extremo Oriente, a xilografia mantém um vínculo com a arte do manuscrito, de modo que imagem e texto continuaram sendo impressos sobre o mesmo suporte. Desse modo, não somente a forma caligráfica se preservou, como também seu sentido. Diferentemente do que ocorreu no Ocidente, em que, na impressão, a caligrafia e o sentido de sua forma ligadas ao manuscrito se perdeu, ao mesmo tempo em que se verificou um afastamento entre imagem e texto, exigindo duas técnicas de impressão para juntá-los no papel:

Vê-se então uma disjunção entre o texto e a imagem: para imprimir, de um lado, os caracteres tipográficos e, de outro, as gravuras em cobre, são necessárias prensas diferentes, duas oficinas, duas profissões e duas competências. É o que explica que, até o século XIX, a imagem esteja situada à margem do texto – o frontispício abrindo o livro, as pranchas fora-do-texto. (CHARTIER, 1998, p. 10)

Enquanto a xilografia se firmava no Extremo Oriente, a imprensa de tipos móveis de metal, no Ocidente, consolidava uma verdadeira “indústria do códice de papel”, que resistia fortemente à concorrência das cópias manuscritas. No entanto, mesmo sob a proeminência do papel e mecanização da escrita lançada no final do século XV, a escrita à mão ainda sobreviveu por muito tempo.

Há portanto, uma continuidade muito forte, entre a cultura do manuscrito e a cultura do impresso, embora durante muito tempo tenha se acreditado numa ruptura total entre uma e outra. Com Gutenberg, a prensa, os tipógrafos, a oficina, todo um mundo antigo teria desaparecido bruscamente. Na realidade, o escrito copiado à mão sobreviveu por muito tempo à invenção de Gutenberg, até o século XVIII, e mesmo o XIX. Para os textos proibidos, cuja existência devia permanecer secreta, a cópia manuscrita continuava sendo a regra. [...] Manteve-se também a figura daquele que na Inglaterra do século XVIII se chamava de gentleman-writer, aquele que escrevia sem entrar nas leis do mercado, à distância dos maus modos dos livreiros-editores, e que preservava assim uma cumplicidade muito forte com os leitores. (CHARTIER, 1998, p. 9)

Passados apenas 50 anos desde a invenção de Gutenberg, o número de prensas se multiplicou para cerca de 1700, distribuídas em mais de 250 pólos de impressão, resultando na produção de mais de 10 milhões de cópias de 27 mil títulos, segundo Steven Ficher (2006) ou mais de 30 mil, segundo Alberto Manguel (1997). Foi estes 50 anos um período de ampla concorrência com as cópias à mão, ao final do qual o códice de papel avigora-se como suporte de escrita principal. O suporte, o leitor, a leitura e a literatura moderna, todos nascem em um momento em que as bases do capitalismo se estabelecem recorrentes de mudanças de paradigmas sócio-econômicos e políticos, que, impulsionados pela força do mercado e da imprensa de Gutenberg, levam a sociedade letrada em ascensão a uma nova era: a era do papel.

A era do papel – embora este já tenha se tornado comum na Europa a partir do fim do século XIII e começo do XIV – inicia em meados do século XV, encerrando a era do pergaminho. Uma nova comunidade intelectual começa a se estabelecer como resultado da difusão do livro e o “humanismo” inspira uma valorização dos clássicos gregos, na verdade, um retorno à Antiguidade Clássica, cujos autores deveriam agora ser lidos sem as traduções latinas. Leitores laicos avolumam-se e emancipam-se ao ler a bíblia sem a intervenção dos padres e ao adquirir livros seculares. A revolução do comércio de livros impressos apaga o de cópias à mão, resignado à margem da produção literária. Leitores em todas as esferas da sociedade avultam-se. A era do papel confunde-se com a revolução da imprensa. No entanto, importante destacar que essa revolução não se trata do *aparecimento do livro* como é de costume associar a invenção da imprensa com o códice de papel reconhecido equivocadamente como o primeiro livro. Segundo Roger Chartier (1994), a prensa de Gutenberg é uma revolução técnica, ou seja, um dos modos de reprodução de textos e produção de livros. Essa produção alterou significativamente a circulação dos textos e a enraizou uma cultura do impresso no continente Europeu e em todo mundo.

Um livro manuscrito (sobretudo nos seus últimos séculos, XIV e XV) e um livro pós-Gutenberg baseiam-se nas mesmas estruturas fundamentais – as do códex. Tanto um como outro são objetos compostos por folhas dobradas um certo número de vezes, o que determina o formato do livro e a sucessão dos cadernos. Estes cadernos são montados, costurados uns aos outros e protegidos por uma encadernação. A distribuição do texto na superfície da página, os instrumentos que lhe permitem as identificações (paginação, numerações), os índices e os sumários: tudo isto existe desde a época do manuscrito. Isso é herdado por Gutenberg e, depois dele, pelo livro moderno. (CHARTIER, 1998, p. 7)

O livro não surgiu com Gutenberg. O códice de pergaminho – livro manuscrito, foi substituído pelo códice de pergaminho – o livro moderno. Se algo foi “inventado” por Gutenberg, isso foi a prensa de tipos móveis de metal para impressão que, na verdade, foi reinventada²³, como dito anteriormente. O livro moderno é uma aprimoração do livro manuscrito, que por sua vez, substituiu o rolo, que substituiu às tabelutas de argila. Isso é uma história sem fim. O livro adquiriu diversos formatos ao longo de toda a história da humanidade.

O Renascimento Carolíngio não alcançou as massas camponesas. Por sua vez, a força “humanismo” e da imprensa expandiu as fronteiras fechadas do educação escolástica. Por um lado, o escolasticismo não promoveu uma alfabetização ampla e um aumento generalizado de

²³ Segundo Martyn Lyons (2011, p. 58), “duzentos anos antes da invenção de Gutenberg, os coreanos haviam produzido o que provavelmente foram os primeiros caracteres móveis de metal, mas a tecnologia não se difundiu pela Ásia Oriental [...] Apesar de ter surgido na Ásia, foi na Europa que a imprensa teve amplas consequências sociais e culturais, e a prensa para impressão foi uma invenção ocidental. Gutenberg não sabia nada sobre a realização dos coreanos: com seus esforços, a imprensa foi reinventada na Europa.”

leitores medievais, exceto a uma minoria social. Por outro lado, os leitores pós-medievais do livro de papel são encontrados não apenas entre o clero e a nobreza, mas entre os camponeses, entre os pobres. Esses últimos passaram a ter condições de comprar o livro em edições mais baratas. Impressores e escribas disputavam o comércio. Enquanto estes produziam textos longos, como a Bíblia de 42 e a de 36 linhas, por exemplo, aqueles encontraram um público expressivo e crescente para os textos curtos, especialmente, obras em vernáculo – a maioria dos títulos que as primeiras prensas fabricaram. Nesta disputa, o grande *in-fólio* é menos produzido que os formatos mais rentáveis: *in-quatro* e *in-oitavo*. De fato o livro diminuiu de tamanho, ajustando-se às metas econômicas e comerciais de quase todos os editores do século XV. Até mesmo as Bíblias caras confeccionadas em pergaminho no formato *in-fólio* perdia para a venda de edições baratas em formato *in-quarto* e *in-oitavo*. A imprensa amplificou o acesso ao conhecimento por meio das edições menores e baratas de papel. Vale lembrar que a ideia de “barato” faz-se em relação aos altíssimos preços praticados na venda dos livros manuscritos. Se o Renascimento Carolíngio promoveu a alfabetização para uma minoria, o Renascimento cultural e científico dos eruditos “humanistas” do século XV cedeu mais espaço aos pobres, aos camponeses e às mulheres, que, pela primeira vez, passaram a ter participação mais ativa na sociedade, começando pelas camadas mais altas da sociedade pós-medieval. No campo da escrita e leitura, elas passaram a ter certa relevância.

Sobre as cidades que adotaram a imprensa, Martyn Lyons informa:

A invenção foi adotada primeiro nas movimentadas cidades comerciais situadas no centro econômico da Europa ocidental, na Holanda, Alemanha e Renânia, e na Itália setentrional, onde Veneza dominava comércio de livros. Em 1480, 110 cidades tinham a imprensa e, em 1500, o número mais que dobrou: 236. (LYONS, 2011, p. 62)

Entre os mais de 250 centros de impressão, destacou-se, entre as 236 cidades, Veneza, com no mínimo 150 prensas, que corresponde a quase 9% de todas as prensas instaladas na Europa no século XV. O “humanista” Aldo Manuzio, com sua famosa prensa em Veneza, promoveu inovações importantes. Sua diligência era que os clássicos fossem lidos em vernáculo sem intermediação da igreja e das traduções. Para tanto, não somente imprimiu clássicos em vernáculos em edições baratas, – pois o estilo cursivo economizava espaço, garantia o preço menor e mais compradores – mas publicou dicionários e gramáticas juntos com os textos clássicos para auxiliar os leitores.

Em 1501, confiante no sucesso de suas primeiras publicações, Aldus respondeu à demanda dos leitores produzindo uma coleção de livros de bolso in-oitavo - metade do tamanho do in-quarto -, impressos com elegância e editados meticulosamente.

Para manter baixos os custos da produção, decidiu imprimir mil exemplares de cada vez, e, para usar a página de forma mais econômica, utilizou um tipo recém-desenhado, o *itálico* ou *grifo*, criado pelo talhador e fundidor de tipos Francesco Griffo, que também talhou o primeiro tipo romano no qual as maiúsculas eram menores do que as letras ascendentes (altura total) da caixa baixa, a fim de assegurar uma linha mais equilibrada. O resultado foi um livro que parecia muito mais simples do que as edições manuscritas ornamentadas, aquelas que haviam sido populares durante toda a Idade Média - um volume de sobriedade elegante. O mais importante para o possuidor de uma edição de bolso de Aldus era o texto, impresso com clareza e erudição – não um objeto ricamente decorado. (MANGUEL, 1997, p. 162)

Os livros de bolso, invenção de Manuzio, notabilizaram-se como ferramenta de estudo, alterando a representação de símbolo de riqueza, e figurando como símbolo de conhecimento, de “aristocracia intelectual”, nas palavras de Alberto Manguel. O investimento na quantidade (do livro impresso mais acessível) em oposição à qualidade (do livro manuscrito sacralizado) é a tônica da renovação da imprensa, pois o que importa para pensamento humanista é acesso ao conhecimento. O uso do estilo cursivo (chamado mais tarde de *itálico*), economizando mais espaço no papel, e a diminuição do livro, trouxeram esse pensamento à realidade, pois a página impressa por Aldo tornou a leitura mais fácil, portanto, mais acessível.

Depois de Guttenberg, pela primeira vez na história centenas de leitores possuíam exemplares idênticos do mesmo livro, e (até que um leitor imprimissem no volume marcas particulares e uma história pessoal) o - livro lido por alguém em Madri era o mesmo lido por alguém em Montpellier. O empreendimento de Aldus teve tanto sucesso que suas edições logo foram imitadas em toda a Europa: na França, por Gryphius, em Lyon, bem como por Colines e Robert Estienne em Paris; nos Países Baixos, por Plantin em Antuérpia e Elzevir em Leiden, Haia Utrecht e Amsterdã. Quando Aldus morreu, em 1515, os humanistas que compareceram ao funeral colocaram em torno de seu caixão, como sentinelas eruditas, os livros que escolhera com tanto carinho para imprimir. (MANGUEL, 1997, p. 163)

De outras prensas, de outros eruditos “humanistas”, assim como de Aldo Manuzio – cujo foco não era mais somente desvelar, mas contribuir com o conhecimento – vieram muitas inovações que viabilizaram uma leitura mais descomplicada, ágil e uma uniformidade de textos. De certa forma, a imprensa deu mais rapidez ao acesso à informação, tanto no gesto de leitura, como na literatura que cada vez mais se multiplicava e se diversificava chegando ao público-leitor em menor tempo. Com a ascensão da classe burguesa e da expansão comercial causando uma maior circulação de livros, tanto em latim, quanto em vernáculo, o escolasticismo é abalado e encontra uma transformação na relação professor-aluno. Não somente os professores, mas os alunos passaram a ser mais fluentes na leitura do latim, desenvolvendo a capacidade de compreensão e interpretação. Se a pedagogia escolástica não promovia um ensino além da exigência de decorrar regras, ler para reconhecer o que já está

dito e que deve ser aceito como verdade e única interpretação, a nova realidade dos efeitos da imprensa adentrou às escolas, catedrais e igrejas, inspirando estudantes ao desejo pela leitura, em latim e em vernáculo, cada vez mais sua, mais individual, menos mediada por outros leitores, tornando-a prazerosa.

O livro era “novamente” uma ferramenta, mas desta vez, uma ferramenta de alta qualidade. Deixando de ser apenas o veículo do discurso humano, era, no final do século XV, reconhecido como meio mais importante de acesso ao conhecimento na sociedade culta. (FISCHER, 2006, p. 198)

Apesar do aumento de número de impressões, tanto em latim como em vernáculo, os textos, os livros circulavam com maior incidência nas mãos do clero, da nobreza e dos ricos burgueses que investiam no crescimento das publicações em vernáculo. De certa forma, houve um aumento considerável de letrados em todas as esferas da sociedade, mas isso não representou ainda uma diminuição ampla das taxas de analfabetismo. Dos séculos XIV a XVI, enquanto a tensão maior no campo da leitura foi estabelecida entre igreja e aristocracia, a classe média em ascensão estabelecia seus leitores fluentes. No entanto, essa elite letrada não incluía a grande massa de analfabetos, especialmente a população rural.

Em quase toda a Europa, do século XV ao XVIII, a maioria dos leitores de livros era composta por médicos, nobre, ricos comerciantes, e integrantes do clero, assim como na Idade Média. [...] Podia-se contar nos dedos o número de pequenos proprietários rurais, camponeses, e operários que soubessem ler. Possuir e ler um livro de verdade, um volume encadernado em couro refinado e impresso em papel de excelente qualidade, até esse momento, era privilégio dos ricos e daqueles de elevado status social. A cultura da leitura de livros solidificou a divisão entre as classes sociais, destacando e apoiando os poucos que ainda controlavam os muitos. A leitura de livros ainda estava longe de se tornar uma prerrogativa pública. (FISCHER, 2006, p. 206)

A instituição da censura instalada pela igreja católica em resposta ao movimento da Reforma atuou com mais relevo entre os séculos XVI e XVII, dando sequência às restrições impostas pelo escolasticismo. De um lado, os reformistas, especialmente os luteranistas e calvinistas, avançavam sobre o clima de uma sociedade em embates políticos e ideológicos entre nobreza feudal e clero, com uma burguesia “humanista” pregando o racionalismo, individualismo, classicismo e o direito ao acúmulo de capital como resultado do trabalho. Por outro lado, a Reforma Católica (ou Contra-reforma), por meios de instrumentos repressivos e persuasivos, buscava desventuradamente restaurar sua “autonomia e teocracia” que, de fato, nunca ocorreu sem antagonismos políticos e sociais minando suas bases ideológicas. Neste contexto, no cerne do conflito mais acirrado estava o livro e a temática em torno dele: sim, o controle sobre o que ler e como ler *versus* direito à leitura livre; método escolástico *versus*

sistema mais liberal de pensamento; manutenção da leitura eclesial *versus* emancipação da leitura; fé *versus* razão; interpretação mediada pela igreja *versus* livre interpretação.

Embora a censura, fundamentada no Index (*Index Librorum Prohibitorum* – Índice de Livros Proibidos) e suas constantes atualizações, visava ao controle de leitura, a destruição de livros heréticos e punições severas aos infratores, a igreja não conseguiu cercear o acesso ao livro de forma eficaz, pois a força da imprensa, da Reforma em bases renascentistas defenderam a grande questão que dividiu a Europa: “o direito das pessoas de ler e pensar por si próprias” (FISCHER, 2006, p. 207), assim como não permitiu a cessão ou desaceleração do comércio em bastantes regiões que não respeitavam ou burlavam o controle católico, mesmo sob a ameaça e violência iminente. A inquisição não alcançou toda a Europa, tampouco foi eficiente nos países em que mais operou. O index atuava mais em países católicos. A Inquisição funcionou de forma mais intensa entre os séculos XVI e a primeira metade do XVIII na Itália, Espanha e Portugal (por extensão, no Brasil). Conforme Martyn Lyons (2011, p.83): “a Congregação do Índice²⁴ sobreviveu como instituição oficial até 1917, e o índice em si foi abolido em 1966.”

Segundo Steven Fischer (2006, p. 203), a censura imposta pelo Index “transferiu a publicação de títulos proibidos para os centros protestantes”. Nesses pólos não católicos, a ciência, a economia e a tecnologia se desenvolveram avigorados pelo comércio de livros. E ainda afirma:

Foi nesse período – e em virtude do comércio de livros, da educação e do protestantismo, entre outros fatores – que o esteio econômico e intelectual foi transferido do Sul para o Norte da Europa, onde permaneceu daí em diante. (A Revolução Industrial e, mais tarde, a Revolução Eletrônica foram resultados diretos dessa transferência de domínio intelectual, viabilizada em parte pelo cerceamento à liberdade de leitura em terras do Sul.) (FISCHER, 2006, p. 203)

Com o advento da imprensa, a publicação de livros em latim, principalmente os eclesialísticos, aumentou sobremaneira, de modo que até 1501, respondeu por 77% dos títulos publicados. Sob o incitamento das políticas do Estado Moderno, promovendo a unidade nacional, valorizando as línguas vernáculas, e do poder da Reforma Protestante, o latim se enfraqueceu como língua internacional do direito, da ciência e da igreja, abrindo espaço à concorrência da crescente produção de obras em línguas nacionais. Apesar da resistência de cientistas entre o século XVII até meados do século XVIII, a difusão das línguas

²⁴ Criada em 1572, foi instituída para atualizar a “lista negra”. A primeira lista foi publicada em 1559 pela Sacra Congregação da Inquisição Romana, criada em 1232. (LYONS, 2011, p.83; FISCHER, 2006, p. 203)

vernáculos nas obras impressas venceu a disputa com o latim. A partir da segunda metade do século XVIII, com raras exceções, o latim permaneceu em edições de estudos clássicos e de obras teológicas católico-romanas.²⁵

Se a segunda metade do XVII caracteriza a leitura como meio fundamental para acesso rápido à informação e a construção do conhecimento – sendo ainda reputada como perigosa às elites coloniais que compreendia o ato de ler como mola propulsora das revoltas e libertação da servidão – a segunda metade século XVIII, já sob os efeitos desse poder emancipatório da leitura cada vez mais propalada pela sociedade, indo além dos limites da fronteira da elite letrada, é marcado pela multiplicação de gêneros. Sobre o temor das elites coloniais a respeito da alfabetização, Alberto Manguel cita um exemplo:

Em 1660, Carlos II, da Inglaterra, filho do rei que tão desafortunadamente consultara o oráculo de Virgílio, conhecido entre seus súditos como o Monarca Alegre, por seu amor ao prazer e aversão aos negócios, decretou que o Conselho para as Propriedades Rurais no Exterior deveria instruir os nativos, servos e escravos das colônias britânicas nos preceitos do cristianismo [...] Não está claro por que Carlos baixou esse decreto no primeiro ano de seu reinado, exceto se imaginava que este seria um modo de estabelecer uma nova base para a tolerância religiosa, à qual o Parlamento se opunha. Carlos, que apesar de suas tendências pró-católicas proclamava-se fiel à fé protestante, acreditava (na medida em que acreditava em alguma coisa) que, como Lutero ensinara, a salvação da alma dependia da capacidade de cada um de ler a palavra de Deus por si mesmo. Mas os donos de escravos britânicos não estavam convencidos disso. Temiam a própria idéia de uma "população negra alfabetizada", que poderia assim encontrar idéias revolucionárias perigosas nos livros. Não acreditavam nos argumentos de que uma alfabetização restrita à Bíblia fortaleceria os laços da sociedade; percebiam que, se os escravos pudessem ler a Bíblia, poderiam ler também panfletos abolicionistas e que mesmo nas Escrituras seriam capazes de encontrar noções incendiárias de revolta e liberdade. A oposição ao decreto de Carlos foi mais forte nas colônias americanas e mais forte ainda na Carolina do Sul, onde, um século depois, criaram-se leis rigorosas proibindo todos os negros, escravos ou livres, de aprender a ler. Essas leis permaneceram em vigência até a metade do século XIX. (MANGUEL, 1997, p. 311-312)

O poder da palavra escrita e da leitura silenciosa resultou em parte grande na transição da ciência medieval para ciência moderna, do homem medieval para homem moderno, do erudito escolástico para o erudito “humanista”. A leitura e seu poder libertador alimentou o ideário e a composição de um ambiente sócio-político onde nasceu leitores *ativos*, expandiu-se os gostos, gerou-se um público e demandas por literatura diversas, apesar de que os iletrados, especialmente os pobres, e outros excluídos sociais, ainda estavam à margem da prosperidade da econômica de mercado que favorecia aos letrados. Inclusive, a maioria das práticas administrativas estavam relacionadas à capacidade de escrita e leitura. No entanto,

²⁵ Ver (LYONS, 2011; FISCHER, 2006)

essa classe rejeitada adentrava à “civilização da palavra escrita” à medida que a alfabetização se amplificava.

Segundo número oficiais, um número maior de pessoas no Ocidente estava conseguindo acesso ao alfabetismo após 1750. O alfabetismo quase universal foi alcançado na Europa ocidental, na Austrália e nos Estados Unidos por volta dos anos 1890, quando quase toda a população sabia ler e escrever. Apenas nesse momento passou a existir um verdadeiro público leitor de massa, que impeliu a revolucionária expansão do comércio de livros. (LYONS, 2011, p. 96)

O alfabetismo não foi e não é em nenhum lugar do mundo regular, completo ou igualitário, nem mesmo a educação formal exerceu função principal no alfabetismo ocidental. São muitas as vias de acesso ao alfabetismo.

A Grã-Bretanha e a França, por exemplo, conseguiram alfabetismo praticamente universal no século XIX, muito antes da existência de um sistema de educação primária gratuito e compulsório. Durante séculos, as pessoas haviam se alfabetizado sem frequentar a escola. Aprendiam com membros da família, colegas de trabalho ou empregadores benevolentes. [...] Apesar do avanço irregular na difusão do alfabetismo na Europa, mesmo os que eram completamente analfabetos tinham acesso a livros. Assim como os que ouviam a leitura dos periódicos políticos nas esquinas parisienses durante a Revolução Francesa, havia muitos leitores que “ouviam” os seus livros. O Arcebispo Ussher, que se tornou primaz de toda a Irlanda no início do século XVII, aprendeu a ler com duas tias, cegas de nascença, que haviam aprendido a “ler” as escrituras ouvindo a sua leitura. Na Hungria do início da era moderna, mesmo pessoas que só sabiam assinar o nome com uma marca possuíam livros, que podiam ser lidos em voz alta por amigos e parentes alfabetizados. (LYONS, 2011, p. 98)

Os avanços na ciência, os processos produtivos em aceleração, o desenvolvimento do comércio e dos mercados coloniais, a burguesia em ascensão, a força ideológica do liberalismo político-econômico e a constituição dos Estados Nacionais consolidaram o sistema capitalista, suprimindo completamente os modos de produção feudal. Esse conjunto de transformações sociais, econômicas e tecnológicas – a Revolução Industrial – junto ao fervor da renovação intelectual e filosófica do Iluminismo, potencializou uma mudança que já havia começado a partir do século XVII: a preferência de leitores pela leitura *extensa* em detrimento da leitura *intensa*. Se a leitura intensa é realizada sobre poucos livros disponíveis, especialmente os religiosos, a extensa se faz mediante a uma vasta circulação de gêneros. O raro acesso aos livros antes da imprensa estava bastante relacionado à baixa produção, ao preço e a censura, e de modo mais amplo, à posição social e urbanização. A leitura desses livros era lenta, contemplativa, intensa, considerando-se ainda o *status* de venerado que o livro recebia. Após a imprensa, o livro adquire um novo *status*: veículo do conhecimento, e se multiplica aceleradamente, pois o tamanho do livro, os custos de fabricação e os preços de venda diminuíram. Essa nova condição propicia um aumento de leitores, bem como de

demandas de leitura, as quais são atendidas pelo comércio que, cada vez mais, oferta literatura diversificada. A leitura intensa, concentrada, dá lugar a leitura extensa, garantindo acesso rápido a mais informações. O livro antes e depois da revolução técnica da imprensa não é o mesmo, pois, se antes era *único* nas cópias manuscritas e, mais tarde, controlado pela igreja, agora é *comum* nas cópias idênticas e cada vez mais liberto da restritividade eclesiástica. Onde a Revolução Industrial foi pioneira, o índice de alfabetismo cresceu consideravelmente. Segundo Steven Fischer (2006, p. 235), “No final do século XVIII, mais de um terço da população rural da Inglaterra sabia ler – e a população urbana vivia num mundo já completamente dominado pela palavra impressa.”

Em todo restante da Europa, comerciantes, camponeses e mulheres podiam, neste período, tirar proveito da distribuição literária, algo que antes era controlado por abastados eruditos e um poderoso clero. As classes sociais até então oprimidas começaram a exigir o acesso ao conhecimento de todo tipo por meio do livro impresso, fazendo dessa época o apogeu de títulos como “Maneiras rápidas de...”, e “Método prático para...”, antecessores do “Faça você mesmo”, por muito tempo a mina de ouro editoria. (FISCHER, 2006, p. 236)

Sob os efeitos do liberalismo político-econômico e da “liberdade de imprensa” que ia se estabelecendo em diversas regiões, a multiplicidade de literatura que adentrava as casas tornava a leitura religiosa menos comum. O romance, que já era muito apreciado pela maioria dos leitores espanhóis, franceses, alemães e italianos, alcançou popularidade na Europa e na América do Norte, tornando-se o gosto principal no século XVIII, apesar de que esta leitura fosse avaliada negativamente como perda de tempo e desvirtuosa em alguns lugares. Surgem também bibliotecas públicas que alugam suas obras, das quais as mais populares são procuradas. No entanto, a publicação de efemérides encabeça a circulação de textos no século XVIII: propagandas, catálogos, cartazes, semanários, cronogramas, ensaios, prospectos, entre outros. Sobre as efemérides, Maria Faria apresenta as seguintes acepções:

Almanaque astronômico que indica para cada dia do ano o Lugar do Sol, da Lua, dos planetas e das estrelas; obra que menciona os acontecimentos anuais; seção de uma publicação periódica em que se relatam os acontecimentos ocorridos da data edição do periódico; livro que relata dia a dia os sucessos da vida de um personagem; diário; diz-se do texto publicado em jornal por motivo de aniversário de acontecimento importante na história: aniversário de revolução do país ou cidade, de morte de um artista, etc. (FARIA, 2008, p. 272)

Nas casas, em fins do século XVIII, ler no quarto, em silêncio, sem interferências externas era uma prática corrente. Entre os ricos, as bibliotecas privadas aumentavam suas coleções, mesmo que fosse apenas para elevar o *status* social.

Durante os séculos XVII e XVIII, o progresso da ciência moderna se intensificou. Avanços científicos – investigações e descobertas – levaram a elite intelectual europeia a assegurar as bases da revolução ou renovação intelectual e filosófica que atingiu maturidade relevante na França. Esse movimento, Iluminismo ou Ilustração, conferiu ao século XVIII o apelido de Século das Luzes. As crises sociais e o mal estar generalizado foi um dos motivos para os pensadores iluministas buscarem respostas aos problemas presentes a fim de, entre outros efeitos, estimular ou promover uma “organização da sociedade”. Por meio da literatura as ideias iluministas se internacionalizaram e, por extensão, o francês que, neste contexto, tornou-se a língua partilhada entre os intelectuais, os letrados da elite. Entre eles, uma das publicações mais importantes é a enciclopédia²⁶.

Segundo Martyn Lyons (2011, p. 107), a *Encyclopédie*

[...] foi mais do que um manifesto a favor do pensamento racional e da crítica social do iluminismo. Ela almejava disseminar conhecimento atualizado sobre as invenções científicas e as artes práticas, tornando processos e novas ideias acessíveis a qualquer leitor instruído. A *Encyclopédie* também atacou o preconceito e a tradição e colocou sob o microscópio instituições sociais e políticas, promovendo políticas econômicas liberais e o fim dos monopólios reais. Ela questionava a verdade histórica da Bíblia, a realidade dos milagres e a Ressureição, e o princípio do celibato dos sacerdotes. Atacava a posição parasítica da aristocracia e defendia os direitos da propriedade individuais como fundamento da sociedade.

As mais conhecidas no século XVIII são a *Cyclopaedia de Chambers* (1728), *Encyclopédie* (1751-1765), de Denis Diderot e Jean d’Alembert e a *Encyclopaedia Britannica* (1768 e 1771). As enciclopédias nacionais começaram a ser editadas a partir do século XIX.²⁷ A que se destacou no século XVIII, tornando-se um *bestseller* para sua época foi a *Encyclopédie*, que vendeu 25 mil cópias, somando-se todas as edições.²⁸

Se o advento do papel da china e da imprensa de Gutenberg exerceu parte fundamental para o fortalecimento do Renascimento dos séculos XV e XVI²⁹, para explosão de gêneros iniciada no século XVII, então, entre os séculos XVIII e XIX, ele foi essencial para difusão do Iluminismo e a circulação de literatura que disseminou o discurso das revoluções burguesas (Inglesa e Francesa) e da Revolução Americana, especialmente com a aceleração da produção de livros intensificada com a mecanização da imprensa e a expansão da alfabetização, que até

²⁶“Quando se deseja mostrar a preocupação de homens e mulheres do Século das Luzes em resgatar o conhecimento até então acumulado, parece válido conhecer um pouco mais sobre a *Enciclopédia*, reconhecida como ‘máquina de guerra posta a serviço das doutrinas filosóficas’. Seu ‘Discurso preliminar’ é considerado como a mais ‘admirável síntese do conhecimento humano’” (ATTICO CHASSOT, 1997, p.115)

²⁷ Ver Maria Faria (2008, p.288)

²⁸ Ver Martyn Lyons (2011, p.108-109)

²⁹ Ver Attico Chassot (1997, p.89)

o século XVIII estendeu-se para a classe média e, no século XIX, para as classes mais baixas. Essas três revoluções: política (americana), industrial (inglesa) e social (francesa), marcaram final do século XVIII e a primeira metade do século XIX.³⁰

O século XIX é identificado como a era dos impérios; da expansão do capitalismo; da intensificação de avanços na ciência e tecnologia; da proliferação de fábricas; do aumento do número de cidades, que antes eram os burgos; do aumento populacional; da organização da classe operária em luta por justiça social. Sobre esse período, a iluminação artificial se transforma. As cidades pouco a pouco deixam de utilizar as velas e as lamparinas por lâmpadas especiais e pela iluminação à gás, contribuindo não somente para segurança nas ruas, mas melhorando as condições de leitura. Com a invenção da lâmpada elétrica, no final de século XIX, a iluminação a gás é substituída progressivamente. As inovações na iluminação contribuíram especialmente para os estudantes noturnos, especialmente os trabalhadores. Outras melhorias tecnológicas foram beneficiando as condições de leitura. dessa forma, no início desse século, o privilégio de ler era dos homens, cabendo às mulheres *escutar* a leitura, no final desse século, em muitas regiões, as mulheres não somente lograram o direito de serem leitoras ativas, mas produziram literatura, de um modo sem precedentes. Para Fischer (2006, p. 264), “esse desenvolvimento foi o preparo para a emancipação social das mulheres no século XX, um resultado que se deve muito à hábitos de leitura mais liberais e à expansão da leitura no século XIX”.

O mercado editorial amadurece ao perceber a necessidade de estabelecer o papel do editor, distinguindo-o do impressor e do vendedor de livros. Na verdade, os elos cadeia produtiva começam a se tornar mais claros na medida em que se verifica a carência de especialização desses processos e de alguém estrategicamente preparado para gerenciá-los. O acúmulo de funções dá espaço à especialização de uma só, para atender as expectativas do comércio. O livreiro-editor e o livro-impressor distinguem-se da nova figura do editor.

O editor moderno tinha de possuir conhecimento especializado do mercado e tomar decisões comerciais de acordo com a demanda flutuante. Tinha de organizar o suporte financeiro para os novos empreendimentos e séries. Mantinha conexões com um plantel de autores, determinando os termos de contratos e, muitas vezes, vendendo-se como um patrono intelectual. Ele tomava decisões quanto ao preço, qualidade do papel, formato e campanhas de publicidade, e tinha de coordenar redes de distribuição. Não era necessário ter conhecimento especializado de tipografia para desempenhar essas funções-chave, mas era preciso ser líder com acesso a capital e com sangue-frio para suportar a pressão de uma competição impiedosa. (LYONS, 2011, p. 139)

³⁰ Ver Steven Fischer (2006, p.248)

A consolidação do papel do editor não foi tão rápida. Segundo Maria Faria (2008, p. 271), o surgimento do editor pode ter começado entre 1820 e 1830, mas “o aparecimento do editor puro dá-se apenas no século XX, altura em que este se torna independente do impressor e do livreiro e são criadas editoras importantes, como resposta a uma grande procura de livros impressos”.

Os editores contribuíram para a expansão do mercado de livros no século XIX, que se deve, em grande parte, a percepção do potencial das massas oprimidas que, sendo a maioria, trouxeram aumento de lucro pelo volume de vendas. O povo, outrora à margem da circulação de literatura, agora aquece a “indústria do livro”. A clientela se distribuía em dois grupos: a elite rica, de um lado, e a classe média baixa e os pobres, de outro. Muitos destes últimos, pela primeira vez, puderam comprar clássicos em edições até dez vezes mais baratas que edições de séculos anteriores. Esses novos clientes, especialmente a classe média, beneficiaram-se na era dos livros de bolsos baratos. Inteligentemente, os editores atendiam a demanda, aos gostos da clientela mais expressiva, e não às precrições dos leitores elitistas. O livro se tornou um bem do povo, distribuído pela sociedade, devido aos diversos fatores que diminuiram o seu preço, como por exemplo a inovação na encadernação e o largo uso do formato *in-oitavo*.

O pano de encadernação substituiu o oneroso couro (o editor inglês Pickering foi o primeiro a usá-lo, em seus Diamond Classics de 1822), e, uma vez que era possível imprimir sobre o tecido, ele logo foi utilizado para propaganda. O objeto que o leitor tinha agora em mãos – um romance popular ou um manual de ciências num confortável in-oitavo encadernado em pano azul, protegido às vezes com invólucros de papel nos quais também se podiam imprimir anúncios - era muito diferente dos volumes encadernados em marroquim do século anterior. Agora o livro era um objeto menos aristocrático, menos proibitivo, menos grandioso. (MANGUEL, 1997, p. 165-166)

Com o avanço da ciência e a especialização de literatura científica, avolumam-se as bibliotecas profissionais, particularmente, de médicos e advogados. Na maioria das casas podiam-se encontrar livros, da Bíblia aos romances populares. Não somente os adultos, mas as crianças tornaram-se alvos do comércio fazendo nascer uma “literatura infantil”. As publicações em série, especialmente os romances, alcançaram um enorme público-leitor bastante influenciado pelo movimento romântico. Franceses, ingleses e alemães lideraram a circulação de literatura interna e internacional.

As fronteiras da explosão da “indústria do livro” se expandiram para sólos não ocidentais, onde a cultura de leitura europeia “modificou” a de muitos países colonizados e não colonizados, que pouco a pouco, vão cedendo à influência estrangeira. A América do

Norte, por exemplo, no início do século XX já começava a despontar na concorrência com o mercado inglês. Em muitas regiões, apesar das proibições, muitos escravos aprendiam a ler clandestinamente.

Os textos no século XIX – especialmente nos países atingidos profundamente pela inovação da imprensa – começaram a se desprender dos múltiplos suportes convencionais e se revelaram em qualquer suporte útil à comunicação humana, que agora, está fortemente fundada na cultura escrita. A capacidade leitura ativa se torna uma “obrigação” na vivência cotidiana de países desenvolvidos e um fator de inclusão (ou exclusão) social mais generalizado. Um exemplo:

Em toda igreja, por exemplo, a leitura dos hinos fazia parte da liturgia; aqueles que não sabiam ler as respostas ou hinos agora se sentiam excluídos da cerimônia, já que a leitura em grupo definia o significado de ser cristão. Mas a leitura foi muito além disso. Transcedeu a página impressa da Bíblia, dos hinos, dos romances, das revistas ou dos jornais, passando a fazer parte de sinais nas ruas, letreiros de lojas, rótulos de produtos e propagandas em cartazes ou nos *Litfassäueln* (totens de propagandas) arredondados na Alemanha. Objetos isolados deixavam de monopolizar a leitura. Para onde quer que se olhasse, havia algo para ler. (FISCHER, 2006, p. 263)

O mercado de periódicos e jornais se especializaram. Os jornais, inclusive, desde a imprensa de Gutenberg até década de 1920, conheceram a sua “era de ouro”. A partir de então, passaram a sofrer a forte concorrência do rádio. Com o advento do transporte ferroviário, mais livros circulavam entre as cidades, e os viajantes adquiriam literatura barata para ler em seus itinerários. Isso demonstra o aumento do número de livrarias. Segundo Martyn Lyons (2011, p. 146): “O crescimento das livrarias foi útil para a consolidação das culturas literárias nacionais. Pela primeira vez, todo cidadão podia comprar os livros populares, dos conhecidos catecismos a romances como *Os três mosqueteiros*”

Para aqueles que não conseguiam comprar livros nas diversas livrarias e no comércio ilegal, podiam recorrer às bibliotecas circulantes ou às bibliotecas públicas de empréstimo. Para compreender a função da biblioteca circulante, Maria Faria apresenta as seguintes acepções:

- Biblioteca circulante: “conjunto de livros escolhidos emprestados por uma biblioteca central a um surcusal, a um grupo comunitário, etc. por um período de tempo limitado; biblioteca itinerante” (FARIA, 2008, p. 100)
- Biblioteca itinerante:

biblioteca ou, por vezes serviço de uma biblioteca pública, que utiliza um veículo devidamente equipado de modo a poder colocar documentos à disposição de usuários que, por razões de distância, não têm acesso fácil às instalações da biblioteca. É também designada biblioteca móvel ou bibliobus. Percorre periodicamente pequenas comunidades, bairros urbanos, zonas rurais, etc., lugares onde o acesso do livro é mais fácil; biblioteca de empréstimo; biblioteca móvel; biblioteca circulante; a primeira que se conhece foi criada em Edimburgo (Inglaterra) por Allan Ramsay, no ano de 1725. (FARIA, 2008, p. 103)

O ressurgimento das bibliotecas públicas, em alguns países mais desenvolvidos, principalmente a partir da segunda metade do século XIX, foi outro grande avanço da sociedade, pois expressou a consciência de que o acesso amplo à leitura e a informação que fundaram o homem poderia favorecer a manutenção do crescente índice de alfabetismo e o atendimento às classe mais pobres, como também materializou o fortalecimento de políticas mais liberais.

A produtividade em massa trouxe consequências importantes para o mercado editorial. Iniciou-se a formação de sistemas de *royalties* e *copyrights*, que não apenas contribuíram para melhorar a legislação na temática da criação e distribuição de obras literárias, artísticas e científicas, mas alterou a relação entre autores, editores e leitores. Os editores, compulsoriamente passaram a valorizar mais os autores, pagando-lhes um percentual pelas cópias vendidas, e não apenas pelo texto original. Os autores tornaram-se reconhecidos nas edições dentro e fora de seu país de nascimento, chegando a receber quantias expressivas pelo seu trabalho. No entanto, os leitores decidiam entre pagar por cópias piratas mais baratas ou por edições regularizadas. A pirataria no mercado editorial nunca foi eliminada, mas contida moderadamente. Com chegada do comércio eletrônico, autores e editores vivenciaram um processo de mudanças paradigmáticas, visto que o mercado tradicional de livros, na verdade, toda mídia impressa encontrava o seu maior concorrente, desde a invenção do rádio e da televisão: o mundo digital.

Não se poderia finalizar esse capítulo sem deixar destacado que, alicerçadas na conjuntura política, social e econômica dos séculos XVIII e XIX, as grandes molas propulsoras tecnológicas que asseguraram o exorbitante crescimento da publicação impressa e do acesso rápido à informação foram o suporte tecnológico – papel, e a técnica – a impressão. Os principal fator técnico para aceleração do processo produtivo foi a evolução dos sistemas de impressão e da fabricação do papel. A prensa manual de Gutenberg, de madeira, foi utilizada até o século XIX. Concomitantemente, o processo de mecanização foi finalizando a era curta da primeira prensa de madeira. O uso da teoria mecânica e das peças de metal na

prensa manual resultou na primeira evolução: a prensa de metal de Lord Charles Stanhope, inventada 1800. Depois, acrescentando mais velocidade ao processo, a prensa de vapor, criada por Friedrich Koenig (1774-1883) por volta de 1811, chegava a imprimir até 2 vezes mais folhas que a prensa de Stanhope, e 10 vezes mais que a prensa de madeira em uma hora. Em 1845, surge a prensa rotativa de Richard M. Hoe. Conforme Martyn Lyons (2011, p. 133), “no início do século XX, as prensas rotativas com alimentadores múltiplos podiam produzir 48 mil páginas em uma hora”. A prensa rotativa de Richard possui um sistema de rolos e uma máquina de cortar e dobrar o papel. A rotativa também pode ser chamada de prensa cilíndrica. John Walter II construiu a prensa de vapor bicilíndrica que podia imprimir até cem mil páginas por hora. Várias máquinas de cortar e dobrar papel e de encadernar foram criadas.

Com o aumento da demanda de papel para impressão, buscaram-se novas alternativas de matéria-prima. O naturalista francês Reaumur sugere o uso da madeira, em 1719, mas é 1860 que se substituíram os trapos pela extração da polpa de madeira. Isso resultou em altíssima redução de custos. Conforme Martyn Lyons (2011, p.134), “Na França, o preço médio de um livro caiu de 50% entre 1840 e 1870. Na Alemanha, que se tornou um grande fornecedor de papel industrial na segunda metade do século XIX, a matéria-prima respondia por 30% do custo de produção em 1870, mas por apenas 12% em 1912”.

O século XIX é o século do papel e da formação de uma cultura imprensa fincada em uma sociedade quase completamente letrada.

2.3 Considerações parciais: um segundo *link* para o presente

Assim como no capítulo I procurou-se esboçar aspectos de comparação entre as eras antigas e medieval com o tempo presente, focando-se, entre muitos, em alguns pontos de continuidade e ruptura entre práticas leitoras balizadas pelos usos de seus suportes (tabuleta, rolo, códice e dispositivos eletrônicos de leitura), trazendo uma reflexão sobre a dinâmica das inovações tecnológicas representadas pelo “ciclo virtuoso” da história dos suportes, neste momento, mais um salto para a realidade atual será feito. No entanto, não se trata de um salto longo, pois o que é contemporâneo é o resultado mais direto do advento da era do papel que, aliás, ainda é vigente, sem estimativas certas de ser suplantada pela recente e poderosa era da tela.

A era do novo suporte textual substituto do pergaminho, em boa parte, foi deflagrada pela revolução técnica da imprensa que – para dar conta da produtividade e distribuição em larga escala, indubitavelmente superior à do pergaminho – necessitou de um material de melhor qualidade, custo baixo e mais durável, aproveitável e adaptável à evolução das prensas e à circulação explosiva de textos e livros: o papel. Ela, que é precedente e ao mesmo tempo concomitante a era da tela, está inscrita na história do auge de três revoluções de leitura apontadas por Roger Chartier (1994). Essas três revoluções ou transições – da cópia manuscrita à impressa, da leitura oralizada à silenciosa e visual, da leitura intensiva à extensiva – são marcos importantes da cultura do códice, sem deixar de considerar que as leituras silenciosa e extensiva não são atributos exclusivos da revolução de Gutenberg no século XV e mais fortemente sentida a partir do século XVIII. Em outros momentos da história, mesmo na era do papiro, essas duas práticas de leitura eram possíveis, mas com menor frequência.

O livro impresso é uma evolução e *herdeira* do manuscrito, por isso, seu surgimento não pode ser tomado como aparecimento do livro, pois tanto a forma básica do manuscrito como do impresso permaneceu desde a sua última transição: folhas dobradas e encadernadas. A primeira revolução se deu na forma de fabricação do livro e reprodução da escrita, permitindo maior circulação de textos. Foi uma revolução técnica.

A segunda revolução é um benefício direto da separação entre as palavras inicialmente incorporada na Alta Idade Média pelos escribas anglo-saxônicos e irlandeses. Ela viabilizou velocidade e facilidade de leitura, condição ideal para uma leitura silenciosa e visual, diferente de como ocorre com as palavras juntas, em que o recurso da voz é necessário para distinguir uma palavra de outra, uma frase de outra.

A separação das letras em palavras e frases desenvolveu-se muito gradualmente. Para a maioria das primeiras escritas – hieróglifos egípcios, caracteres cuneiformes sumérios, sânscrito – essas divisões não tinham utilidade. Os escribas antigos estavam tão familiarizados com as convenções de sua arte que aparentemente precisavam muito pouco de auxílios visuais, e os primeiros monges cristãos amiúde sabiam de cor os textos que transcreviam. (MANGUEL, 1994, p.65)

A escrita em tabuletas e rolos, em sua maioria, foi feita pra ser lida em voz alta, uma vez que os textos não apresentavam ou não necessitavam de pontuação, separação de palavras, distinção entre minúsculas e maiúsculas. Eram textos para uma leitura falada, portanto, leitura ouvida, que explorava muito a voz e a memória, mas pouco o visual. Recursos visuais foram se tornando mais necessários à leitura visual e silente. No entanto, ler

em voz alta ou em silêncio, concordando com Roger Chartier, não são habilidades próprias de certa sociedade, conferindo-lhes limitações, onde se domina certa modalidade em detrimento da falta de domínio de outra, mas são convenções culturais. Em toda eras dos suportes foi e é possível um misto dessas duas modalidades de leitura: ler para o outro, o leitor-ouvinte, e ler para si, escutando ou não o som da própria da voz. Contudo, cada momento da história, das situações discursivas, das relações sociais, da evolução dos suportes, propiciou o uso mais acentuado e pertinente de uma modalidade que de outra.

A terceira revolução de leitura assinalada por Roger Chartier pode ser um dos efeitos mais significativos para as práticas leitoras contemporâneas, vinculado às grandes transformações sociais, ideológicas, científicas, políticas, comerciais e industriais da segunda metade do século XVIII, o Século das Luzes, em que há multiplicação de gêneros e uma repercussão larga de um movimento emancipatório da leitura, pela qual, o acesso aos livros e o monopólio da habilidade de leitura deixava cada vez mais de ser privilégio das elites letradas e alcançava mais rapidamente as camadas mais baixas da sociedade. Trata-se da transição da leitura intensiva para extensiva, já anteriormente citada.

O leitor intensivo é confrontado com um corpus limitado e fechado de textos lidos e relidos, memorizados e recitados, ouvidos e sabidos de cor, transmitidos de geração a geração. Os textos religiosos, e em primeiro lugar a Bíblia nos países protestantes, são os alimentos privilegiados desta leitura, fortemente marcada pela sacralidade e autoridade. O leitor extensivo, o da Lesewut, da ânsia pela leitura que toma conta da Alemanha no tempo de Goethe, é um leitor totalmente outro: ele consome muitos e variados impressos; lê-los com rapidez e a avidez, exerce em relação a eles uma atividade crítica que agora, submete todas as esferas, sem exceção, à dúvida metódica. (CHARTIER, 1994, p. 189)

Essas três revoluções são heranças e marcas de práticas leitoras contemporâneas, onde o códice de papel ainda impõe sua materialidade e revela sociedades e comunidades de leitores emancipados em relação à forma do suporte, o uso do mesmo e a liberdade de escolhas de textos e livros. O códice ainda é um suporte profundamente conectado ao psicológico de uma sociedade letrada, que se inscreve no conflito ou coexistência com outra forma de materialização do texto: a eletrônica.

Um ponto de encontro importante entre a cultura impressa e cultura digital é a liberdade conquistada pelo leitor. Enquanto que o rolo devia ser segurado com as duas mãos, impossibilitando a leitura e escrita ao mesmo tempo, privilegiando a leitura em voz alta, com códice, o leitor desprende as mãos do objeto de leitura e entra em contato com textos mais complexos, sistematicamente mais organizados e acessíveis. Desenrolar o rolo para encontrar com certa dificuldade uma informação e enrolá-lo novamente para guardá-lo após a leitura foi

uma tarefa superada pelo gesto prático de folhear páginas encadernadas e localizar trechos com rapidez. Comparar textos, obras, ter abertas duas obras ao mesmo tempo em páginas específicas com facilidade de manuseio foram gestos adquiridos pelo novo suporte textual que superou o rolo.

É graças ao códice que o leitor conquista a liberdade: colocado numa mesa ou púlpito, o livro reunido em cadernos já não exige uma total mobilização do corpo, proporciona maior independência ao leitor que pode ler e escrever ao mesmo tempo, passar, a seu bel prazer, de uma página a outra, de um livro a outro. É com o códice, igualmente, que se inventa a tipologia formal que associa formatos e gêneros, tipos de livros e categorias de discursos, e, portanto, instala-se o sistema de identificação e localização dos textos, do qual a imprensa será herdeira e que conservamos até hoje (CHARTIER, 1994, p. 191)

É uma liberdade, no entanto, limitada, no que se refere à intervenção do leitor, porque este ainda sofre a imposição do suporte, que lhe permite apenas os espaços não ocupados pelo texto: as margens e tudo o que for deixado “em branco”. É uma intervenção mais próxima da intromissão, pois o espaço do leitor não lhe é dado, é conquistado pela autodeterminação de se manifestar no texto, tornando-o único pelo ato da leitura, na conexão com o leitor.

Um ganho importante na transição do rolo para o códice foi a mudança na relação dos autores com seus textos. O *escritor do rolo* da antiguidade não era necessariamente o que *escrevia nos rolos*, mas o que ditava seus pensamentos para o escriba que, por sua vez, escrevia os textos, conforme lhe era ditado. O escritor autor, neste caso, era dependente do escriba, limitado às habilidades dele. Ler e escrever eram, por isso, atos distintos. Com o códice, a necessidade de um escriba perde força e o escritor ganha liberdade. O escritor do códice escreve no códice. O autor se torna o escritor de fato e as facilidades de manuseio do novo suporte dá ao autor maior criatividade no ato da escrita e da leitura.

A cultura escrita e letrada, promovida pela revolução da imprensa, gerou papéis essencialmente necessários e distintos na cadeia produtiva do livro: autor, editor, leitor, livreiro, tipógrafo, impressor, corretor e distribuidor. Todos exercem suas práticas, podendo ser identificados separadamente na cadeia. Ainda hoje é possível ter esses elos da cadeia produtiva bem definidos. Autores, editores, distribuidores, livrarias e leitores, por exemplo, são papéis que ainda recebem certa distinção do ponto de vista do mercado convencional do livro. Tais papéis foram alterados significativamente com a revolução eletrônica ou pelo menos foram provocados a uma necessária adaptação à nova realidade tecnológica e social da era digital que tem como suportes textuais inovadores dispositivos eletrônicos com tela em vez de papel. Segundo Chartier (1998, p.17) “papéis do autor, do editor, do tipógrafo, do

distribuidor, do livreiro, estavam então claramente separados. Com as redes eletrônicas, todas estas operações podem ser acumuladas e tornadas quase contemporâneas umas das outras.”

CAPÍTULO III

A era digital e os dispositivos de leitura

3.1 Introdução

Em comparação aos aproximados seis milênios de história anteriormente relatados de modo panorâmico, o século XIX abriu caminhos para as sucessivas e mais abrangentes transformações sociais particularmente sentidas nas décadas finais do século XX, seguidas de mais de 50 anos de catástrofes e intensa instabilidade em escala global. A partir daí, o mundo busca aparentemente recompor-se dos conflitos e, de modo arrebatado, encontra uma certa “reintegração” por meio das revoluções tecnológicas que aceleradamente inscrevem o homem pós-moderno em uma realidade onde as tecnologias de informação e comunicação criam ironicamente distancias e aproximações sobre o mesmo eixo: eu e o outro; globalizam na mesma questão: a cultura; disponibilizam em tempo real a informação, mas muito facilmente não limitam os meios que ora viabilizam, ora ofuscam a construção do conhecimento.

A revolução das tecnologias de informação e comunicação causou e continuará gerando impactos profundos na linguagem, no pensamento, na comunicação, e em todas as práticas sociais cotidianas das sociedades, em que os sistemas de escrita, as imagens, os sons, os movimentos e os corpos, podem se integrar ao mundo sem limites da “era tecnológica” ou “era digital”. A prática de leitura está em mudança, entre continuidades e rupturas. O livro encontrou ou se *tornou* novos suportes, mas não se estabilizou em nenhum deles ainda, embora tenha se permitido a uma nova divisão: livro impresso e livro digital. Da mesma forma: texto impresso, texto digital. Se no século XIX, objetos isolados deixaram de monopolizar a leitura, na passagem do século XX para o XXI, o texto se emancipa gradualmente do papel e se realiza correntemente na tela. Poderia-se até “apelidar” esse novo momento da cultura da leitura como “era da tela”. No entanto, é uma era de coexistência papel-tela, onde o impresso e digital disputam a preferência de leitores. Este capítulo poderia se dedicar a uma série de novos suportes tecnológicos que diversificam o cenário das práticas leitoras contemporâneas feitas sobre o papel ou sobre a tela. No entanto, por compreender que os dispositivos portáteis para leitura de livros ou textos digitais (inicialmente chamado por alguns de e-book) foram, em menor ou maior grau, uma tentativa de imitação dos livros impressos, preferiu-se focar na apresentação destes suportes. No entanto, não se deixou de

lado, os dispositivos não propriamente idealizados para leitura de livros, mas que também permitiam a visualização de textos.

3.2 Surgimento e evolução dos dispositivos eletrônicos de leitura

Das inovações tecnológicas surgidas na cultura digital que mais influenciam os hábitos de leitura contemporâneos, os denominados dispositivos de leitura são os que merecem destaque entre o público leitor, editoras, livrarias e sites que investem na produção e distribuição de e-books. Há duas categorias gerais: dedicados e não dedicados. Dedicados são os dispositivos que foram idealizados e produzidos exclusivamente para a leitura de textos eletrônicos. Não dedicados são os que exercem diversas funções, entre elas, o da leitura.

O estudo dos dispositivos de leitura é importante porque, em sua evolução histórica e recente, esses dispositivos representam grande parte da revolução da leitura de textos eletrônicos com o surgimento de empresas que apostaram em seus produtos como sendo grandes invenções para o mercado da leitura. No entanto, a história de muitos desses dispositivos demonstra que os mesmos não obtiveram êxito, devido ao fato de que estes não representaram inicialmente uma resposta às necessidades do público leitor.

Uma grande quantidade desses primeiros equipamentos eletrônicos surgiu entre os anos 1990 e começo do século XXI. O esquecimento foi o resultado para a maioria deles, pois não havia condições no mercado editorial favoráveis para fomentar a edição digital. Os autores, editores e leitores ainda não estavam tão fortemente firmes quanto a aceitar o livro eletrônico como um grande substituto ou produto tão desejável como o livro impresso.

Há três momentos importantes no percurso histórico do surgimento dos dispositivos de leitura que contribuiriam para as mudanças de paradigma no mercado editorial e nas práticas leitoras. Esses momentos constituem três gerações de dispositivos, a saber: primeira geração: dispositivos que surgem antes do aparecimento do papel eletrônico; segunda geração: dispositivos lançados a partir do surgimento do papel eletrônico; terceira geração: surgimento e evolução dos smartphones e tablets. Essas gerações não seguem um percurso perfeito de início, meio e fim, onde o início de uma marca o fim de outra, pois muitos dispositivos de leitura de diferentes gerações coexistem e são utilizados ainda hoje. Embora haja uma linha de

distinção dessas três gerações como apresentada neste trabalho, esta linha ainda é tênue e carece de pesquisas que as apresentem de forma mais consistente.

A gênese da primeira geração de dispositivos recebeu forte contribuição da genialidade do cientista e engenheiro norte-americano Vannevar Bush, que em 1945, em seu artigo intitulado “As We May Think”, publicado na revista *The Atlantic Monthly*, após a Segunda Guerra, idealizou um dispositivo mecânico denominado MEMEX – Memory Extension.

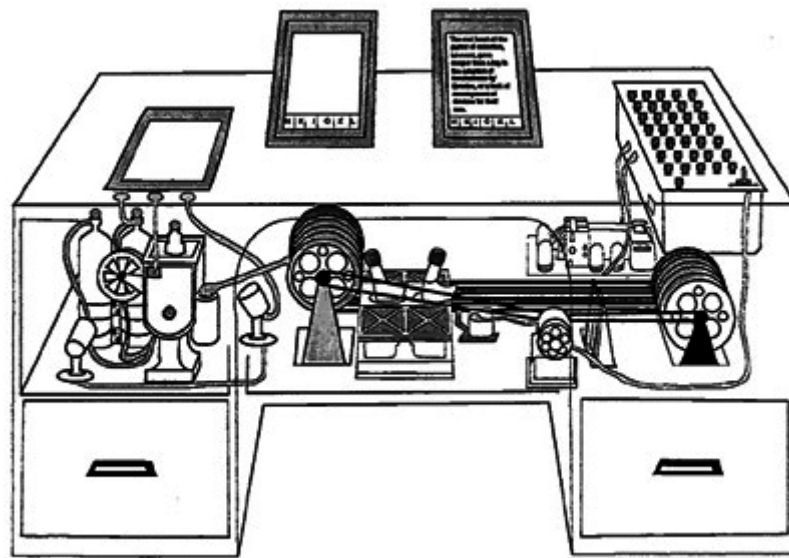


Figura 1. MEMEX.

Em seu artigo, Bush (2005) discutindo essencialmente sobre o problema do armazenamento e recuperação de informações desenvolvidas em pesquisas e investigações, propôs um mecanismo que automatizasse os processos de guarda, indexação e recuperação do conhecimento. Denominado Memex pelo seu criador, o dispositivo inicialmente funcionaria para leitura de microfilmes, permitindo a inserção de notas. Como se observa na figura 1, que se trata de um esboço do modelo do Memex, este era todo moldado como uma mesa de trabalho, fabricada em madeira. A grande contribuição dessa ideia é uma proposta de melhor integração entre as atividades de escrita e leitura. Segundo Ribeiro (2008), “pesquisadores da linguagem e do texto leem Vannevar Bush como um antecipador do hipertexto” e ainda afirma que, sendo um modelo de teoria cognitiva, o hipertexto “é um modelo, uma teoria do funcionamento mental humano, não um modo de vincular informações que o homem deva projetar à medida que interage com as máquinas”. Sobre os pioneiros do hipertexto será

tratado posteriormente. No entanto, vale ressaltar que o hipertexto é um dos componentes mais importantes do suporte digital, que alterou as formas de se ler o texto superando a organização serial e linear dos textos tradicionais no impresso.

Em 1968, surge um conceito precursor dos dispositivos de leitura, concebido por Alan Kay. Seu nome é Dynabook (figura 2).



Figura 2. Dynabook.

Kay, pesquisador Xerox Palo Alto Research Center (PARC), idealizou o Dynabook (dos termos, em inglês, *dynamic book*, ou livro dinâmico) como um instrumento de aprendizagem, leitura e escrita. Fabricado em madeira, simulando uma tela de tamanho adequado à leitura e um teclado na parte inferior, este dispositivo seria um computador portátil voltado para crianças de todas as idades. Foi sem dúvida o primeiro dispositivo precursor do tablet no que diz respeito ao formato, tendo um tamanho aproximado de um livro com dimensões aceitáveis para a época. Vale ressaltar que se tratava de um conceito modelado em madeira que, mais tarde, após várias tentativas de implementá-lo, contribuiu para evolução do Ebook e a criação do Apple Newton, o primeiro PDA, considerado um antecessor do iPad.

Em 1970, Michael Stern Hart, estudante da Universidade de Illinois, desenvolveu uma ideia que intitulou Projeto Gutenberg, em homenagem ao inventor da prensa de tipos móveis. Hart possuía acesso irrestrito ao supercomputador Xerox Sigma V (figura 3), do Laboratório de Pesquisa de Materiais da Universidade. De acordo com MICHAEL (2014), Hart, um tecnólogo futurista, inspirado por uma cópia impressa livre da Declaração de Independência

dos Estados Unidos da América, digitou o texto na íntegra, com o intuito de compartilhá-lo com os outros usuários na rede de computadores. Assim nasceu um projeto, que se configurou como “um dos primeiros mais duradouros projetos literários online” (Idem, 2014, tradução nossa). Hart, por esse feito, é considerado o inventor do que seria primeiro eBook. De acordo com o site oficial do projeto, www.gutenberg.org, o projeto dispõe de mais de 46 mil e-books gratuitos.

A missão do Projeto Gutenberg é simples:

encorajar a criação e distribuição de livros electrónicos. Esta missão é, tanto quanto possível, encorajar todos aqueles que estão interessados em fazer livros electrónicos e em ajudarem a distribuí-los. De facto, o Project Gutenberg aprova cerca de 99% de todos os pedidos daqueles que gostariam de fazer os nossos livros electrónicos e distribuí-los, dentro das suas várias limitações de direitos autorais. O Project Gutenberg é impulsionado por ideias, ideais e pelo idealismo. O Project Gutenberg não é impulsionado pelo poder financeiro ou político. Portanto, o Project Gutenberg é impulsionado totalmente pelos voluntários. Uma vez que somos impulsionados por voluntários, hesitamos em ser muito mandões acerca do que os nossos voluntários devem fazer ou em como o devem fazer. Damos tanta liberdade aos nossos voluntários quanto possível, nas escolhas de que livros fazerem, em que formatos os colocarem, ou quaisquer outras ideias que eles possam ter relacionadas com a "criação e distribuição de livros electrónicos". (PT-PG, 2014)



Figura 3. Supercomputador Xérox Sigma V.

3.2.1 Primeira geração de dispositivos de leitura

Sobre os dispositivos considerados leitores de livros ou textos digitais, sob os títulos de E-books (quando se referia ao hardware) ou E-readers, como chamados mais tarde, segue-se uma história de suas evoluções, sem, no entanto, pretender apresentar todos os aparelhos

surgidos no mercado no mundo inteiro, incluindo no Brasil, mas, considerando os dispositivos mais relatados nas fontes consultadas, em textos impressos ou digitais.

A partir de 1980 surgiram os primeiros dispositivos de consulta, não de leitura, destinado ao público acadêmico e profissional. No entanto, eram considerados importantes inovações em meio ao surgimento de novas tecnologias, tais como *home computer* ou computador doméstico. No início da popularização do computador, começou-se a despertar o interesse pelo texto eletrônico, o que estimulou o surgimento dos dispositivos informáticos portáteis que viabilizam a leitura de livros digitais, os e-books.

Em 1986, Franklin Spelling Ace (figura 4), fabricado pela empresa Franklin Computer Corporation, foi um dos primeiros. De acordo com o site da Los Angeles times, este dispositivo foi idealizado para aprimorar as habilidades de leitura e escrita.

Electronic devices such as the Spelling Ace can be used to refine a student's reading and writing skills but cannot actually teach those skills to youngsters, said Miriam T. Chaplin, an associate professor of education at the Camden campus of Rutgers University. "The student has to be taught the skills first. If the skills have been mastered, then this type of reinforcement is in order," said Chaplin, a reading specialist. Like a computer, the spelling device can't act as a substitute teacher, she said.³¹ (SPELLING, 1988)



Figura 4. Modelo do Franklin Spelling Ace

De acordo com José Antonio Vázquez (2014), o Spelling Ace é considerado por alguns como o primeiro e-book/e-reader, embora fosse apenas um corretor eletrônico.

³¹ Dispositivos eletrônicos como o Spelling Ace podem ser usados para refinar as habilidades de leitura e escrita de um aluno, mas não podem realmente ensinar essas habilidades aos jovens, disse Miriam T. Chaplin, uma professora associada de educação no campus Camden da Universidade Rutgers. "Ao aluno devem ser ensinadas as habilidades primeiramente. Se as habilidades forem dominadas, então esse tipo de reforço está em ordem", disse Chaplin, especialista em leitura. Como um computador, o dispositivo de ortografia não pode atuar como um professor substituto, disse ela. (tradução nossa).

A empresa que estava vivenciando um processo de falência há três anos antes do lançamento deste *computador de mão* (sem confundi-lo com os pda's), experimentou o sucesso de vendas em dois anos, reestabilizando-se até se transformar em Franklin Electronic Publishers, Inc. em 1990.

O Spelling Ace poderia ser considerado um simples corretor ortográfico que funcionava da seguinte forma: o usuário digita os sons de uma palavra da maneira como imagina que elas são pronunciadas e, em seguida, espera a visualização na tela da grafia correta da palavra. Até certo ponto, isso era possível porque esse aparelho oferecia “ortografia fonética para 80.000 palavras da Merriam-Webster Dictionary, incluindo nomes próprios hifenização e abreviaturas” (SPELLING, 2014, tradução nossa).

Em 1991, Franklin lançou o que possivelmente foi o primeiro dispositivo dedicado à leitura, e não apenas a uma consulta de dicionários ou enciclopédias instaladas, sendo inclusive uma versão eletrônica da Bíblia, com uma tela em que se podia ler quatro linhas.

Em 1992, segundo a própria empresa, seus produtos eram utilizados em 9000 escolas. No mesmo ano, com uma linha de livros eletrônicos contendo mais de 30 títulos, a empresa lançou o *DBS-1 – Digital Book System-1* (Sistema de Livro Digital 1, figura 5), um dispositivo dedicado à leitura, portátil, que mediante inserção de cartuchos, permitia a leitura de diversos livros digitais.³²

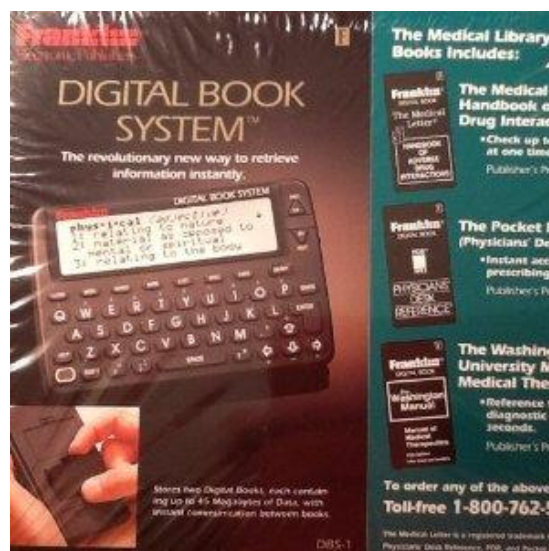


Figura 5. Digital Book System-1

³² Disponível em <<http://www.fundinguniverse.com/company-histories/franklin-electronic-publishers-inc-history/>>. Acesso em 05 de dezembro de 2016.

Em 1993, Franklin lança o DBS-2 (figura 6), que se diferenciava do primeiro por oferecer recursos de áudio, conectividade serial, preço mais baixo, acesso a maior quantidade de dados.

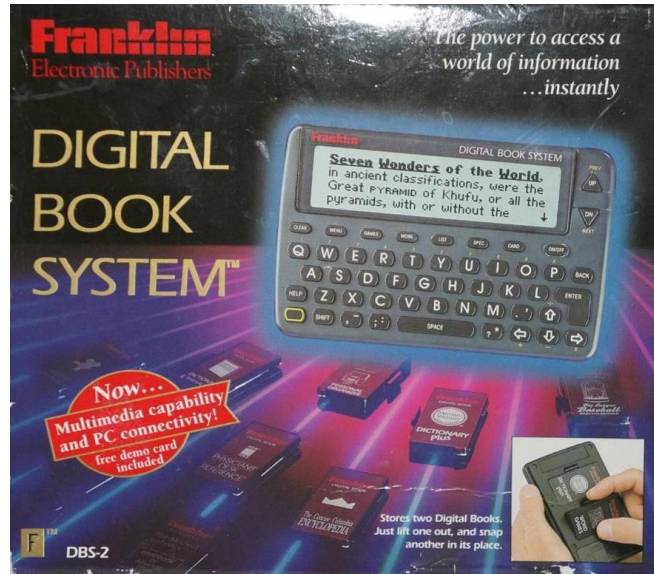


Figura 6. Digital Book System-2.

Em 1995, foi lançada a linha de produtos Franklin Bookman (Figura 7), que se diferenciaram do DBS, porque já não eram *players* (leitores) com dois *slots* para conexão de cartões eletrônicos, mas com um banco de dados instalado e apenas um *slot* para inserção de um segundo livro digital (Figura 8).



Figura 7. Um dos produtos da linha Franklin Bookman.

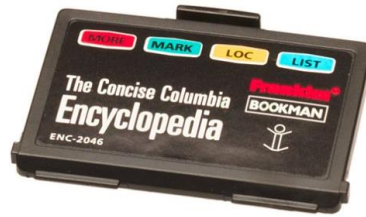


Figura 8. Um tipo de cartão de memória para dispositivos Franklin Bookman.

Em 1999, Franklin lançou o eBookMan, que apresentou três modelos (figuras 9,10 e 11) que, além de propiciar a leitura de publicações digitais, agregava a função dos organizadores do bolso. Esse *player* representou um papel importante na evolução dos *e-books*, pela inserção da tecnologia de reconhecimento de manuscrito.

disponível na Amazon.com, o eBookman apresenta três modelos: dois com 8 megas de memória, sendo um com tela retroiluminada e um software extra e um terceiro com todos os acessórios e 16 megas de memória. Todos os modelos do eBookman têm tela de cristal líquido com resolução de 200 por 240 pixel. O aparelho também reproduz arquivos MP3 usando alto falantes ou fones de ouvido. Usando o microfone é possível gravar mensagens de voz. Pode ser conectado a um computador, através de um cabo, e inclui a função de agenda. O eBookman admite reconhecimento de manuscrito. (SILVA, 2001)



Figura 9. Modelo do EBM-900.



Figura 10. Modelo do EBM-901.



Figura 11. Modelo do EBM-911.

Os EBMs eram dispositivos híbridos, portanto, não funcionavam exclusivamente para leitura de *ebooks*, pois dispunha de *softwares* de reprodução de música, calculadora, agenda de endereços e um tradutor.

Em 1998, o primeiro dispositivo inteiramente dedicado à leitura, antes do surgimento dos EBMs, foi lançado pela Nuvomedia na rede de livrarias Barnes & Noble. Ele foi chamado Rocket eBook.

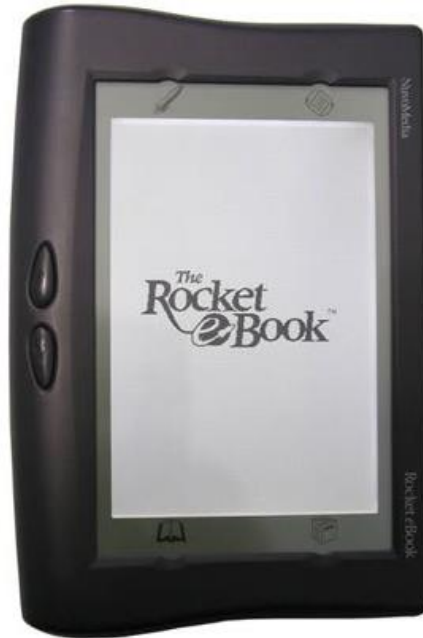


Figura 12. Modelo de Rocket eBook.

A grande inovação que este *e-reader* apresentou – além da capacidade de armazenar cerca de 10 livros, em uma memória de 4 *megabytes*, com possibilidade de *upgrade* para 32 *megabytes* – era possibilidade de o leitor “decidir pelo tamanho do texto, marcar texto, fazer anotações, marcar página e navegar usando uma caneta ou seu próprio dedo em uma tela sensível ao toque (*touch screen*) ou ainda usando os botões laterais”.

Em 1998, também é lançado pela SoftBook Press, o *SoftBook* (figura 13). Este dispositivo aproximou-se esteticamente da ideia de um livro convencional, pois, fechado, é semelhante a um livro com capa de couro. Entre as vantagens competitivas deste *e-reader* em relação ao Rocket eBook é a sua conectividade com internet por meio de um modem interno, o que excluía a necessidade do uso de um computador pessoal para transmissão de conteúdos: e-books.



Figura 13. SoftBook, da Softbook Press.

Ainda em 1998, é lançado pela Everybook Inc. o *EB Dedicated Reader* (EB é sigla de *EveryBook*) (Figura 14). Tentando diferenciar-se destes dois últimos *e-readers* apresentados, o EB possui, além de uma capacidade maior de armazenar conteúdos, a possibilidade de usuário ler em duas telas, como se estivesse segurando um livro aberto. O site Planet PDF apresenta as seguintes características do EB:

One particularly unique (and patented) feature is the double screen. Everybook's aim is to make Everybook similar to the paper version, while utilising the extra capabilities the electronic form can offer. The big difference to the competitors - RocketeBook and Softbook - is that Everybook tries to retain (as well as is possible) the look and feel of the paper version. Pages can be marked and annotated much like paper. All colours in paper version are faithfully copied in electronic version with its millions of colours and a resolution of 450 DPI. Dual page Reading.³³ (PLANET PDF, 2015)

³³ Uma característica particularmente única (e patenteada) é a tela dupla. O objetivo da Everybook é tornar o Everybook semelhante à versão em papel, utilizando as capacidades adicionais que a forma eletrônica pode oferecer. A grande diferença para os concorrentes – RocketeBook e Softbook – é que o Everybook manter (na medida do possível) a aparência da versão em papel. As páginas podem ser marcadas e anotadas como em papel. Todas as cores na versão em papel são fielmente copiadas em versão eletrônica com suas milhões de cores e uma resolução de 450 DPI. Leitura em duas páginas. (tradução nossa).

Percebe-se uma tentativa clara da EveryBook Inc. de permanecer com a ideia de seus concorrentes de fazer o público consumidor ter o mais próximo de uma experiência de leitura como a que se faz manuseando um livro impresso, exercendo práticas comuns de leitura como fazer anotações e visualizar páginas com a similaridade das edições impressas.



Figura 14. EveryBook.

NuvoMedia e SoftBook Press, proprietárias dos *RocketBook* e do *Softbook*, respectivamente, foram consideradas na sua época, até o ano 2000 aproximadamente, duas grandes líderes no mercado recente do e-book. Neste ano, em janeiro, deixando de competir entre si, estas duas empresas foram adquiridas pela Gemstar Internacional Group.

A Gemstar pretendia com essas duas grandes aquisições e uma parceria com a RCA ser uma referência no mercado dos e-books ao tentar massificar fortemente o conceito do livro eletrônico. Segundo MILLIOT (2000):

Henry Yuen, chairman and CEO of Gemstar, is extremely bullish on the future of e-books. "By buying two companies, we have made a strong statement that we believe in the e-book market. We're not speculating here." Yuen said he intends to get around the chicken-and-egg problem faced by e-books by "laying down a media awareness campaign that will let everyone, including hardware manufacturers, publishers and the public, know about e-books. We will turn e-books into a product category." Yuen also expects that when Gemstar begins offering a two-way paging network with its electronic programming guides, it will build the same system into

e-books devices that will permit them to receive real time information. (MILLIOT, 2000, n.p.)³⁴

Henry Yuen, presidente e CEO da Gemstar, mencionando a estratégia de conscientizar, por meio da mídia, fabricantes, editores e o público consumidor dos dispositivos de leituras, e por extensão, dos conteúdos, com o intuito de promover o produto e-book, estava, de certo modo, apontando, no panorama desse novo mercado editorial, para mudanças significativas na concepção e produção de e-readers, acreditando na evolução da Gemstar e no estável posicionamento de suas leitoras no mercado. Para tanto, em parceria com a RCA, a Gemstar lança os dispositivos REB 1100 (figura 15) e REB 1200 (figura 16), que representam evoluções ou versões melhoradas do *RocketEbook* e *SoftBook*, respectivamente, buscando preços mais acessíveis e características mais atraentes como: peso mais leve, modem interno e maior autonomia de bateria. Estes dispositivos foram licenciados pela Gemstar e fabricados pela RCA.

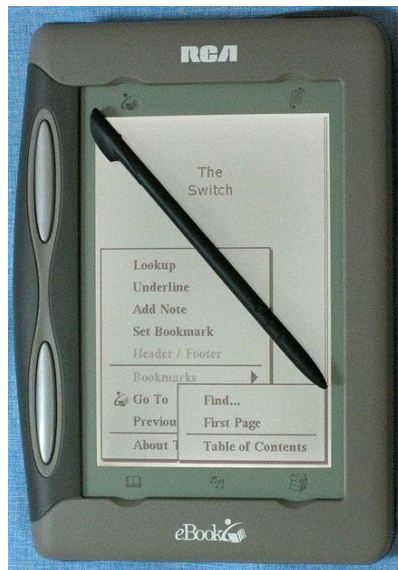


Figura 15. REB 1100.

³⁴ Henry Yuen, presidente e CEO da Gemstar, é extremamente otimista sobre o futuro dos e-books. "Ao comprar duas empresas, fizemos uma declaração forte de que acreditamos no mercado de e-book. Nós não estamos especulando aqui." Yuen disse que pretende contornar o problema da galinha e do ovo enfrentado pelos e-books por "estabelecer uma campanha de conscientização dos meios de comunicação que permitirá que todos, incluindo os fabricantes de hardware, editores e o público, conheçam os e-books. Transformaremos os e-books em uma categoria de produto." Yuen também espera que quando a Gemstar começar a oferecer uma rede de paginação bidirecional com seus guias eletrônicos de programação, ela irá construir o mesmo sistema em dispositivos de e-books que lhes permitirão receber informações em tempo real.



Figura 16. REB 1200.

Voltando-se um pouco ao passado, para se apresentar uma história paralela aos dispositivos até então apresentados, é importante relatar o surgimento e evolução dos PDAs (Personal Digital Assistant), conhecidos no Brasil como *palmtops*. Eles são aparelhos híbridos: possuem diversas funções, entre elas, a possibilidade da leitura de textos eletrônicos.

O PDA, também chamado de *handheld computer* (computador de mão), foi considerado por um tempo curto, um fenômeno da computação portátil por agregar e difundir, entre os dispositivos móveis, funções como: *touchscreen*, armazenamento e inscrição de dados e conexão com a internet.

Os PDAs são uma espécie de evolução da computação móvel, aparecendo após o surgimento dos notebooks, fazendo parte de uma nova geração de *handheld computers*. Como o nome em inglês já indica, assistentes pessoais digitais, os PDAs, agregando a ideia de um computador portátil e agendas eletrônicas, também possuem a função básica da telefonia móvel: ligar e receber ligações.

Pode-se considerar que o nascimento do termo PDA dado pela Apple, em 1993, também deu nome a um dispositivo que seria considerado distinto dos organizadores de bolso anteriores. No entanto, é importante considerar que os aparelhos eletrônicos com funções similares ao PDA da Apple surgiram em anos anteriores tais como: *Psion Organizer* (1984) e *Sharp Wizard* (1988).

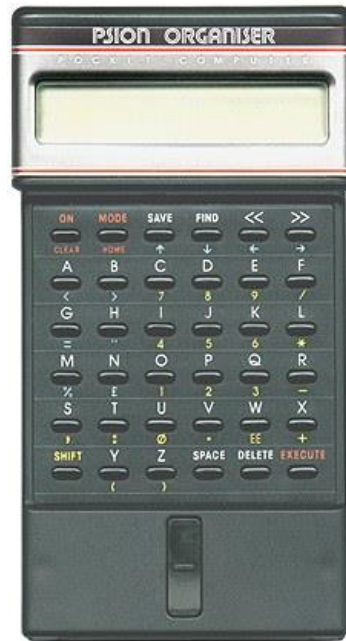


Figura 17. Psion Organizer I.

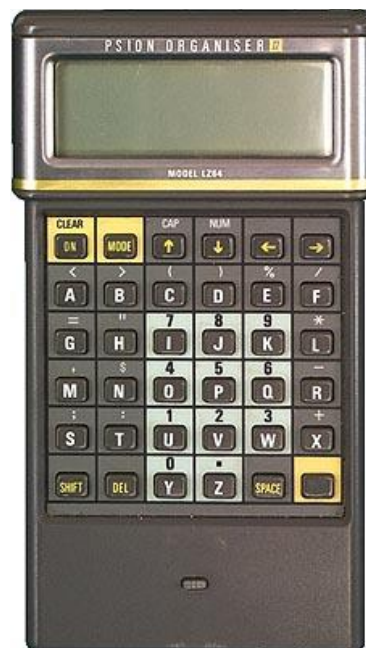


Figura 18. Um dos modelos do Psion Organizer II.

A Revista *Everyday Electronics and Computer Projects*, na edição de outubro de 1984, apresentou um artigo com o título “World’s first pocket computer” (o primeiro computador de bolso do mundo), título este atribuído ao Psion Organizer I, desenvolvido pela empresa britânica Psion. Outra versão foi lançada em 1986, o Psion Organizer II. Muitos outros PDAs foram lançados com a marca Psion.

O Psion Organizer I possuía capacidade de armazenar até 10.000 caracteres. Portanto, esperava-se que a inscrição desses caracteres feita pelo usuário poderia compor informações do dia a dia, como números de telefone, compromissos diários e outras anotações simples disponíveis para posterior leitura. A tela dispõe de uma apresentação de apenas 16 caracteres por visualização.

O Psion Organizer II foi lançado em dois modelos em 1986 e em mais outros seis em anos posteriores, sem contar com os modelos variantes. A série II possuía um visor de duas linhas, permitindo armazenar de 8000 a 16000 caracteres de informação para posterior leitura, com capacidade de expandir esse armazenamento de 64000 a 128000 caracteres com uso de cartões chamados *datapaks*. Havia também a possibilidade de imprimir e, também, de transferir as informações armazenadas para um computador.

Em 1987, foi lançado pela Sharp Corporation o Sharp Wizard, fabricado no Japão (Figura 19). O primeiro modelo recebeu o nome de OZ-7000. Em seguida, modelos OZ-8000, OZ-9600 e OZ-9600II foram lançados.



Figura 19. Sharp Wizard.

Sobre as características dos seus organizadores de bolso, o site da Sharp Corporation (www.sharpusa.com) informa:

After a two-year development, Sharp debuts its electronic organizer (known as the Wizard in the US). The new organizers give users a calendar, memo pad, phone

book, scheduler and calculator, all in a single unit. Also, users can add to the built-in functions by inserting IC cards for specific applications.³⁵(SHARP, 2015)

Neste dispositivo, o uso do recurso *memo pad* (melhor traduzido como bloco de notas) introduz a ideia de escrita, considerando que o *display* (área de visualização dos caracteres) é maior, relativamente a outros PDAs.

Em 1993, Apple Computer lançou o Apple Newton Message Pad 100 (Figura 20), também conhecido como Apple Newton ou Newton. Cunhado pelo termo *assistente pessoal digital* (PDA), batizado pelo CEO, Jonh Sculley, este dispositivo deu sentido a todos os dispositivos anteriormente fabricados com funcionalidades similares. No entanto, esse foi considerado um marco por dar um nome categórico a todos os anteriores, recebendo certa primazia no posicionamento de mercado.



Figura 20. Apple Newton Message Pad 100.

O Apple Newton apresentou uma interface de interação com o usuário sofisticada, com uma tela sensível ao toque, com a possibilidade de uso de uma caneta e o reconhecimento de escrita do usuário. Essa tentativa de reconhecer à escrita foi algo muito novo, gerando graves problemas à credibilidade do produto, sendo motivo de piadas, pois na

³⁵ Após dois anos de desenvolvimento, a Sharp estreia seu organizador eletrônico (conhecido como o Wizard, “assistente”, nos Estados Unidos). Os novos organizadores dão aos usuários um calendário, bloco de notas, agenda telefônica, programador e calculadora, tudo em uma única unidade. Além disso, os usuários podem aumentar as funções internas inserindo cartões IC para aplicativos específicos. (tradução nossa)

prática, havia muitas falhas nessa funcionalidade. Um trecho de um artigo escrito por Mat Honan, publicado no site wired.com, confirma isso:

The result of all that work was a completely new category of device running an entirely new architecture housed in a form factor that represented a completely new and bold design language. There was just one problem: handwriting. “We were just way ahead of the technology,” laments Capps. “We barely got it functioning by ’93 when we started shipping it.” Handwriting recognition was supposed to be Newton’s killer feature, and yet it was the feature that probably ultimately killed the product. Newton’s character recognition problems became the butt of jokes, most famously in *Doonesbury*.³⁶ (HONAN, 2013)

Apesar de a Apple ter apresentado ao mercado uma inovação na tecnologia dos PDAs, um elemento que seria um dos grandes diferenciais se tornou um inesperado problema: o reconhecimento da escrita pode ter sido maior causa do insucesso deste dispositivo inovador. O lamento de Steve Capps, desenvolvedor-chefe da equipe de desenvolvimento da Newton, demonstra como a Apple teve pressa em lançar no mercado um aparelho que caiu tão depressa quanto o seu lançamento.

Apesar do insucesso deste PDA, sua importância para o mercado de tecnologias móveis foi essencial por demonstrar uma forte intenção de proporcionar uma experiência de leitura e escrita agradável ao usuário. O site da Universidade Estadual de Michigan cita como as especificações de produto foram anunciadas em 1993 pela Apple.

Almost as easy to use as pencil and paper, the Newton MessagePad lets you leave your notes handwritten or reads your handwriting and transforms it into typed text. If you prefer, you can type words using an on-screen keyboard. It even cleans up your rough sketches. And as time goes by, it learns about you, your handwriting, and the way you work.³⁷ (SHARP’S, 2015)

³⁶ O resultado de todo esse trabalho foi uma categoria completamente nova de dispositivo executando uma arquitetura inteiramente nova alojada em um fator de forma que representava uma linguagem de design completamente nova e arrojada. Havia apenas um problema: a caligrafia. “Estávamos muito à frente da tecnologia”, lamenta Capps. “Nós mal conseguimos fazê-lo funcionar em 1993 quando começamos a enviá-lo”. O reconhecimento de manuscrito deveria ser a característica matadora do Newton, e no entanto, foi o recurso que provavelmente acabou matando o produto. Os problemas de reconhecimento de caracteres do Newton tornaram-se alvo de piadas, o mais famoso em *Doonesbury*. (tradução nossa)

³⁷ Quase tão fácil de usar como lápis e papel, o Newton MessagePad permite que você deixe suas anotações manuscritas ou lê sua caligrafia e a transforma em texto digitado. Se preferir, você pode digitar palavras usando um teclado na tela. Ele mesmo limpa seus esboços grosseiros. E com o passar do tempo, aprende sobre você, sua caligrafia e sua maneira de trabalhar. (tradução nossa).

De fato, este dispositivo estimularia o registro escrito para posterior consulta, permitindo ao usuário uma forma de escrita como a que se faz em papel com a própria caligrafia. o *Newton* pode ter sido o primeiro aparelho portátil a vir com um software destinado à leitura de livros eletrônicos, os *Newton Books*.

Em 1996, A Palm, Inc., uma empresa subsidiária da US Robotics, lançou o Pilot 1000 e o Pilot 5000. Esses PDAs, também possibilitando o uso de uma caneta, conseguiram evitar o erro mais grave do Apple Newton Message Pad 100, pois deixando de lado a ideia de um reconhecimento de escrita natural, optou por um sistema de reconhecimento de taquigrafia, chamado Graffiti.

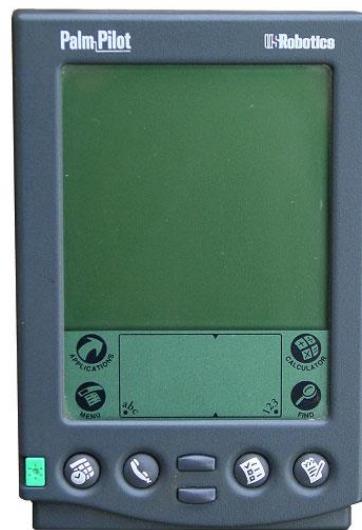


Figura 21. Um modelo Pilot da US Robotics.

Diferente dos outros dispositivos lançados até o momento, o Pilot permitia uma sincronização automática com o computador das informações armazenadas na memória deste PDA.

Os PDAs, de certo modo, emprestaram características aos telefones móveis, que futuramente evoluíram para os smartphones.

3.2.2 Segunda geração de dispositivos de leitura

3.2.2.1 E-readers da Sony

Antes de situar a Sony na segunda geração, cabe aqui um pequeno retorno à primeira para mencionar que esta empresa multinacional japonesa lançou, em 1990, o Data Discman, que representou uma pré-concepção de PDA e Smartphone, por compartilhar características

comuns com estes. O Data Discman foi lançado em vários modelos e basicamente possuía um teclado QWERTY, uma tela pequena e permitia o uso de cartuchos proprietários que continham mini CDs 3,5 polegadas, que armazenavam textos, e até imagens e áudios nos formatos proprietários mais aprimorados³⁸.



Figura 22. DATA Discman DD-1EX.

Em 2004, A Sony lançou, mesmo antes da Amazon, o seu primeiro *e-reader* (de segunda geração), o Sony Librie, também chamado EBR-100EP (Figura 23 e 24).

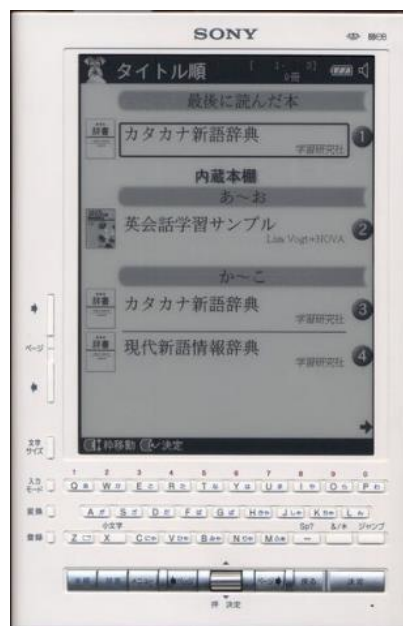


Figura 23. Sony Librie (EBR-100EP).

³⁸ Ver Hoffelder (2011).



Figura 24. Sony Librie (EBR-100EP).

Sony Librie foi quase totalmente dedicado à leitura. Segundo Kozlowski(2014)³⁹, este dispositivo, que resultou da colaboração entre Sony, Philips, Toppan printing e E Ink Corporation, foi o primeiro a utilizar o e-ink. Esta tecnologia, do inglês *eletronic ink*, também conhecida como *e-paper* ou simplesmente *ink*, traduz-se por “papel eletrônico” ou “tinta eletrônica”. Este termo é uma referência a tecnologias que tentam imitar o papel convencional, fazendo com que a leitura de textos e imagens se aproxime da experiência de um leitor no contato visual com a página impressa.

Com uma resolução de tela de 800x600 *pixels*, o *Sony Librie*, com seus 10 megabytes de capacidade de armazenamento, poderia guardar mais de 10 livros. Os usuários ainda poderiam ouvir músicas e audiobooks com uso de um fone de ouvido ou alto-falante. Visto que a Sony, com EBR-100EP, desenvolveu um formato proprietário de *e-book*, o LRF, o único suportado pelo dispositivo, os usuários só poderiam ler livros que fossem comprados em sua loja de livro virtual japonesa e impossibilitados de ler nos formatos populares da época, tais como PDF, Microsoft, Nokia ou Palm. (KOZLOWSKI, 2014).

A Sony ainda lançou outros *e-readers*. Em 2006, lançou o PRS-500. Em 2007, PRS-505. Em 2008, PRS-700. Em 2009, foram lançados três: Sony Touch Edition PRS-600, Sony Pocket Edition PRS-300 e Sony Daily Edition PRS-900. Em 2010, a Sony lançou a segunda geração desses dois últimos dispositivos, os quais são Sony Pocket Edition PRS-350, Sony PRS-650 Touch Edition e Sony Daily Edition PRS-950. Em 2011, lançou o Sony PRS-T1; em 2012, o Sony PRS-T2. Em 2013, foi lançado o seu último modelo de *e-readers*, o Sony PRS-T3, que devido à concorrência com Amazon, Barnes and Noble e Kobo, foi um fracasso de vendas nos Estados Unidos. Em 2014, a Sony anuncia sua desistência de vender *e-readers*.

³⁹ Michael Kozlowski é editor-chefe da Good E-Reader.

Sob o título “Sony gives up on selling e-readers” (tradução: Sony desiste de vender e-readers), o site da BBC informou:

Sony has given up selling its line of Reader devices for e-books after failing to find a big enough market. "We do not have plans to develop a successor Reader model at this time," the Japanese firm told the BBC. The PRS-T3 was the last version made and will exist as long as supplies remain in Europe. Earlier this year, Sony pulled out of selling e-books and directed its users in the US and Europe to the e-bookstore of rival Kobo. North American customers using Sony Readers have been directed to wbuy books from Kobo since February this year, and European and Australian customers since May, a Sony spokeswoman said⁴⁰. (BBC, 2014)

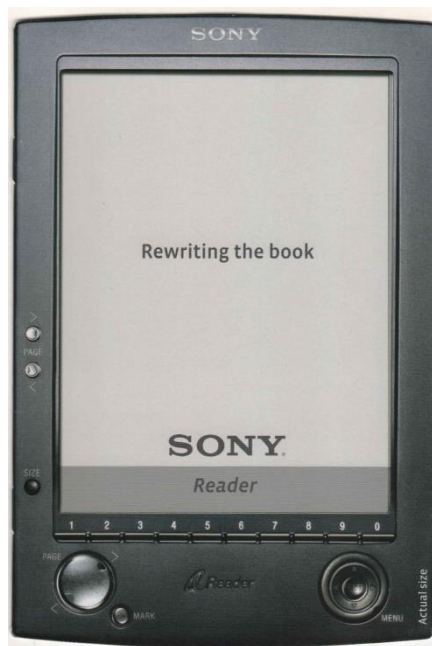


Figura 25. PRS-500.



Figura 26. PRS-500.

⁴⁰ Sony desistiu de vender sua linha de dispositivos de leitura de e-books depois de não conseguir encontrar um mercado suficientemente grande. "Não temos planos para desenvolver um modelo de leitor sucessor neste momento," a empresa japonesa disse à BBC. O PRS-T3 foi a última versão produzida e vai existir enquanto os fornecimentos permanecerem na Europa. No início deste ano, a Sony se retirou da venda de e-books e dirigiu seus usuários nos Estados unidos e Europa para a livraria virtual da rival Kobo. Clientes norte-americanos que utilizam leitores da Sony têm sido direcionados para comprar livros da Kobo desde fevereiro deste ano, e os clientes europeus e australianos desde maio, disse um porta-voz da Sony.



Figura 27. PRS-505.



Figura 28. PRS-505.



Figura 29. PRS-700.



Figura 30. PRS-600.



Figura 31. PRS-300.

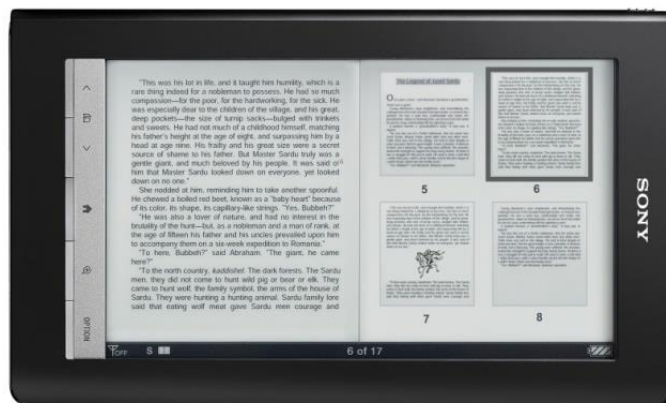


Figura 32. PRS-900.

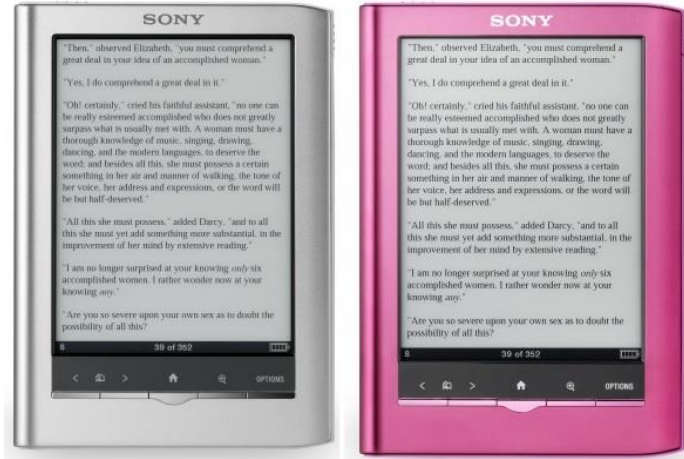


Figura 33. PRS-350.

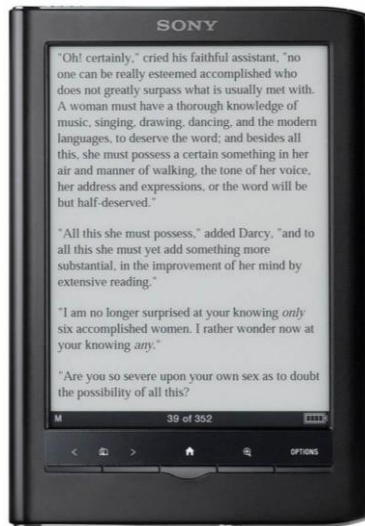


Figura 34. PRS-650.



Figura 35. PRS-950.

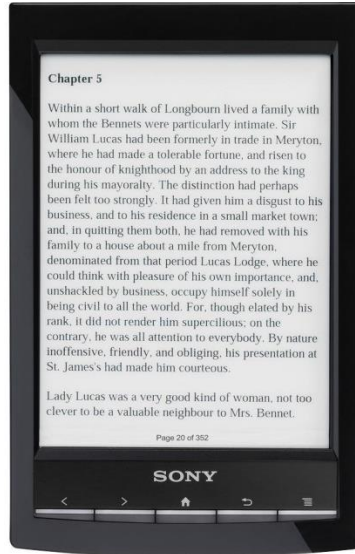


Figura 36. PRS-T1.

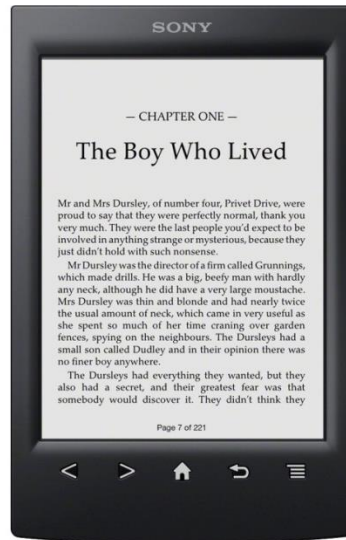


Figura 37. PRS-T2.

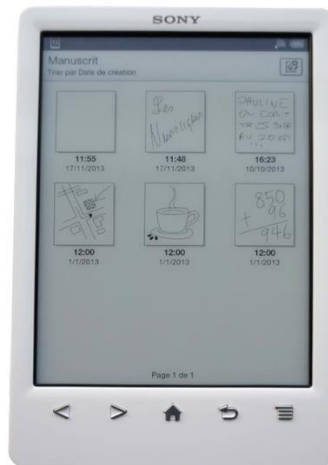


Figura 38. PRS-T3.

3.2.2.2 E-Readers da Amazon

Em 2007, A Amazon lança seu primeiro e-reader chamado *Kindle*. Feito pela LAB126⁴¹, o *Kindle 1st Generation* (Kindle primeira geração) ou simplesmente *Kindle 1* (Figura 39) inovou por disponibilizar acesso gratuito à internet 3G para que o usuário fizesse compras de livros online a qualquer momento e de qualquer lugar, no entanto, este serviço só estava disponível nos Estados Unidos. (KOZLOWSKI, 2014-b)

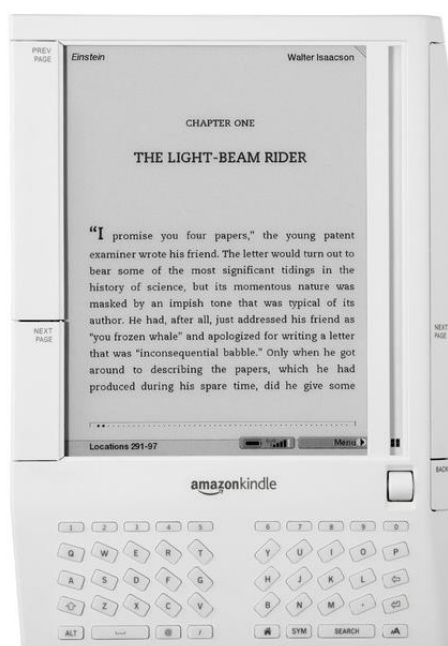


Figura 39. Kindle 1st Generation.

O Kindle 1 foi um sucesso vendas pois, em apenas 5 horas, após ter sido liberada a compra online, todos os dispositivos haviam sido vendidos apenas dentro dos Estados Unidos. Este e-reader possuía uma tela monocromática de 6 polegadas, uma memória interna de 256 megabytes e um cartão SD, o que fez deste dispositivo o único *Kindle* com memória expansível.

O Kindle primeira geração, que podia armazenar cerca de 200 livros, destacou-se no mercado dos e-readers pois, até o momento, nenhum dispositivo agregava tantos recursos que satisfizessem um conjunto de necessidades do leitor consumidor, tais como: comprar, fazer

⁴¹ LAB126 é uma empresa de pesquisa e desenvolvimento que projeta dispositivos eletrônicos para Amazon, atuando como subsidiária desta desde 2004.

downloads de livros digitais, revistas e outros textos eletrônicos e lê-los diretamente no e-reader, sem a necessidade de utilizar um computador. O Kindle primeira geração, portanto, surgiu como um dispositivo independente dedicado à leitura.

A Amazon lançou mais quatorze e-readers até o momento. Em 2009, Kindle 2 e Kindle 2 versão internacional. Em 2010, Kindle DX, Kindle DX versão internacional e Kindle DX Graphite (uma revisão do Kindle DX) e Kindle 3 – Kindle Keyboard. Em 2011, Kindle 4 – Kindle Basic Edition e Kindle Touch. Em 2012, Kindle 5 – 5th Generation Amazon Kindle e Kindle Paper White 1. Em 2013, Kindle Paperwhite 2. Em 2014, Kindle Voyage. Em 2015, Kindle Paperwhite 3 (Paperwhite 3 ou Paperwhite 2015), comercializado como *All-new Kindle Paperwhite*. Ainda em 2015, a Amazon lançou o *Kindle for Kids Bundle*, um dispositivo direcionado ao público infantil.

3.2.2.3 E-readers da Barnes & Noble

A Barnes & Noble lançou o e-reader Nook em 2009 (Figura 40). Na época, afamada como a maior rede livrarias físicas do mundo, gozando do posicionamento de mercado, da vasta clientela e do pioneirismo na venda de e-readers, inclusive, do Rocket eBook, a Barnes & Noble apostou em seu dispositivo como um forte concorrente para os aparelhos da Kindle e Sony.



Figura 40. Nook 3G + Wifi.

Esse dispositivo dispõe de duas telas, uma e-ink de 6 polegadas para visualização dos textos e uma touchscreen colorida de 3,5 polegadas. A Barnes and Noble ainda lançou mais quinze dispositivos entre e-readers e tablets até 2016. Hoje, dez versões estão descontinuadas e apenas seis estão disponíveis para venda no site da empresa (www.barnesandnoble.com). Das seis, cinco são tablets e um é e-reader, o Nook GlowLight Plus, que, segundo o site, tem uma tecnologia de iluminação que permite a leitura tanto em ambiente escuro como à luz do sol, é à prova d'água, à prova de poeira e com uma bateria com autonomia de até seis semanas de leitura em uma única carga. Além disso, possui conectividade com a loja virtual e armazenamento dos livros comprados em nuvem (Nook Cloud).

Muitas outras dezenas de E-readers foram lançados nos últimos 10 anos. Conhecê-los com mais profundidade seria um trabalho relevante para compreender quais os principais aspectos da evolução destes dispositivos foram e são pertinentes a sua sobrevivência na sociedade letrada em contexto de coexistência entre o impresso e o digital. Em futura pesquisa, poderá ser dado um enfoque mais detalhado aos dispositivos de primeira e segunda geração, trazendo para discussão outros E-readers de várias empresas ao redor do mundo como: Kobo, Onyx Book, PocketBook, Booken, Cool-ER, Entourage, iRex, Spring Design, Diesel, Txtr, Scholastic Stora, Blinkbox Books, Kyobo, dentre outras.

3.2.3 Terceira geração dos dispositivos de leitura

Há apenas quinze anos, Ruth Wilson, que estuda os dispositivos eletrônicos portáteis de leitura desde a primeira geração, postou, no www.ariadne.ac.uk, um artigo com título “Evolution of Portable Electronic Books” (A evolução dos livros eletrônicos portáteis), onde, no tópico Ebook Hardware Today (Hardware de Ebook hoje) ela diz:

Today, the market for portable reading devices is characterised by three main strands: dedicated ebook readers; PDAs and Pocket PCs with book reading software; and hybrid devices which primarily function as ebook readers but also offer some or all of the functionality of Pocket PCs and PDAs. (RUTH WILSON, 2001)⁴².

⁴² Hoje, o mercado de aparelhos de leitura portáteis é caracterizado por três vertentes principais: leitores de ebook dedicados; PDAs e Pocket PCs com software de leitura de livro; e dispositivos híbridos que basicamente funcionam como leitores de ebook, mas também oferecem algumas ou todas as funcionalidades do Pocket PCs e PDAs. (tradução nossa).

A velocidade com essa declaração se desatualizou em menos de duas décadas é impressionante. No entanto, o hibridismo que se instalou nos dispositivos eletrônicos ainda acompanha as inovações tecnológicas que permitem que um único aparelho integre diversas funções, entre elas, o da leitura de textos. Se a indústria de eletrônicos ainda mantém essa tendência, mas não exclui do cenário atual os E-readers dedicados, que, certo modo, não disponibiliza todos os recursos multimídia acessíveis em smartphones e tablets, existe uma razão nessa coexistência que deve e precisa chamar a atenção dos estudiosos da leitura. Parte dessa razão pode estar relacionada ao fato de que conceito de convergência, que se apresenta em aparelhos móveis como smartphones e tablets, e o de dedicação, que se materializa nos dispositivos destinados exclusivamente à leitura, não estão necessariamente apenas em conflito, mas servindo às demandas de consumidores que cada vez mais estão sendo obedecidas. Quem decide sobre a existência, evolução, descontinuidade ou continuidade dos suportes de leitura ainda é o leitor. É ele quem move o mercado e dá sentido à leitura, que, obviamente, não é desprovida de um texto e um suporte que o veicule.

Os motivos da preferência por leitores dedicados (e-readers) ou não dedicados (smartphones, tablets e outros) podem estar relacionados, entre outros fatores, à conveniência e objetivos do consumo. Pagar por um dispositivo que disponibilize acesso à internet e diversas funções como telefonia, televisão digital, player de música, agenda, entre outros, além da leitura de textos eletrônicos, pode, em muitos casos, ser mais econômico que investir em um leitor dedicado. No entanto, para quem quer apenas ler textos, em um suporte com bateria de duração longa, que armazene e dê acesso a uma biblioteca particular de e-books, que permita a compra e empréstimos de livro sem precisar se locomover e em uma tela de papel eletrônico que não prejudica a visão e torna agradável à experiência de leitura, adquirir um e-reader dedicado pode ser vantajoso. Mas as diferenças não se esgotam nestas apresentadas. Considerando os dispositivos de leitura até 2001, Ruth Wilson indica que há fortes razões para ser ler em um ebook reader dedicado.

[...] there is also a strong case for the survival of devices which are dedicated solely or primarily to the purpose of book reading. The act of reading a book is arguably unlike any other use to which handheld devices can be put, in that it is a highly personal and involving activity about which readers feel very passionate. Moreover, it gives rise to a unique set of design requirements which cannot necessarily be served by hardware intended to perform a multitude of other functions. A host of expectations derived from the print medium come into play, including the need for

intuitively placed buttons for page turning, and to be able to “open” a book with the minimum of effort. (RUTH WILSON, 2001)⁴³

A primeira e segunda geração de dispositivos, embora tenham contribuído para história da leitura, entre outros fatores, com o surgimento de softwares de leitura, a inserção do papel eletrônico, a tecnologia touchscreen e o interesse da indústria de tecnologia e do mercado editorial pelo início de uma popularização da leitura em e-reader, não oportunizaram um suporte textual que possa ser considerado o dispositivo de leitura mais estável e partilhado mundialmente como é o códice na cultura impressa. Dessas duas gerações evoluíram dois aparelhos: o smartphone e o tablet. Ambos não são dispositivos voltados para a leitura, mas para a telefonia e o consumo de mídia. Se os smartphones e tablets são os dispositivos da terceira geração, somente a próxima geração poderá estabelecer melhores parâmetros para validar essa afirmação. No entanto, há quem diga que somente o tablet, com se apresenta hoje, pode ser o suporte de leitura de terceira geração, apesar de estar inserido em uma cultura de dispositivos de convergência multimídia e não de dedicação à leitura.

O que a atual terceira geração de dispositivos de leitura apresenta de importante para a cultura digital de leitura? Primeiramente, se o tablet for considerado o dispositivo móvel mais importante desta presente geração, deve-se às diversas vantagens que este aparelho apresenta em relação aos e-readers (dedicados), mas não por ser considerado superior a eles. Em “O livro na era digital”, de Ednei Procópio, diz que:

Tudo indica que o tablet [entre eles o iPad e os projetos semelhantes ao protótipo iSlate] pode se transformar numa potente máquina de leitura, bem mais próximo do Memex idealizado por Bush, em 1945, que qualquer outro aparelho e-reader. O conceito tem se mostrado bastante equilibrado [embora alguns modelos de negócios em torno do tema conteúdo tenham se mostrado um engodo], e tem tudo para se tornar um meio de publicação importante nos próximos anos. A combinação de uma tela sensível ao toque [popularizada com os HandHelds], e com uma exibição de alta qualidade, trará à tela do aparelho a mais íntima experiência do papel. Um efeito colateral interessante na melhoria da resolução de telas é o reaparecimento de *designs* de impressão de ecrãs como válidos para entrega eletrônica, que tem implicações interessantes para publicadores de livros, jornais e revistas. PROCÓPIO (2010, p.110-111).

⁴³ [...] há também um forte argumento para a sobrevivência de dispositivos que são dedicados exclusiva ou principalmente à finalidade da leitura do livro. O ato de ler um livro é indiscutivelmente diferente de qualquer outro uso em que dispositivos portáteis podem ser aplicados, na medida em que é uma atividade altamente pessoal e envolvente pela qual os leitores se sentem muito apaixonados. Além disso, dá origem a um conjunto único de requisitos de projeto que não pode necessariamente ser servido por hardware destinado a executar uma multiplicidade de outras funções. Uma série de expectativas derivadas do meio impresso entra em jogo, incluindo a necessidade de botões colocados intuitivamente para a virada de página, e ser capaz de “abrir” um livro com o mínimo de esforço. (tradução nossa)

Ednei Procópio (2013, p. 139) ainda afirma, no livro “A revolução dos ebooks: a indústria do livro na era digital”, que “todos os livros digitais para serem lidos necessitam de um *hardware* ou suporte de leitura. Hoje, os *hardwares* mais populares são os *tablets* e os *smartphones*, seguidos pelos *notebooks*, *netbooks*, *ultrabooks* e, por último, *e-readers*.” Em relação aos e-readers, hoje, os tablets, embora sejam mais caros, ainda são os mais vendidos.

Os suportes digitais de leitura se inscrevem em um cenário em que o novo livro, o eletrônico, que se mostra como alternativa ao livro convencional, o impresso, mudou sua materialidade, as práticas leitoras e a forma como o mercado o enxerga. A terceira geração de dispositivos de leitura de textos eletrônicos já não simplesmente procura mimetizar a cultura do impresso, mas explora e expande as possibilidades que somente a cultura digital pode oferecer, transformando o comportamento dos leitores, na medida em que estes vão se habituando a ler textos em versões impressas e digitais, percebendo as vantagens e desvantagens de uma em relação à outra.

3.3 Considerações parciais: um link para o futuro: o presente

Segundo Ednei Procópio (2010, p.53), o livro eletrônico, o eBook, tecnicamente é constituído de três partes: “hardware, software e o conteúdo”. O hardware é o dispositivo físico de leitura, o material palpável, assim como a tabuleta, o rolo e códex. O software, ou o reader (leitor), é um programa de computador desenvolvido para auxiliar o usuário a visualizar os textos e imagens digitais nos formatos em que eles são construídos. O livro é o conteúdo em si a ser visualizado e lido. O livro é o texto. Dito de outro modo, o livro digital é a integração de um suporte físico, um software de leitura e o texto eletrônico, que só se realiza na conjunção de hardware e software, quando estes estão em perfeito funcionamento. Se um destes dois elementos apresenta algum problema significativo, o texto não se realiza na tela, não se apresenta ao leitor.

As três gerações de dispositivos de leitura na era digital dividiram o livro em três partes: uma física (hardware), o suporte, e duas digitais, software e conteúdo: o texto. Ou se poderia dizer: uma física (hardware), o suporte físico, e duas digitais, o software (como suporte eletrônico não palpável) e o conteúdo: o texto. Nessa divisão, o hardware não é o livro, o software não é o livro, mas o conteúdo, sim. O livro digital não está necessariamente nas mãos, mas à vista do leitor, aos ouvidos deste. O livro se emancipou completamente do

suporte, mas sem este, aquele não existe. Conforme o que foi dito antes, o livro continua dependendo do suporte para sua materialização. O texto, portanto, não está fisicamente na tela dos leitores digitais, mas aparece nela ao comando do leitor, conforme a interação e funcionalidade entre hardware e software.

Esse despreendimento de texto e suporte é o principal fator impulsionador do mercado digital de livros.

Os novos negócios para as editoras brasileiras são, no presente, o cerne de um cenário esplêndido de oportunidades. Se no passado o suporte papel assumia o modo como entregávamos os nossos livros, agora esse modo de entrega se dá por uma infinidade de ecrãs em uma miríade de suportes e dispositivos digitais. O livro superou a mídia e está agora disponível para além das mídias. Estando livre, o livro pode ser mais bem explorado por escritores, editoras e leitores. (PROCÓPIO, 2013, p. 106 – 107).

Anteriormente se havia mencionado sobre as três revoluções de leitura apontadas por Chartier (1994): das transições da cópia manuscrita à impressa, da leitura oralizada à silenciosa e visual, da leitura intensiva à extensiva. Chartier menciona mais uma: “a revolução do texto eletrônico”.

[...] a representação eletrônica dos textos modifica totalmente a condição destes: à materialidade do livro, ela substitui a imaterialidade de textos sem lugar próprio; às relações de contiguidade estabelecidas no objeto impresso, ela opõe a livre composição de fragmentos indefinidamente manipuláveis; à apreensão imediata da totalidade da obra, viabilizada pelo objeto que a contém, ela faz suceder a *navegação* de muito longo curso, por arquipélagos textuais sem beira nem limites. [...] Se as precedentes revoluções da leitura ocorreram em épocas nas quais as estruturas fundamentais do livro não mudaram, não é o que se dá no nosso mundo contemporâneo. A revolução iniciada é, antes de tudo, uma revolução dos suportes e das formas que transmitem o escrito. Nesse ponto, ela tem apenas um precedente no mundo ocidental: a substituição do *volume* pelo *códice*, do livro em forma de rolo, nos primeiros séculos da era cristã, pelo livro composto de cadernos juntados (CHARTIER, 1994, p. 190)

Claramente se percebe que o novo suporte textual modifica totalmente o conceito de texto, seus limites, as forma de produzi-lo e lê-lo. Se na tabuleta, rolo e *códice* o texto está visivelmente preso ao suporte físico, o mesmo não se dá com texto em suporte eletrônico. Hardware e software, dispositivo de leitura e software auxiliar de leitura, não contém o texto, mas o apresenta em tela. Nela, o texto se representa digitalmente.

Na transição do papel à tela, a nova escrita do texto trouxe um conceito evoluído: o do hipertexto digital, definido como “uma coleção de informações multimodais dispostas em

rede para navegação rápida e intuitiva” (LÉVY, 1996, p. 35). Conforme (COSCARRELLI, 2003, p. 73), hipertexto é “um texto que traz conexões, chamadas links, com outros textos que, por sua vez, se conectam a outros, e assim por diante, formando uma grande rede de textos”. Conforme Pollyana Ferrari (2016, p.74), “hipertexto é um conjunto de nós de significações interligados por conexões entre palavras, páginas, fotografias, imagens, gráficos, seqüências sonoras etc.” Para Luiz Antônio Marcuschi (2010, p.198), “na comunicação, o hipertexto constitui-se como um suporte capaz de congrega muitas mídias (som, imagem, escrita), transformando-se em uma ferramenta hipermediática.”

Visto que a ideia de hipertexto já existia antes de sua materialidade eletrônica (com o surgimento dos computadores). As notas de rodapé e a indexação são exemplos disso. No entanto, Wilson J. Leffa (2008) aponta para a diferença entre hipertexto em papel e em tela:

A literatura da área tem afirmado de modo quase unânime que o hipertexto já existia muito antes do advento dos computadores, citando como exemplos, entre outros, as notas de rodapé e as iluminuras dos manuscritos antigos. Há, no entanto, algumas diferenças básicas, tanto de apresentação gráfica como na atividade de leitura. A principal, a nosso ver, está na forma como é feita a ligação entre um texto e outro no papel e na tela do computador. No papel, a nota de rodapé é normalmente referenciada no corpo do texto por uma marca gráfica (asterisco ou número, por exemplo); está subordinada ao texto principal; é normalmente colocada abaixo da referência, num plano bidimensional; ocupa geralmente uma área periférica e, uma vez lida, não deixa ao leitor outra opção a não ser voltar ao texto principal, lá na marca onde interrompeu a leitura. Já no computador, a marca gráfica que remete o leitor a outro texto pode existir ou não. Existe quando é estática (texto sublinhado, uso de uma cor diferente), mas a tendência é apresentá-la de modo dinâmico (a cor do segmento só muda quando o usuário passa o *mouse*, por exemplo); o que fica na tela é um texto limpo, sem a poluição visual que caracteriza o texto impresso (com asteriscos, números alceados e filetes). O texto que se abre por meio de um *link* tem uma autonomia maior que uma nota de rodapé, normalmente levando a outros textos de apresentação gráfica semelhante e ocupando o mesmo espaço na tela. O hipertexto no computador é um texto ao redor do qual gravitam outros textos, como um sistema planetário onde cada planeta pudesse assumir a qualquer momento a posição central do sol, determinado pela vontade do leitor. Ao contrário do papel, que é essencialmente bidimensional (da esquerda para direita e de cima para baixo), o computador é tridimensional, permitindo também uma leitura em profundidade, como se cada página fosse uma carta de baralho que pudesse ser trazida para a frente. LEFFA (2008, p.170 - 171).

O hipertexto impresso, bidimensional, periférico e limitado não se compara às possibilidades de o hipertexto digital, tridimensional, de ultrapassar as fronteiras do texto e do livro e encontrar outros textos, outros livros, permitindo caminhos de leitura que não foram planejados pelo autor, mas escrevem outros textos pela (re)construção de sentidos realizada pelo leitor no ato democrático, autônomo e co-autoral da leitura digital, onde o texto proposto

pelo autor pode se representar em tela do modo como o leitor puder manipulá-lo e ser apenas um ponto de partida para leitura e normalmente não ser o fim da mesma⁴⁴, por causa do poder da *navegação* anteriormente citada por Chartier.

O hipertexto caracteriza-se também por uma nova relação entre autor e leitor, com uma divisão de tarefas que privilegia o leitor; é ele que decide como deseja que as informações sejam apresentadas, desde o tamanho da letra na tela até a cor de fundo, se quer ou não a ajuda do assistente, a forma que deseja dar a esse assistente e a língua em que deseja ser assistido. O domínio do leitor sobre o texto múltiplo e metamorfoseado acaba se refletindo nas relações com o próprio autor, que pode assumir um papel subalterno e mesmo desaparecer. LEFFA (2008, p. 171 - 172).

Vilson J. Leffa ainda diz que o hipertexto, com os mecanismos de busca na Internet, eliminou totalmente a autoridade do autor. Desse modo “não interessa mais saber quem disse, interessa o que é dito. O autor totalmente desconhecido tem a mesma probabilidade de ser consultado que um autor famoso” (LEFFA, 2008, p. 172).

As intervenções do leitor no impresso são limitadas pelo próprio impresso, onde o autor tem poder soberano e supostamente delinea os caminhos da leitura pelo ofício da escrita. Com a revolução eletrônica, o leitor adquiriu liberdade pra intervir sobre o texto e, por isso, exercer sua coautoria, Chartier afirma:

Com o texto eletrônico, a coisa muda. Não somente o leitor pode submeter o texto a múltiplas operações (pode indexá-lo, colocar observações, copiá-lo, desmembrá-lo, recompô-lo, deslocá-lo etc.), mas pode ainda tornar-se seu co-autor. A distinção, fortemente visível no livro impresso, entre a escrita e a leitura, entre o autor do texto e o leitor do livro, desaparece diante de uma realidade diferente: a em que o leitor transforma-se em um dos atores de uma escrita a várias vozes ou, pelo menos, achase em condições de constituir um texto novo, partindo de fragmentos livremente recortados e ajuntados. Da mesma forma que o leitor do manuscrito, que podia reunir em um só livro obras de natureza bastante diversa, reunidas no mesmo suporte, num mesmo *libro-zibaldone*, apenas pela própria vontade, o leitor da idade eletrônica pode construir, a seu bel prazer, conjuntos textuais originais, cuja existência e organização só dependem dele. Mas, além disso, ele pode, a qualquer momento, intervir nos textos, modificando-os, reescrevendo-os, fazendo-os seus. (CHARTIER, 1994, p.192)

Os hipertextos digitais possibilitaram que o isolamento do texto em papel fosse superado pelo acesso, por meio de *links* (ligações), a outros conteúdos relacionados ao texto onde o link foi estabelecido pelo autor ou por um leitor. Na Internet, o hipertexto, usado por

⁴⁴ Conforme Vilson J. Leffa (2008, p.174). “Na cabeça do leitor hipertextual, todos os fragmentos de textos formarão um único texto numa leitura também única, impossível de ser repetida. A leitura terá começo, meio e fim, mas sob o comando do leitor, a partir dos textos que reunir na tela de seu monitor”

qualquer usuário online se torna instrumento que amplia a criação de novas ligações entre textos, entre autores e leitores, entre leitores e leitores, sempre estimulando e alargando as possibilidades de o leitor acessar conteúdos.

Ao leitor do hipertexto é permitido escolher e decidir que partes do conteúdo disponibilizado (texto, imagens, vídeos.) quer acessar para construir o sentido que busca durante sua leitura. O autor estabelece os *links* entre seu hipertexto e tantos outros, mas cabe ao leitor decidir ler seguindo ou não o caminho traçado pelo escritor. (THEISEN, 2012, p.5)

A revolução eletrônica trouxe novos suportes, e com eles, uma nova cultura de leitura, a de textos eletrônicos. Os suportes textuais digitais ainda estão em constante transformação, na medida em que se adequam a usuários conectados à internet e cada vez mais instrumentalizados com recursos tecnológicos que os levam a facilitar a realização de atividades cotidianas. Além disso, o leitor da era digital recebeu um novo papel com o advento da internet: o de produtor de conteúdo, que está diretamente relacionado à liberdade de publicar textos, imagens, áudios e vídeos, por um único mediador: o dispositivo eletrônico multimídia que também permite a leitura de livros: o computador, o tablet e o smartphone, por exemplo.

Por sua essência descentralizada, a internet permitiu que as ferramentas de transmissão, antes restritas aos grandes conglomerados de mídia, passassem, da noite para o dia, a fazer parte da vida de qualquer usuário conectado a uma grande rede global. O usuário, portanto, antes um agente passivo, receptor, passou a ter em mãos ferramentas digitais de última geração para a própria geração e transmissão de dados e conteúdo. O usuário e o dispositivo conectados passaram a ser, ao mesmo tempo, o emissor e o receptor de informação. A invenção da internet possibilitou que o conhecimento, antes restrito ao suporte papel, fosse democratizado. (PROCÓPIO, 2013, p.41)

A revolução eletrônica alterou o conceito de livro, transformando-o de suporte com texto em conteúdo digital.

[...] a revolução eletrônica atinge os livros em seu principal item: o conteúdo. O eBook fez renascer o livro porque seu conteúdo pode ser acessado através dos dispositivos populares, portáteis, como tablets, que vêm substituir a prensa, a biblioteca, a livraria e o próprio suporte de leitura. É como se aquilo que estivesse ao redor do conteúdo se tornasse supérfluo, dispensável. (PROCÓPIO, 2013, p.43)

A representação eletrônica dos textos, a liberdade com que eles podem ser manipulados e alterados pelas intervenções dos leitores por meio do suporte e na interação

com os *links*, faz da leitura na era digital a mais emancipatória de todas da história da leitura, permitindo a democratização e universalidade do conhecimento, por meio dos textos.

Supondo-se numerizados ou, em outras palavras, convertidos em textos eletrônicos, todos os textos existentes, sejam eles manuscritos ou impressos, é a universal disponibilidade do patrimônio escrito que se torna possível. Todo leitor, no lugar em que se encontra, com condição que seja diante de um posto de leitura conectado com a rede que efetua a distribuição dos documentos informatizados, poderá consultar, ler, estudar qualquer texto, independentemente de sua localização original. "Quando se proclamou que a Biblioteca abrangia todos os livros, a primeira reação foi uma felicidade extravagante": essa felicidade extravagante a que se refere Borges, nos é prometida pelas bibliotecas sem muros e até sem lugar, que serão provavelmente as de nosso futuro. (CHARTIER, 1994, p.193)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O longo período da história recontada panoramicamente neste trabalho – da idade medieval à contemporânea – apresenta a dinâmica das transformações das práticas de escrita e leitura. Por extensão, aborda sobre a representação dos textos inscritos física ou digitalmente nos diversos suportes textuais inventados, transformados e difundidos mediante as variadas formas de produção, distribuição, aquisição e apropriação, e da multiplicidade de gêneros veiculados nestes suportes.

A escrita, suporte, texto, livro e leitura são temas estreitamente relacionados, cuja história recortadamente revisitada nesta pesquisa pode contribuir para dar luz ao presente, ao permitir compreender essa época de coexistência ou conflito entre a cultura impressa e o fenômeno da cultura digital. Este momento poderia ser reputado como tempo de transição, visto que há argumentos relevantes a favor disso, tais como: é mais caro para o mercado editorial do livro usar papel de celulose que a descomunal “extensão” da tela eletrônica, apenas limitada pela capacidade de armazenamento da memória digital, que cada vez mais beira ao infinito. Afinal, se um dia o papel deixar de existir em grande quantidade ou for totalmente eliminado, o que ainda é considerado um absurdo nesse tempo corrente, a drástica redução ou eliminação do uso de celulose, água e de outros insumos utilizados na fabricação de papel se constituirá como uma positiva e emergente redução de impactos ambientais, bem como canalizará o olhar da indústria e do mercado do livro sobre o suporte tela, que sendo constantemente estudada e aprimorada, poderá se estabilizar por um longo período de tempo assim como ocorre com o papel convencional.

Outro argumento favorável à ideia de transição é que o papel de celulose, que *armazena conteúdos inalteráveis*, há alguns anos já vem sendo “mimetizado” pela tecnologia do papel eletrônico (E-ink), que *veicula conteúdos ajustáveis* aos comandos e necessidades do leitor. Portanto, com a disseminação do uso do papel eletrônico, sua ampla aceitação entre os portadores de suportes de leitura eletrônicos como um substituto do papel, e a equiparação e superação total do papel eletrônico sobre o papel de celulose em termos de impacto visual: resolução de textos e imagens, por exemplo (e até mesmo de vídeos, quando esta tecnologia alcançar esse patamar), o papel eletrônico poderá ser, na “era da tela”, num futuro bem próximo, o principal suporte de leitura de textos, assim como entre os tipos de pergaminho, os de velino foram os principais em quase toda Idade Média.

Ainda não se pode prever com segurança a respeito de uma popularização do papel eletrônico, pelo menos com base nas pesquisas e estatísticas recentes. Afinal, a história revela que não foram curtos os períodos de transição de um suporte de escrita para outro e ainda mostra que os fatores que influenciaram a preferência de um em relação ao outro em determinados públicos, práticas e textos são de ordens diversas: sociais, políticas, econômicas, geográficas, etc. Sabe-se, no entanto, que o E-ink é uma tecnologia testada, aprovada e em fase de aprimoramento, sendo utilizado amplamente em dispositivos eletrônicos dedicados à leitura, especialmente a partir dos de segunda geração de e-readers. Em países em desenvolvimento, como o Brasil, que ainda apresenta altos índices de analfabetismo funcional e baixas taxas de leitura de livros, os e-readers que utilizam a tecnologia e-ink ainda não concorrem diretamente com o livro impresso entre a grande massa de alfabetizados. No entanto, embora ainda sejam considerados equipamentos caros, suportam conteúdos (livros, jornais, revistas e outros tipos textos digitais ou digitalizados) mais baratos que livros convencionais, bem como *imprimem em tela*, por meio de seus softwares de leitura, obras de domínio público que só poderiam ser lidas se fossem compradas em um sebo, ou impressas em uma impressora doméstica, por exemplo. Os e-readers cortam os custos de *impressão em papel*. Para a grande massa populacional de classe média baixa e de pobres, os *reading devices* dedicados à leitura são uma alternativa para acesso e democratização da informação, não apenas devido ao custo baixo do conteúdo, mas pela facilidade e velocidade de apropriação de edições que só seriam adquiridas nas suas versões impressas em locais físicos de difícil acesso. Os e-readers fazem de seus usuários compradores de qualquer texto digital, em qualquer língua, de autores nascidos em qualquer lugar do mundo, desde que o conteúdo esteja em formato compatível com o reader (software de leitura) de seu e-reader (hardware de leitura).

De um modo geral, os dispositivos de leitura (computadores de mesa, notebooks, laptops, computadores de bolso, smartphones, tablets, entre outros) possuem algo em comum, aquilo que os une sob o título de suportes eletrônicos de leitura – a tela. Ela não é definitivamente o novo suporte leitura que irá suplantará o papel, mas é sem dúvida, um novo suporte de leitura que coexiste com o papel e está sendo testado pelos leitores usuários de tecnologias eletrônicas, os quais indicarão, em tempo oportuno, qual tecnologia deve permanecer e se aprimorar: se a tela e o papel eletrônico, se o papel convencional, ou se ambos devem coexistir, mantendo-se “estáveis” em suas realizações no cotidiano de leitores diversos.

A nova “era da tela” ou “do papel eletrônico” são futuros incertos ou já são um presente em fase embrionária. No entanto, o processo de conversão digital de obras impressas; o lançamento de versões digitais de edições impressas, simultaneamente ou não; o lançamento de livros eletrônicos, sem versões impressas; a proliferação de bibliotecas e livrarias virtuais; a aposta das indústrias de tecnologia em novos hardwares de leitura; a mudança de paradigmas do mercado editorial tradicional visando a inserção mais presente no mundo dos e-books, alterando toda a sua cadeia produtiva do livro, do escritor ao leitor; o surgimento de pequenas editoras dedicadas exclusivamente ao comércio de e-books, a mudança no perfil do escritor que pode se tornar editor e vendedor de suas próprias obras, por meio da tecnologia de *self publishing*; a padronização dos formatos de e-books (ePub, HTML, XML, e PDF por exemplo) que contribuem para uma democratização de conteúdo a serem lidos em diversos hardwares e softwares de leituras; tudo isso e mais outros fatos não mencionados estão tornando o mundo digital mais organizado e preparado para aproximar autores de editores, editores de leitores, leitores de eBooks e outros textos digitais em uma nova cultura de produção e circulação de conteúdos mais ágil, interativa, expansiva e até mesmo, mais lúdica, que a cultura impressa: a cultura da tela. A tela está se tornando uma interface de comunicação tão eficiente que, não apenas um conjunto de programas, projetos e processos de negócios se realizam do início ao fim sem que as pessoas envolvidas se vejam pessoalmente, como pode fazer um livro chegar ao consumidor final, sem que autores, editores e leitores nunca tenha se visto. Isso pode parecer um absurdo, mas é perfeitamente possível.

A era papel-tela (talvez seja mais coerente esse “apelido”) está mudando ou já mudou a forma como se pensa o livro. Vale ressaltar que, embora a revolução digital trouxe o conceito de livro digital, livro eletrônico, e-book, a aceitação psicológica dessa recente forma de pensar o livro pode demorar o tempo que for necessário até a circulação de e-books alcance a maioria das principais bases instaladas de usuários de suportes eletrônicos de leitura.

O livro assumiu diversas formas ao longo da história da escrita e da leitura. Na verdade, os textos e suas formas se modificaram. O livro digital é apenas mais produto da representação dos textos – de fato, uma representação eletrônica.

Definir o próprio livro é uma operação de risco. Prefiro ser inclusivo a ser exclusivo e, portanto, ofereço uma definição bem frouxa. O livro, por exemplo, não existe simplesmente como um texto em folhas de papel impresso e encadernado — o códice tradicional com o qual estamos familiarizados hoje. Tal definição esquece dois milênios de livros antes da imprensa e as várias formas assumidas pela comunicação textual antes da invenção do códice. Uma definição tradicional

baseada apenas no códice também excluiria o hipertexto e o livro virtual, que se libertaram do suporte material convencional do livro. Prefiro abranger todas essas formas, da escrita cuneiforme ao códice impresso e ao livro eletrônico digitalizado, e acompanhar a história do livro até a invenção dos próprios sistemas de escrita. O termo “livro”, então, é um tipo de abreviação que serve para designar muitas formas de comunicação textual escrita adotadas em sociedades do passado, usando uma ampla variedade de materiais. (LYONS, 2011, p.12)

Se o livro digital será proeminente nas próximas décadas, séculos ou milênios, isso é apenas uma possibilidade sobre a qual a sociedade atual, os especialistas da indústria de tecnologia, do mercado editorial tradicional e digital e os estudiosos da linguagem, escrita e leitura podem lançar argumentos favoráveis ou contrários. Fora isso, todos podem apenas esperar. No entanto, as mudanças na escrita, leitura e suporte ocorrem em tempo cada vez mais curtos.

[...] da escrita ao códice foram 4.300 anos; do códice aos tipos móveis, 1.150 anos; dos tipos móveis à internet, 524 anos; da internet aos buscadores, dezesseis anos; dos buscadores ao algoritmo de relevância do Google, sete anos; e quem pode imaginar o que está por vir no futuro próximo? (Darnton, 2010, p. 41)

Uma das poucas certezas sobre o futuro do livro é que ele ainda pode estar nas mãos do leitor. “De todas as formas que os livros assumiram ao longo do tempo, as mais populares foram aquelas que permitiam ao leitor mantê-lo confortavelmente nas mãos.” (MANGUEL, 1997, p.41). Se o livro sair convencionalmente do domínio das mãos, isso será outra revolução na leitura. O rolo era manuseado com as duas mãos, o códice manuscrito ou impresso liberou uma das mãos, permitindo ao leitor o ato de escrever e ler ao mesmo tempo. A tela de um suporte eletrônico de leitura recebe comandos comumente dos dedos das mãos. Se os comandos de voz, os olhos ou o mesmo o pensamento assumirem o controle das telas, isso também é uma possibilidade.

REFERÊNCIAS

ARANHA, M. L. A. de; MARTINS, M. H. P. **Filosofando**: introdução à filosofia. São Paulo: Moderna, 1991.

BBC, **Sony gives up on selling e-readers**. 2014. Disponível em: < <http://www.bbc.com/news/technology-28663878>> Acesso em: 29 de Out. 2015.

BUSH, Vannevar. **As we may think**. Disponível em: <www.theatlantic.com/doc/194507/bush>. Acesso em: 29 set. 2005.

CHARTIER, Roger. **Do código ao monitor**: a trajetória do escrito. *Estud. av.*, São Paulo, v. 8, n. 21, p. 185-199, Aug. 1994. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141994000200012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 05 Jan. 2017.

CHARTIER, Roger. **A aventura do livro**: do leitor ao navegador. Conversações com Jean Lebrun. 1ª reimpressão. Tradução Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo/Editora UNESP, 1998.

CHASSOT, Attico. **A ciência através dos tempos**. São Paulo: Moderna, 1997.

COSCARELLI, Carla Viana. **Entre textos e hipertextos**. In: COSCARELLI, Carla Viana (org.). *Novas tecnologias, novos textos, novas formas de pensar*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 65 – 84.

DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette**: mídia, cultura e revolução. Trad. Denise Buttman. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DARNTON, Robert. **A questão dos livros**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

ECO, Umberto. **Idade Média**: bárbaros, cristãos e muçumanos. Lisboa: Dom Quixote, 2010. v.1. ECO, Umberto. *Idade Média: bárbaros, cristãos e muçumanos*. Lisboa: Dom Quixote, 2011, pp.90-111.

FARIA, Maria Isabel. PERIÇÃO, Maria da Graça. **Dicionário do livro**: da escrita ao livro eletrônico. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: 2008.

FERRARI, Pollyana. **Hipertexto, hipermídia**: as novas ferramentas da comunicação digital. São Paulo. Editora Contexto, 2016.

FISCHER, Steven R. **História da leitura**. São Paulo: UNESP, 2006.

FISCHER, Steven Roger. **Uma Breve História da Linguagem**. Trad. Flávia Coimbra. Osasco, São Paulo: Novo Século Editora, 2009.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. **A Idade média**: nascimento do ocidente. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Brasiliense, 2001.

HONAN, Mat. **Remembering the Apple Newton's Prophetic Failure and Lasting Impact**. 2013. Disponível em: < <https://www.wired.com/2013/08/remembering-the-apple-newtons-prophetic-failure-and-lasting-ideals/>> Acesso em 10 Out. 2014.

KLINKE, K. et al. **História da Leitura**: constituição do campo e formação de leitores. Minas Gerais: Universidade Federal de Uberlândia, 2010. Disponível em: <<http://www.facip.ufu.br/sites/facip.ufu.br/files/Anexos/Bookpage/PROJETO%20HISTORIA%20DA%20LEITURA.pdf>> Acesso em: 10 de agosto de 2014.

KOZLOWSKI, Michael. **The Evolution of the Sony e-Reader –in Pictures**. 2014-a. Disponível em: <<http://goodereader.com/blog/electronic-readers/the-evolution-of-the-sony-e-reader-in-pictures>> Acesso em: 07 de agosto de 2015.

LAJOLO, Marisa Philber. O texto não é pretexto. In: **Leitura em crise na escola**: as alternativas do professor. 9ª ed [por] Vera Teixeira Aguiar [e outros]. Org. Regina Zilberman, Porto Alegre, Mercado Aberto, 1988.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. **Das tábuas da lei à tela do computador**: a leitura em seus discursos. São Paulo: Ática, 2009.

LEFFA, V. J. ; VETROMILLE-CASTRO, R. **Texto, hipertexto e interatividade**. In: Revista de Estudos da Linguagem. v. 16, n. 2, Belo Horizonte: Rev. Est. Ling., 2008, p. 166-192.

LEVY, P. **O que é virtual?** São Paulo: Editora 34, 1996.

LYONS, M. **Livro**: uma história viva. São Paulo: SENAC editora, 2011.

MANGUEL, Alberto. **Uma história da leitura**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **A questão do suporte dos gêneros textuais**. Disponível em < http://www.sme.pmmc.com.br/arquivos/matrizes/matrizes_portugues/anexos/texto-15.pdf > Acesso em: 10 de agosto de 2014.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Hipertexto e gêneros digitais: novas formas de construção de sentido**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MILLER, Stephen M; HUBER, V. Robert. **A Bíblia e a sua história** – o surgimento e o impacto da Bíblia. Barueri, SP: Sociedade Bíblica do Brasil, 2006.

MILLIOT, Jim; ZEITCHIK, Steven. **Gemstar Acquires NuvoMedia, SoftBook**. Vol. 246, Edição 4, 24 de Jan, 2000. Disponível em: < www.publishersweekly.com/pw/print/20000124/18802-pw-gemstar-acquires-nuvomedia-softbook.html> Acesso em: 05 de agosto de 2015.

MORAES, Léa Anny de Oliveira; ARENA, Adriana Pastorello Buim. Novas práticas de leitura: implicações no comportamento do aluno-leitor. **ETD - Educação Temática Digital**, Campinas, SP, v. 15, n. 2, p.230-249, maio/ago. 2013. ISSN 1676-2592. Disponível em: <<http://www.fae.unicamp.br/revista/index.php/etd/article/view/2994>>. Acesso em: 10 de agosto de. 2014.

PLANET PDF. **The evolution of the book**. Disponível em: < <http://www.planetpdf.com/mainpage.asp?WebPageID=328>> Acesso em: 07 de agosto de 2015.

PORCARO, David S. **Sacred Libraries in the Temples of the Near East**. In: STUDIA ANTIQUA, Vol. 2, n. 1, WINTER: 2002. Disponível em: <https://journals.lib.byu.edu/spc/index.php/StudiaAntiqua/article/view/11405/11323>.

PROCÓPIO, Ednei. **O livro na era digital**. São Paulo: Giz Editorial, 2010.

PROCÓPIO, Ednei. **A revolução dos eBooks: indústria dos livros na era digital**. São Paulo: SENAI-SP editora, 2013.

RAMAL, Andréa Cecília. **Educação na cibercultura: hipertextualidade, leitura, escrita e aprendizagem**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

RIBEIRO, Ana Elisa. **Hipertexto e Vannevar Bush: um exame de paternidade**. In: Inf. & Soc.: Est., João Pessoa, v.18, n.3, p. 45-58, set./dez. 2008. Disponível em: < <http://www.biblionline.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/1811/2271> > Acesso em: 29 de Out. de 2015.

RUTH WILSON. Evolution of Portable Electronic Books. Wednesday, 3 October 2001, **Ariadne** issue29 view. Disponível em: < <http://www.ariadne.ac.uk/issue29/wilson> >. Acesso em 10 de agosto de 2014.

SHARP'S Newton ExpertPad. Disponível em: < <https://msu.edu/~luckie/gallery/epad.htm> > Acesso 05 Dez. 2015.

SHARP history & facts. Disponível em: < <http://www.sharppusa.com/AboutSharp/CompanyProfile/SharpAndTechnologyHistory.aspx> > Acesso em 05 Dez. 2015.

SILVA, G. M. S.; BUFREM, L. S. **Livro eletrônico: a evolução de uma ideia**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DA COMUNICAÇÃO, INTERCOM, 24., 2001, Campo Grande. Anais eletrônicos... Campo Grande: Intercom, 2001. p. 1-16. Disponível em: < <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2001/papers/NP4BUFREM.pdf> >. Acesso em: 29 out. 2015.

SPELLING Ace' Rewrites Firm's Future : Phonetic Device Puts Franklin on Road to Profit. 1988. Disponível em: <http://articles.latimes.com/1988-01-19/business/fi-36850_1_spelling-ace> Acesso em 10 Out. 2014.

TEMPLO de Edfu. Disponível em: <<http://www.egitoantigo.net/templo-de-edfu.html>> Acesso em 05 de fev. 2016.

THEISEN, Jossemar de Matos. **Leitura e tecnologia: a busca de uma interação sem fronteiras**. 2012. Disponível em: < <http://www.unifra.br/eventos/inletras2012/Trabalhos/4614.pdf> > Acesso em: 10 de agosto de 2014.

MICHAEL S. Hart. Disponível em: < http://www.gutenberg.org/w/index.php?title=Michael_S._Hart >. Acesso em: 10 de agosto de 2014.

PT-PG Declaração de Missão do Project Guteberg, Por Michael Hart. Disponível em: < http://www.gutenberg.org/wiki/PT-PG_Declara%C3%A7%C3%A3o_de_Miss%C3%A3o_do_Project_Gutenberg,_por_Michael_Hart > Acesso em: 10 de agosto de 2014.

VÁZQUEZ, José Antonio; CELAYA, Javier. **Cronología de la edición digital**. Disponível em: <http://www.dosdoce.com/upload/ficheros/noticias/201201/cronologia_de_la_edicion_digital.pdf> Acesso em: 05 Dez. 2014.